

Hortas na paisagem urbana: evolução histórica e relevância na pandemia de Covid-19.

Heloisa Amaral Antunes

Mestrado em Arquitetura Paisagista

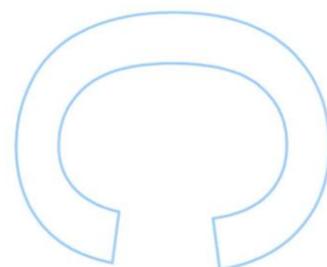
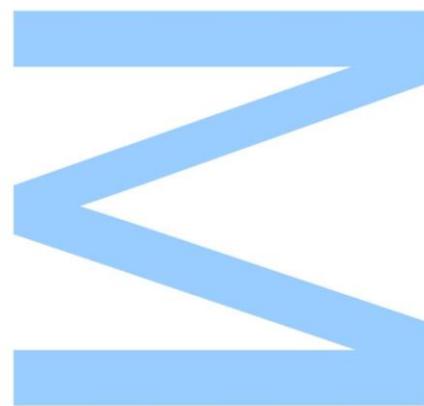
Departamento de Geociências, Ambiente e Ordenamento do Território

2020/2021

Orientador académico

Professora Isabel Martinho da Silva

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto



Agradecimentos

O interesse nas hortas urbanas foi despertado na licenciatura em engenharia agrônoma, durante a qual tive o primeiro contato com a agricultura orgânica através do doutor Carlos Armênio Khatounian, especialista brasileiro em agroecologia, do qual tive o grande prazer em ser aluna e aprendiz.

Após me formar agrônoma, me apaixonei pelos jardins e enveredei para a arquitetura paisagista, na qual pude participar da criação e manutenção de preciosos espaços verdes no tecido urbano da região de São Paulo, inclusive de algumas hortas. Nesta jornada profissional, pude contar com a parceria de minha amiga e sócia Bianca, com a qual continuo aprendendo todos os dias e sonhando em fazer projetos cada vez mais interessantes e com valor socioambiental.

A fim de ampliar esse sonho, busquei aprimorar meus conhecimentos através do mestrado em Arquitetura Paisagista na Universidade do Porto. O mestrado abriu meus horizontes e me ensinou a enxergar o paisagismo de uma forma muito mais ampla e integrada com questões sociais, ambientais, estéticas, entre diversos outros valores que este carrega. Agradeço especialmente a todos os meus professores que contribuíram para isso e, em especial, a minha orientadora Dr.^a Isabel Martinho da Silva.

A mudança para Portugal me trouxe, além de um imenso aprendizado, pessoas que são verdadeiros presentes. Agradeço, primeiramente, por todo o amor, suporte, e paciência, ao meu companheiro Rafael. Sou grata também por toda cumplicidade e ajuda ao longo desse caminho de aprendizado aos meus grandes amigos paisagistas Dorys, Emanoele, Miguel e Edu. Aos amigos que sempre me proporcionam alegria e ótimos conselhos, obrigada Cessi e Dan. Ainda bem que eu tenho vocês junto a mim nesta caminhada.

Aos meus amados amigos presentes sempre, mesmo a distância: Bianca Reta, Cachos, Rô Barcelos, Raquel, Fabiano, Debrinha, Camila, Layla, Luccas, Cecília, Matilde, Larissa e Leandro. Obrigada por somarem tanto amor e luz na minha vida.

E deixo para citar no fim as pessoas que estiveram sempre presentes e me dão suporte todos os dias para alcançar sonhos cada vez maiores. Dedico esta dissertação à minha mãe, meu pai, Biel e Fa, para as minhas cunhas Paulinha e Momô, aos meus avós Márcia, Vera e João. A saudade só é menor do que o amor que tenho por vocês. Obrigada por tudo e tanto.

Resumo

As hortas sempre estiveram presentes em maior ou menor expressão no tecido urbano ao longo da evolução estrutural das cidades, a protagonizar uma relevância histórica nos períodos de crise. Esta pesquisa teve por intenção construir uma narrativa acerca do papel das hortas urbanas nas vertentes social, política, económica e ambiental em diversos períodos históricos, nomeadamente no advento da era industrial, nas duas guerras mundiais, nas depressões económicas, e nas crises económicas e ambientais modernas, culminando na atual crise provocada pela Covid-19.

O método utilizado nesta pesquisa foi uma revisão bibliográfica narrativa, na qual foram analisados materiais científicos e informativos relativos ao tema, incluindo também uma breve análise das tendências de busca na internet em alguns países europeus por informações sobre hortas urbanas durante a pandemia, a fim de identificar um possível aumento no interesse por este tema.

Observou-se que as hortas urbanas tiveram grande importância histórica no que toca à segurança alimentar e ao bem-estar físico e mental da sociedade. No fim do séc. XVIII e séc. XIX, estes espaços foram tratados como “coroa verde” das cidades em diversas propostas que apresentavam um modelo de urbe ideal, baseado nos princípios higienistas e de justiça social. Os comprovados benefícios do contato com a natureza inspiraram diversas mudanças nas diretrizes de planeamento, resultando no nascimento do urbanismo e dos primeiros parques públicos.

As hortas urbanas superaram a importância dos parques públicos na agenda pública durante as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão, quando se tornaram uma ferramenta fundamental de suprimento alimentar e suporte emocional à população em diversas partes do mundo. Neste período, o movimento alcançou um patamar de relevância e números nunca antes vistos. Com o fim das guerras e a retomada do crescimento económico, as hortas passaram um longo período sendo associadas à pobreza. Desde os anos 1960 que o seu valor social e ambiental voltou a ser reconhecido, resultando num crescente interesse da população em toda Europa por estes espaços. Estudos recentes demonstram que as hortas urbanas têm, à semelhança do passado, sido também importantes na atual pandemia da Covid 19, situação que foi evidenciada neste estudo, nomeadamente pela deteção de um aumento repentino nas buscas na internet por esse tema durante a crise do novo coronavírus.

Palavras-chave: hortas urbanas, Covid-19, coesão social, inclusão, urbanismo, Higienismo, paisagem, espaços verdes, bem-estar, segurança alimentar.

Abstract

Urban allotment gardens and community gardens have always been present in the urban landscape throughout the evolution of cities, playing a crucial role in periods of crisis. This research aimed to build a narrative about the role of urban allotment gardens in social, political, economic and environmental aspects in different historical periods, namely in the dawn of the Industrial Revolution, in the two World Wars, in the economic depressions, and in the modern economic and environmental crises, culminating in the current crisis caused by the Covid-19 pandemic.

The method used in this research was a narrative bibliographic review, in which scientific and informative materials on the subject were investigated, including a brief analysis of internet search trends, in some European countries, on urban allotment gardens during the pandemic, in order to identify a possible increase in interest in this topic.

Results showed that urban allotment gardens have great historical importance in terms of food security and physical and mental well-being. At the end of 18th century and in the 19th century, these spaces were treated as the “green crown” of cities in several proposals that presented a model of an ideal city, based on the principles of Hygienism and social justice. The proven benefits of contact with nature inspired several changes in Planning guidelines, that were in the origins of urbanism and the first public parks.

Urban allotment gardens surpassed the importance of public parks on the public agenda during the two World Wars and the Great Depression, when they became a fundamental tool for food supply and emotional support for people in different parts of the world. During this period, the movement reached an importance never seen before. With the end of World War II and the resumption of economic growth, urban allotment gardens were for a while associated with deprivation and misery. Since the 1960's, its social and environmental value has been regaining importance, with a growing interest of the European population in these spaces. Recent studies show that urban allotment gardens have, as in the past, been important in the current Covid 19 pandemic, a situation that was highlighted in this study, namely by the detection of a sudden increase in internet searches for this topic during the crisis of the new coronavirus.

Keywords: urban allotment gardens, community gardens, Covid-19, social cohesion, inclusion, urbanism, Hygienism, landscape, green spaces, well-being, food security.

Índice

1. Introdução	7
2. Objetivo	9
3. Metodologia	9
4. Principais definições do termo hortas urbanas	10
5. História das hortas na evolução da paisagem urbana	12
5.1. Era industrial: a transformação da paisagem urbana e a teoria do Higienismo	13
5.2. As propostas utópicas para paisagens urbanas ideais no séc. XVIII e XIX	18
5.3. O nascimento do urbanismo e a valorização das áreas verdes nas paisagens urbanas	21
5.4. A importância das hortas urbanas para a classe operária no fim do séc. XIX	30
5.5. Início do século XX: o protagonismo das hortas urbanas em períodos de crise	36
5.6. Urbanismo progressista da Bauhaus e as novas premissas para a paisagem urbana	44
5.7. Segunda Guerra Mundial: a expansão das hortas urbanas e sua importância política.....	47
5.8. Pós-Guerra e Era Moderna: desconexão com a natureza e crise ambiental	53
5.9. As hortas urbanas em Portugal	57
6. O potencial do movimento na busca por cidades mais sustentáveis e resilientes	64
6.1. Provisão de Serviços Ecosistémicos	64
6.2. Redução de Desperdício e Resíduos.....	65
6.3. Inclusão e Coesão Social	66
6.4. Segurança Alimentar e Saúde Pública.....	66
6.5. Saúde Mental.....	67
7. Pandemia de Covid-19: primeiros registos da relevância das hortas urbanas durante a pandemia em Portugal e em outros países europeus	68
7.1. Portugal	72
7.2. Inglaterra.....	76
7.3. França.....	79
7.4. Alemanha.....	82
8. Análise do interesse por hortas urbanas em pesquisas virtuais durante a pandemia de Covid-19	83
8.1. Portugal	84
8.2. Inglaterra.....	85
8.3. França.....	85

8.4. Alemanha.....	86
8.5. Análise dos Resultados.....	86
9. Conclusão	87
10. Bibliografia	89
Anexo 01. A importância das Hortas Urbanas na União Soviética durante a 2ª Guerra Mundial.	96

1. Introdução

O nascimento das cidades, assim como o conceito da sua existência, são intrínsecas à formação de um território marcado por práticas políticas, culturais e económicas, diferentes das que ocorriam no meio rural. Uma determinada divisão social e espacial do trabalho marcou esta oposição entre cidade e campo, no início da formação da sociedade moderna. O campo pressupunha o exercício de atividades mais ligadas à obtenção de produtos alimentares e de matérias-primas, enquanto às cidades eram garantidos os espaços de comércio, gestão e poder por excelência. Esta clara oposição, porém, não impede que exista uma forte relação histórica entre o meio urbano e rural (Da Silva, 2011).

Como explica Gonçalo Ribeiro Telles (1996), “a cidade nasceu da invenção da agricultura sedentária. Durante muitos séculos e milénios, essa cidade, pontual no território, opunha-se, de certa maneira, ao espaço rural e ao ermo. Opunha-se como imagem, mas não como essência. E isso era fundamental. (...) Portanto, não podemos pensar a cidade como qualquer coisa muito diferente, muito separada, da ruralidade que não contivesse no seu interior, no seu âmago e na sua circunstância imediata diferentes aspetos de agricultura” (citado em Teixeira, 2016).

O desenvolvimento da agricultura foi fundamental para o desenrolar das atividades urbanas, viabilizadas a partir da gestão e distribuição do excedente agrícola. Conforme registos históricos, raras são as regiões em que não se constate o aparecimento de alguma cidade até 2000 anos antes da existência de uma verdadeira agricultura (Da Silva, 2011). Ao longo da história das cidades, a separação entre o mundo rural e o urbano foi muito menos rígida, sobretudo no que diz respeito ao pastoreio e as pequenas áreas de produção agrícola de subsistência, sempre presentes no tecido urbano em menor ou maior escala.

As hortas urbanas compõem, junto com outras práticas agrícolas no território urbano e periurbano, o que conhecemos por Agricultura Urbana. De acordo com Mougeot (2020), “Agricultura Urbana é uma indústria localizada dentro (urbana) ou à margem (periurbana) de uma cidade, ou de uma metrópole, que cresce e cria, transforma e distribui uma diversidade de produtos alimentares e não alimentares, (re)utilizando em grande parte recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados nessa zona urbana e periurbana, fornecendo recursos humanos e materiais, produtos e serviços, especialmente, para essa zona urbana (citado em Delgado, 2020).

Em Portugal, o termo Agricultura Urbana é associado diretamente às hortas urbanas, ou seja, é entendido quase que exclusivamente como produção hortícola orientada para consumo próprio, sem significativa consideração pelas restantes formas de agricultura comercial ou etapas da cadeia alimentar como processamento, distribuição, etc. (Delgado, 2020). Pela sua relevância, tanto em

Portugal como em diversos outros países, as hortas urbanas serão o foco principal desta dissertação.

As hortas urbanas são relevantes, principalmente, pela sua polivalência. Na paisagem urbana, é comum que a ideia de espaço verde evoque a figura do jardim. O jardim é construído de elementos naturais, mas não se trata da própria “natureza”, e sim de uma tentativa de representação, produzida de forma artificial. De um lado, o jardim representa um lugar de prazer, arte e relaxamento que evocaria o paraíso, porém, ao mesmo tempo, pode ser um local de produção de alimentos que o aproxima da agricultura (Da Silva, 2011). As hortas urbanas, portanto, também poderiam ser consideradas uma tipologia de jardim urbano que oferece lazer e o bem-estar do contato com a natureza, assim como permite o cultivo e aquisição de alimentos frescos.

Sendo assim, as hortas urbanas podem ser descritas como um tipo específico de agricultura num jardim urbano: usualmente de tamanho pequeno, separadas espacialmente da habitação, cultivadas com intenção principal de sustento individual ou familiar, podendo conter em sua configuração hortaliças, ervas, flores, arbustos e até pequenas árvores frutíferas (Nilsen, 2014).

Durante os séculos XVIII e XIX, as hortas urbanas foram fundamentais para a saúde pública por proverem dietas mais nutritivas e permitirem a exposição ao ar fresco e raios solares purificadores, aos quais eram atribuídos efeitos terapêuticos sobre doenças epidémicas (Nilsen, 2014).

Durante o século XIX, nas sociedades onde o processo de industrialização se encontrava mais avançado, surgiram inúmeras iniciativas de reforma social e urbana, que variaram em suas orientações, desde vertentes patriarcais filantrópicas e de caridade, até posições abertamente socialistas (Da Silva, 2011). Estas iniciativas eram fundamentadas na reflexão sobre um espaço urbano mais adequado às demandas que a era industrial impunha, tendo sido apresentadas propostas utópicas que retratavam paisagens urbanas ideais, caracterizadas por uma elevada distribuição de espaços verdes, incluindo áreas produtivas precisamente dimensionadas para suprimento da população. A partir desta reflexão sobre cidades mais adequadas e de uma maior clareza sobre a importância do verde urbano para a saúde da população, surgiram também propostas que foram largamente implementadas, como os primeiros parques públicos.

O conceito moderno de hortas urbanas foi realmente impulsionado no início do século XX, especialmente durante as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão económica entre elas. Os entraves enfrentados durante as guerras para assegurar a produção e distribuição de alimentos levaram vários governos a perceber o potencial das hortas urbanas, não somente para garantia da segurança alimentar, mas também como espaços promotores de lazer, bem-estar e melhoria da moral do povo em períodos difíceis (Philips, 2013; Bell et al. 2016).

Após uma crescente relevância política e social, observou-se no período pós-guerra um declínio no interesse pelas hortas, devido à associação desta atividade com os momentos de crise profunda ainda vívidos na memória das pessoas. Esta imagem começou a ser revertida a partir da década de 1980, principalmente nos países do norte da Europa e, posteriormente, em toda Europa, onde é registada uma crescente procura por parte da população urbana por novos espaços verdes de cultivo.

Atualmente, numerosos estudos têm destacado o potencial das hortas urbanas como uma importante ferramenta para enfrentar uma gama de problemas socioambientais. O potencial das hortas é evidenciado pela sua ampla provisão de serviços ecossistémicos, fundamentais para o equilíbrio do ambiente urbano e melhoria da qualidade de vida das pessoas; pelo importante papel na economia circular de alimentos e oportunidade de melhoria na gestão dos resíduos urbanos, através da compostagem; na inclusão de grupos socialmente desfavorecidos e promoção de coesão social; na oferta de segurança alimentar para populações vulneráveis; e, por fim, funcionando como ferramenta no combate a crises sanitárias, sendo uma forte aliada da saúde física e mental.

No início de 2020, quando houve o anúncio da Organização Mundial da Saúde, oficializando que a pandemia de Covid-19 era uma realidade, muitas pessoas evocaram as hortas urbanas como um caminho para obtenção de segurança alimentar e alívio do stress. Muitos portais de notícias, sites de busca por informação, além de alguns trabalhos académicos, já evidenciam neste período uma ascensão abrupta no interesse por novos espaços verdes nas cidades, especialmente no que se refere às hortas. Isso demonstra que, independente do tempo, as hortas urbanas sempre se perfilam como uma ferramenta viável e de alto potencial para solução de diversos desafios impostos por períodos de crise passados, presentes e futuros.

2. Objetivo

Esta pesquisa foi desenvolvida no intuito de percepção da importância das hortas urbanas do ponto de vista social, político, económico e ambiental durante a evolução estrutural das cidades, e das mudanças nas diretrizes de planeamento sobre da paisagem urbana. Procurou-se investigar as flutuações no interesse e relevância destes espaços produtivos ao longo do tempo, chegando aos dias de hoje, nos quais enfrenta-se a pandemia de Covid-19.

3. Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a revisão bibliográfica narrativa, para a qual foi desenvolvida uma extensa busca por artigos, livros e publicações, selecionados deliberadamente

pela autora, dentro da temática central da história das hortas urbanas durante a evolução das cidades e em períodos de crise na Europa. O capítulo que abrange os primeiros registos da relevância das hortas urbanas na atual pandemia de Covid-19 teve maior foco em Portugal, Inglaterra, Alemanha e França, devido à quantidade superior de material disponível para revisão bibliográfica coletado pela autora ao longo da pesquisa.

Os principais termos em português utilizados na pesquisa foram “hortas urbanas na Europa”, “história das hortas urbanas”, “importância das hortas urbanas”, “benefícios das hortas urbanas”, “procura por hortas urbanas”, “hortas urbanas em períodos de crise”, “hortas urbanas e a pandemia de Covid-19”, “hortas urbanas e saúde”. Os termos em inglês utilizados para pesquisa foram “*allotment gardens*”, “*urban gardens*”, “*war gardens*”, “*allotment in Europe*”, “*history of urban gardens in Europe*”, “*allotment and covid 19*”, “*allotment and health*”. Os termos em francês pesquisados foram “*jardin ouvrier*”, “*jardin familial*”, “*jardin ouvrier covid*”. Os termos em alemão pesquisados foram “*Kleingarten*”, “*Kleingarten covid*”.

4. Principais definições do termo hortas urbanas

O termo “horta urbana” foi definido por Pinto (2007) como “uma parcela de terreno cercada, de pequena extensão, onde se cultivam legumes, hortaliças, plantas ornamentais e árvores frutíferas, sujeitas a uma técnica intensiva de produção. Em geral, as hortas urbanas têm a sua dimensão condicionada pela disponibilidade de terrenos, os quais são, por norma, pequenos” (citado em Babo, 2014).

O termo “almuinha”, de origem árabe, foi usado com frequência a par do termo “horta” em antigas descrições da cidade de Lisboa até o século XII, quando começou lentamente a cair em desuso, após a expulsão dos Mouros da cidade (Azevedo, 1899-1900 citado em Del Debbio, 2020).

Alguns dos primeiros termos europeus mais comuns relativos às hortas urbanas são *allotment garden*, em Inglaterra, *jardin familial* ou *jardin ouvrier*, em França, e *Kleingarten* ou *Schrebergarten* na Alemanha (Nilsen, 2014), existindo nuances subtis entre seus conceitos.

Na maior parte dos países de língua inglesa, os termos *urban garden* e *allotment garden* (ou *allotment*), referem-se a um espaço urbano transformado em hortas, cultivadas de forma individual e não comercial. Os *urban gardens* e *allotment gardens* são formados por subdivisões de um terreno, podendo ser definidas poucas parcelas ou centenas delas, dependendo da área, atribuídas a indivíduos ou famílias. Definidos como outra tipologia, os *community gardens* são cultivos comunitários, onde a área inteira é trabalhada de forma coletiva por um grupo de pessoas. Em países de língua inglesa que não usam o termo *allotment garden*, como os Estados Unidos, um *community garden* pode-se referir tanto a um pequeno jardim individual como a um espaço de terra

cultivado coletivamente. O termo *victory garden* também é usado, embora com menor frequência, especialmente quando a horta data da Primeira ou Segunda Guerra Mundial (Nilsen, 2014).

Num dos seus primeiros tratados legislativos sobre hortas urbanas em Inglaterra, de 1886, o advogado Theodore Hall apresenta o termo *allotment* como um pequeno pedaço de terra que permite o cultivo de alimentos (talhão), para consumo do seu utilizador e família, sem que seja substituída a necessidade de ter um trabalho remunerado. Para Hall, quando o talhão e a produção são grandes demais, a ponto de se tornar o objeto principal de sustento do utilizador, o termo mais correto passa a ser *small holding*, em tradução livre, “pequena exploração”. Desta forma, seria importante distinguir os termos dada a sua diferente importância social e política, que se refletiria, do ponto de vista legal, no planeamento estratégico das cidades (Nilsen, 2014).

Há ainda uma interessante distinção entre o termo *allotment* e *cottage garden*, dado que usualmente o primeiro seria um pedaço de terra apartado da residência do utilizador, uma forma de suprir a falta de um espaço privado para criação de um *cottage garden* (“jardim comestível”) (Nilsen, 2014). Até a data, o termo *allotment* continua em uso na Inglaterra, sendo definido atualmente por Acton (2015) como “pequenas parcelas arrendadas de solo, em áreas rurais e urbanas, usadas para plantio de frutas e vegetais para consumo próprio” (Dobson et al., 2020).

O código rural francês, em 1941, definiu o termo *jardin familial* ou *jardin ouvrier* como “uma exploração individual de um talhão pelo chefe da família com objetivo de atender as necessidades do seu agregado familiar, excluindo qualquer uso comercial da produção (Nilsen, 2014).

Na Alemanha, a ideia de organizar espaços de hortas urbanas remete ao ano de 1864, onde o chamado *Schreber Movement* foi iniciado na cidade de Leipzig na Saxónia. Uma iniciativa pública decidiu converter áreas dentro da cidade para oferecer às crianças ambientes para brincar saudáveis e em contato com a natureza. Mais tarde, estas áreas passaram a incluir especificamente jardins para crianças cultivarem, levando os adultos a assumir esta responsabilidade posteriormente. Este tipo de atividade de cultivo familiar tornou-se popular noutros países europeus, especialmente em países influenciados pela cultura alemã, como a Áustria, Holanda e Suíça. Em países de língua alemã, as hortas urbanas normalmente são chamadas de *Schrebergärten* (no singular, *Schrebergarten*). Outro termo comum é *Kleingärten* (“pequeno jardim”, no singular *Kleingarten*) (Nilsen, 2014).

Para o historiador alemão Gert Gröning, o termo *Kleingarten* poderia ser definido como uma “específica expressão do interesse humano em cultivar plantas para alimentação e por razões estéticas” (Nilsen, 2014), trazendo assim um conceito mais amplo, porém mais próximo da ideia de um jardim comestível e esteticamente agradável, promotor de bem-estar, sem intenção comercial.

5. História das hortas na evolução da paisagem urbana



Fig. 1 - Mãe e filha em horta urbana na Inglaterra.

(Fonte: <https://www.dailymail.co.uk/femail/article-4549718/The-secret-history-UK-s-allotments.html>)

O desenvolvimento da agricultura foi fundamental para o desenrolar das atividades urbanas, viabilizadas a partir da gestão e distribuição do excedente agrícola. Registos históricos demonstram a forte relação entre a formação de cidades e a posterior consolidação da agricultura nessas áreas, demonstrando que a relação entre o mundo rural e o urbano sempre foi muito próxima e sua separação muito tênue (Da Silva, 2011).

A manutenção destes espaços intramuros, inúmeras vezes, representou também a garantia, a partir da situação de cerco, de sobrevivência. A respeito disso, Michel Ragon no seu livro *“L’homme et les Villes”* (1995) menciona o relato de Heródoto, segundo o qual existem provas suficientes para crer que as primeiras cidades eram efetivamente bastante extensas, justamente para incluir no espaço intramuros muitas áreas produtivas (Da Silva, 2011).

Porém, pode afirmar-se que foi a partir do excedente agrícola que se criaram as condições de transição das civilizações agrícolas para as civilizações comerciais. O desenvolvimento do comércio tirou proveito do excedente agrícola promovendo-o, para juntos, criarem as bases para a revolução industrial (Corazza & Martinelli Jr., 2002).

5.1. Era industrial: a transformação da paisagem urbana e a teoria do Higienismo

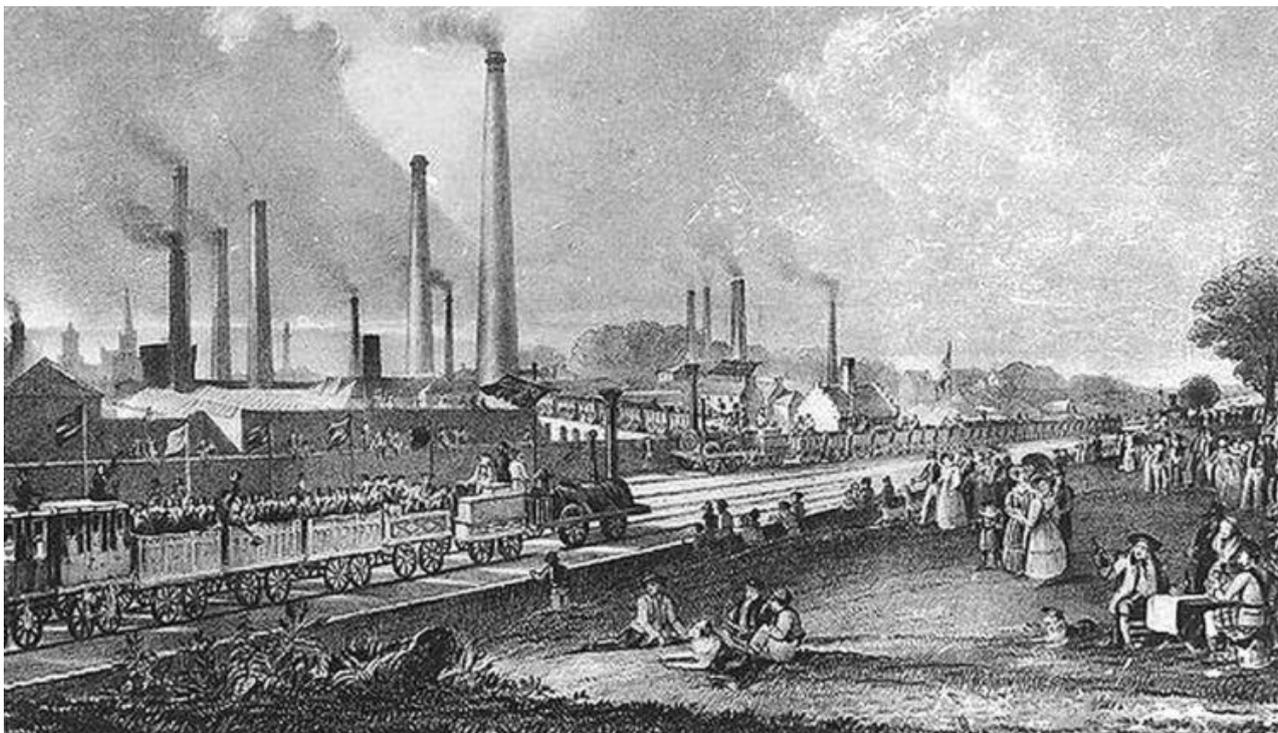


Fig. 2 - Imagem representativa da paisagem da Era Industrial.

(Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/48/6c/59/486c59d8c1896e44b3d6b6544ddb4438.jpg>)

O período entre fim do século XVIII até o início do século XX foi marcado pela crescente industrialização dos países hoje mais desenvolvidos, tendo como pioneira a Inglaterra, seguida por outros países europeus e Estados Unidos (Costa, 2014; Bell et al. 2016). A expansão das cidades na envolvente das novas áreas industriais levou a concentrações demográficas sem precedentes, fomentadas pela necessidade de mão de obra nas indústrias e alimentada pelo êxodo rural (Bell et al., 2016).

O crescimento desenfreado e desordenado desta expansão urbana provocou uma mudança profunda na vida das cidades, resultando em graves problemas sociais e ambientais que comprometiam a manutenção do sistema urbano. O adensamento de pessoas vivendo em condição de miséria agravava o quadro das epidemias de cólera, febre tifoide, varíola, entre outras. A péssima qualidade de vida insuflava revoltas, sendo a violência e os conflitos de classe cada vez mais recorrentes (Costa, 2014).

O adoecimento e morte prematura de adultos e crianças, observado sucessivamente nas cidades, começaram a ser analisados como fenómeno social, cujas interpretações alcançaram ampla difusão no século XIX. Percebeu-se uma correlação entre determinadas enfermidades recorrentes e os fatores ambientais e sociais aos quais as pessoas estavam expostas, nomeadamente o excesso de trabalho, a má alimentação, e a condição de vida insalubre (Costa, 2014). As cidades tinham o ar

denso dominado por fumos tóxicos oriundos da combustão do carvão, facto que era agravado pela inexistência de planeamento que dificultava a circulação de ar entre as edificações. O chão apresentava-se em constante estado de putrefação e exalava miasmas e vapores pestilentos, considerados pelos estudiosos de saúde pública da época como a principal causa das epidemias.¹ As interpretações sobre a situação urbana caótica tinham como base as teorias iluministas que, contrapondo a realidade do ambiente urbano ao rural, concluíam que os aglomerados populacionais produziam maior número de casos de doenças, incumbindo à cidade o papel de disseminadora das epidemias (Almeida, 2006). A partir destas análises socioambientais, surge a Teoria Social da Doença, na qual “a doença pode ser causada tanto pelo meio físico, quanto pelo meio social” (Urteaga, 1980 citado em Costa, 2014). A ciência médica começa a ser influenciada por estas teorias antropológicas e sociológicas empíricas, abandonando os princípios anteriores que acreditavam na influência da topografia, da natureza do solo, do clima e da direção dos ventos, como agentes determinantes no surgimento das epidemias (Costa, 2014).

Pouco a pouco, os especialistas passam a considerar como parte das medidas terapêuticas a higiene, sendo fator decisivo para obtenção de salubridade dispersar a concentração de pessoas e separá-las de seus dejetos, as “secreções de miséria”. Desta forma, nasce a Teoria do Higienismo para combater tanto as epidemias quanto as desordens sociais, sobre a qual escreve Moléon, relator do *Conseil de Salubrité*, em 1821: “A higiene é soberana contra os vícios da alma... um povo amigo da limpeza, o é da ordem e da disciplina”. O relatório sobre a epidemia de 1832 lança luz sobre a importância da salubridade do ar, no qual classificam ambientes escuros e de atmosfera sufocante como os grandes propagadores de doenças. Ventilar e purificar o ar tornam-se imperativos para a saúde pública (Costa, 2014).

Em finais do século XVIII e durante o século XIX, observa-se o desenvolvimento da Medicina Higienista ou Medicina Social, que funcionará como base para os primórdios do urbanismo, tendo em conta que o ambiente saudável seria fundamental para a cura de doenças (Costa, 2014).

Os primeiros modelos criados a idealizar as novas paisagens urbanas baseiam-se nos princípios higienistas da “cidade sadia, limpa (física e moralmente), bela, harmónica, equilibrada, racional, eficiente, arborizada, ordenada, planejada, funcional, zoneada etc.” obrigando à recomposição sensorial do espaço público e privado, que garantiriam o bem-estar, a felicidade e o progresso da população (Costa, 2014).

Os médicos e higienistas propunham soluções para o espaço urbano, sugerindo normas para o planeamento que influenciariam profundamente a sociedade. Foram definidas regras para

¹ <https://www.paisageiro.com/blog/urbanismo-e-saude-do-higienismo-ao-ecologismo>

construção de habitações, hospitais, cemitérios, escolas, praças, jardins; a localização mais adequada para os equipamentos urbanos; as intervenções em ambientes considerados insalubres; e até mesmo a migração temporária de parte da população nas estações mais propensas às pandemias (Almeida, 2006).

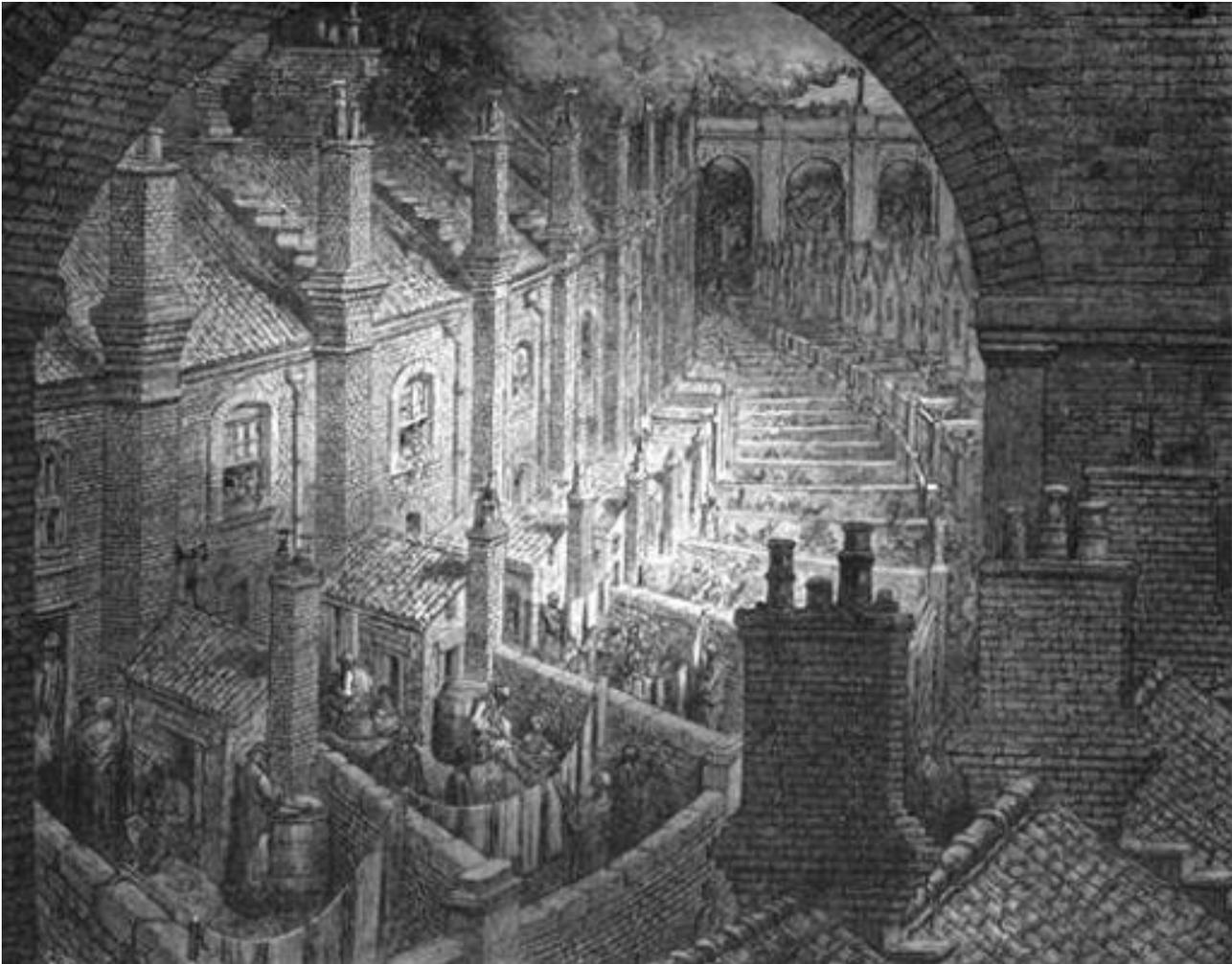


Fig. 3 - Imagem representativa da cidade industrial e das habitações operárias em meio às fábricas.

(Fonte: Milano, 2011)

Ribeiro Sanches foi o responsável pelo *Tratado da Conservação da Saúde dos Povos* (1756) em Portugal, defendendo o modelo de saúde e bem-estar para a felicidade de seus cidadãos, assente em três pilares fundamentais: fruição do corpo e reprodução saudável, purificação do ar e saneamento dos espaços públicos e ditos promíscuos (Moreira, 2006). Seguindo estes princípios, a urbe portuguesa deveria ser planeada como uma rede que organiza e favorece a purificação e a circulação do ar, de modo a contemplar grandes áreas verdes como amplas praças, jardins e passeios públicos; ser toda acessível por vias pavimentadas e largas, com alamedas arborizadas que substituiriam as ruas e vielas das cidades antigas; oferecer sistemas de fornecimento de água e coleta de esgoto; prever o afastamento das indústrias, cemitérios e atividades insalubres (matadouros, curtumes), alocando-os em áreas mais periféricas; além do estabelecimento de normas para construção de habitações com amplas janelas para entrada de luz e ar fresco (Moreira,

2006; Queirós, 2020). A cidade ideal também pressupunha uma população sadia, para qual exigiria-se de todos que mantivessem seus corpos, vestuários e habitação sempre higienizados (Moreira, 2006).

O debate das reformas urbanistas acontecia em Portugal principalmente nas cidades do Porto e Lisboa, territórios demograficamente mais dinâmicos, devido ao alto poder de atração promovido pelo desenvolvimento industrial e comercial destes dois centros económicos (Queirós, 2020).

O crescimento demográfico do Porto no séc. XIX ocorria de forma contida no seu núcleo primitivo e nas ilhas (figura 4a e 4b) que iam formando o primeiro anel de crescimento da cidade, dando origem aos futuros bairros Bonfim, Santo Ildefonso, Cedofeita e Massarelos (Pereira & Serén, 1995 citado em Queirós, 2020). No seio das classes trabalhadoras e dos intelectuais em consolidação, começava a se fortalecer o movimento de cunho higienista pela adoção de uma melhoria na qualidade de vida coletiva nas cidades, confrontando uma questão urbana e social deixada sem resposta desde o séc. XVIII (Marques, 1998 citado em Queirós, 2020).



Fig. 4a e 4b - Ilhas habitacionais características da cidade do Porto do séc. XIX.

(Fonte: <https://www.sutori.com/story/as-ilhas-do-porto-ou-o-porto-das-ilhas--DbnvxsHxeSrAkZM3Yyhwybu9>)

Na segunda metade do séc. XIX, o Higienismo consagrará a intervenção na paisagem urbana em prol da saúde pública como um dos tópicos prediletos das elites e um dos motes fulcrais da atuação do estado na cidade (Queirós, 2020). Em 1885, o epidemiologista Ricardo Jorge publica um conjunto de conferências sob o título “A Higiene Social aplicada à Nação Portuguesa”, o que o conduz para o desenvolvimento de um relatório sobre a rede de saneamento da cidade do Porto, encomendado pela Câmara Municipal. A partir de então, ocorre uma evolução na sua carreira profissional como médico higienista, tornando-se uma referência para a sociedade portuguesa,

tendo um papel decisivo na consolidação do Higienismo como área científica, disciplina académica e política pública no país (Monteiro, 2010 citado em Queirós, 2020).

Na segunda metade do séc. XIX, o Higienismo consagrará a intervenção na paisagem urbana em prol da saúde pública como um dos tópicos prediletos das elites e um dos motes fulcrais da atuação do estado na cidade (Queirós, 2020). Em 1885, o epidemiologista Ricardo Jorge publica um conjunto de conferências sob o título “A Higiene Social aplicada à Nação Portuguesa”, o que o conduz para o desenvolvimento de um relatório sobre a rede de saneamento da cidade do Porto, encomendado pela Câmara Municipal. A partir de então, ocorre uma evolução na sua carreira profissional como médico higienista, tornando-se uma referência para a sociedade portuguesa, tendo um papel decisivo na consolidação do Higienismo como área científica, disciplina académica e política pública no país (Monteiro, 2010 citado em Queirós, 2020).

Ricardo Jorge teve papel fundamental no surto de peste bubónica, ocorrido no Porto em 1899, no qual defendeu a tomada de medidas higienistas consideradas na época impositivas e draconianas, conforme descreve Monteiro (2010), citado em Queirós (2020):

“As primeiras medidas tomadas pela Junta Consultiva de Saúde Pública para fazer face ao surto de peste bubónica de 1899 (...) visam a contenção da epidemia e redundam na imposição de um ‘cordão sanitário’ em torno da cidade, completado com um ‘bloqueio marítimo’. A esta determinação, que muitos consideram draconiana, juntam-se medidas profiláticas adicionais, como a inspeção das pessoas que saíam do Porto, a proibição de realizar feiras, a desinfeção de bagagens e mercadorias e a desinfestação e limpeza de habitações e estabelecimentos comerciais localizados no centro histórico e em zonas próximas. (...) Mas o momento é também aproveitado para reforçar e afirmar publicamente protagonismos e solidariedades profissionais e para garantir reconhecimento institucional aos que ‘afincadamente’ defendem a ‘saúde pública’ e o ‘bem comum’ contra a ‘inconsciência’ das ‘massas populares’”.

O marcante surto de peste bubónica conduziu a um inédito período de intervenções estatais de cunho urbanístico e habitacional no Porto, liderada inicialmente pelos “Almadas”², embasados em uma resposta ao acumular de condições sociais, políticas e institucionais problemáticas. Impõem-se a concretização das mudanças que há muitos anos se vinham anunciando, resultando posteriormente na implementação do “Plano de Melhoramentos”, aprovado pela Câmara Municipal do Porto em 1881, que previa abertura de arruamentos e construção de novas áreas edificáveis no perímetro em torno do núcleo antigo da cidade (Queirós, 2020).

² “Almadas” se refere ao movimento “Porto dos Almadas”, quando da nomeação de João de Almada e Melo para o cargo de “Governador Armas do Porto”, resultou um intervencionismo estatal alinhado ao processo de centralização e afirmação do poder do Estado, que o regime liderado pelo Marquês de Pombal promoveu a partir de 1760 (Queirós, 2020).

Em 1903, o governo português, sob a orientação de Ricardo Jorge, aprova o primeiro “Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas”, onde se definem as normas de condições higiénicas que deverão ser adotadas na construção de edifícios, promovendo o reforço do papel regulador do Estado. Passa a ser obrigatória a aprovação pelas câmaras municipais de todos os novos projetos nas cidades de Lisboa e Porto, após o parecer positivo do Conselho de Melhoramentos Sanitários. As câmaras também passam a ser obrigadas a aprovar seus próprios regulamentos de salubridade, o qual o Porto institui em 1905 (Queirós, 2020).

De forma geral, a doutrina higienista ganha força sempre que há ausência de resposta médica para enfrentar uma crise sanitária grave e desconhecida. Muitas das medidas que foram implementadas no planeamento das paisagens urbanas como combate às pandemias durante os séculos XIX e XX ainda são aplicadas nos dias de hoje. Depois que o Higienismo serviu de base para o nascimento do urbanismo, nenhuma intervenção urbana na sociedade ocidental foi feita posteriormente sem levar em consideração esta doutrina (Almeida, 2006).

5.2. As propostas utópicas para paisagens urbanas ideais no séc. XVIII e XIX



Fig. 5 – Cidade modelo de New Lanark, de Robert Owen.

(Fonte: <http://19thhumanitiesschool.blogspot.com/2010/10/pictures-relating-to-industrial.html>)

Com a crescente reflexão crítica sobre o impacto da industrialização sobre a evolução da paisagem urbana, defende-se que as cidades já não eram adequadas para atender às novas necessidades que a era industrial impunha. Era necessária uma reestruturação total do tecido urbano, com o objetivo de atender ao crescimento da classe operária. A nova era supunha não só a circulação de mercadorias, mas também a de homens e ideias (Costa, 2014).

A busca pela resolução dos problemas urbanos sob a ótica da cidade ideal esteve sempre presente no pensamento ocidental e se manifestou de diferentes formas ao longo da história: tratados de política, textos literários, propostas arquitetônicas, entre outras.

Uma interessante característica que leva ao aprofundamento da pesquisa, ao longo do trabalho, sobre as propostas utópicas embasadas nesta busca, é a inclusão da agricultura de subsistência como elemento-chave da viabilidade de algumas das delas (Da Silva, 2011).

Na República de Platão (IV a.C.), por exemplo, os agricultores e artesãos, provedores da subsistência material, constituem uma das três classes da cidade. A partir do Renascimento, a tradição literária utópica começou a se interessar pela organização do espaço, mais especificamente pelo espaço urbano, pelo habitat construído e pela relação deste com o meio natural e as áreas rurais. Na ilha da utopia de Thomas More (1516), por exemplo, 54 núcleos urbanos se distanciam uns dos outros em função do potencial agrícola da área rural que os separa (Da Silva, 2011).

Como uma obra literária utópica precursora, ainda do período pré-iluminismo, cabe destaque a *Sinápia* (autor desconhecido, 1700?), escrita em Espanha. Esta traz uma crítica de autoria anónima sobre a organização político-geográfica do país, para a qual apresenta uma proposta anti modelo (antípoda) da realidade espanhola, cujo nome é formado como um anagrama da palavra (H)ispania. O vínculo académico e iluminista de seu autor é expresso na obra, que enaltece as artes e a ciência, conforme descreve Moreira (2006):

“A organização da cidade é feita em função de uma sociedade modelo ideal (algo que não está presente no tratado de Seixas), na qual a célula é a família. Cada família ocupa uma casa e o conjunto de 10 famílias constitui o bairro. O mais pequeno dos núcleos urbanos possível é a via: nela se dispõem, em harmoniosa unidade urbanística, oito bairros, juntamente com os edifícios da comunidade. O território rural de cada vila divide-se em quatro quarteirões. Em cada um deles existem dispersas dez famílias, de modo que os oito bairros urbanos unidos aos quatro bairros rurais formem a vila [...] em todos os exemplos escolhidos, a agricultura e a educação representam um papel fundamental no desenvolvimento e organização da cidade. A vida comum, a ausência de propriedades privadas, a igualdade e a moderação, são algumas das características comuns a

Sinápia. [...] está presente a crítica da sociedade e do estado, propondo os moldes de um regime ideal.”

No fim do séc. XVIII, pode-se assistir ao apogeu da ideologia francesa fisiocrática que, em face ao desenvolvimento da produção manufatora e mercantil, argumentava que somente a agricultura seria capaz de produzir riquezas. Por outro lado, as cidades eram cada vez mais associadas aos vícios e perversões (Da Silva, 2011).

Aprofundando o ideal de uma remodelação da paisagem urbana sob uma ótica mais crítica, global e desfragmentada, destacam-se entre o fim do séc. XVIII e o início do séc. XIX as obras dos reformadores utopistas, reconhecidamente políticos liberais, industriais filantropos, académicos e intelectuais, divididos em duas correntes: progressistas e culturalistas (Moreira, 2006; Costa, 2014; Bells, 2016).

Dentre as propostas de cidades utópicas significativas, podemos destacar Robert Owen e o planeamento da cidade modelo *New Lanark* (1795 a 1799) (figura 5); *Phalanstère*, de Charles Fourier (1822); o projeto da *Ícara*, de Cabet (1847); *Higéia*, do médico inglês Richardson (1876); *Familistère de Guise*, construído por J.B. Godin (1874); e *Franceville*, de Jules Verne (1879) (Nilsen, 2014; Choay, 1965 citado em Costa, 2014).



Fig. 6 - Representação artística do Phalanstère, 1847, Arnoult e Lemerrier. (Fonte: Nilsen, 2014)

Uma ilustração da comunidade ideal de Fourier, o *Phalanstère*, inclui jardins formais, mas sem indicação para uso dos espaços verdes como horta. Porém, um grupo de crianças é mostrado no

primeiro plano esquerdo, indo para o trabalho nos campos (figura 6). Influenciado pelas teorias de Fourier, J. B. Godin criou o *Familistère*, diferenciando-se por sua ênfase no papel da jardinagem na educação das crianças, promovida através de hortas pedagógicas implantadas na comunidade modelo que criou para os operários de sua fábrica, em Guise. Godin, que enriqueceu através do trabalho, acreditava em "melhorar o destino da classe trabalhadora, fornecendo-lhes o equivalente à riqueza", referindo-se principalmente ao bem-estar trazido pelo contato com a terra e com a natureza (Nilsen, 2014).

Apesar de poucas destas propostas terem sido implementados, há um consenso sobre o reconhecimento destes atores como os fundadores do pré-urbanismo, pois muitas de suas premissas foram base para propostas de urbanização implementadas durante o séc. XIX e XX (Costa, 2014).

5.3. O nascimento do urbanismo e a valorização das áreas verdes nas paisagens urbanas



Fig. 7 – Vista do *Birkenhead Park*, o primeiro parque público da história, em Inglaterra.
(Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/21/cc/12/21cc12f17e28ec7d6c34ff4591086897.jpg>)

O urbanismo nasceu da necessidade iminente de adequações estruturais nas cidades industriais, influenciado pelas teorias higienistas do séc. XVEVIII, assim como pelas diversas propostas utópicas que emergiam no séc. XIX.

Em França, o então prefeito de Paris, Georges Eugène Haussmann, sob as ordens de Napoleão III, realiza o grandioso projeto urbanístico com o objetivo de modificação completa da paisagem urbana parisiense. Abertos em 1850, os boulevards eram como um sistema circulatório urbano altamente revolucionário para a época, que permitiam o tráfego fluir pelo centro da cidade em linha reta, de um extremo ao outro. Além disso, eliminariam as habitações miseráveis e abririam “espaços livres” em meio às camadas de escuridão e apertado congestionamento. Estes novos boulevards representavam apenas uma parte do amplo sistema de planeamento urbano, que incluía diversos equipamentos urbanos como mercados centrais, pontes, rede de esgoto e fornecimento de água, monumentos culturais e uma ampla rede de espaços verdes. A implementação do plano urbano parisiense de Napoleão e Haussmann foi executada sob decreto e criou novas bases económicas, sociais e estéticas para reunir na rua um enorme contingente de pessoas, fazendo nascer uma nova ideia de espaços público-privados burgueses, através dos terraços de cafés e restaurantes espalhados pelas calçadas. A mudança na paisagem representava uma nova forma de estabelecimento de poder e demarcação de territórios, com o benefício de pacificar as massas através da ampla oferta de trabalho nas frentes de obra, e a rápida movimentação promovida pelos longos e largos corredores, pelos quais as tropas de artilharia poderiam mover-se eficazmente contra futuras barricadas e insurreições populares (Berman, 2007 citado em Oliveira Sobrinho, 2013).

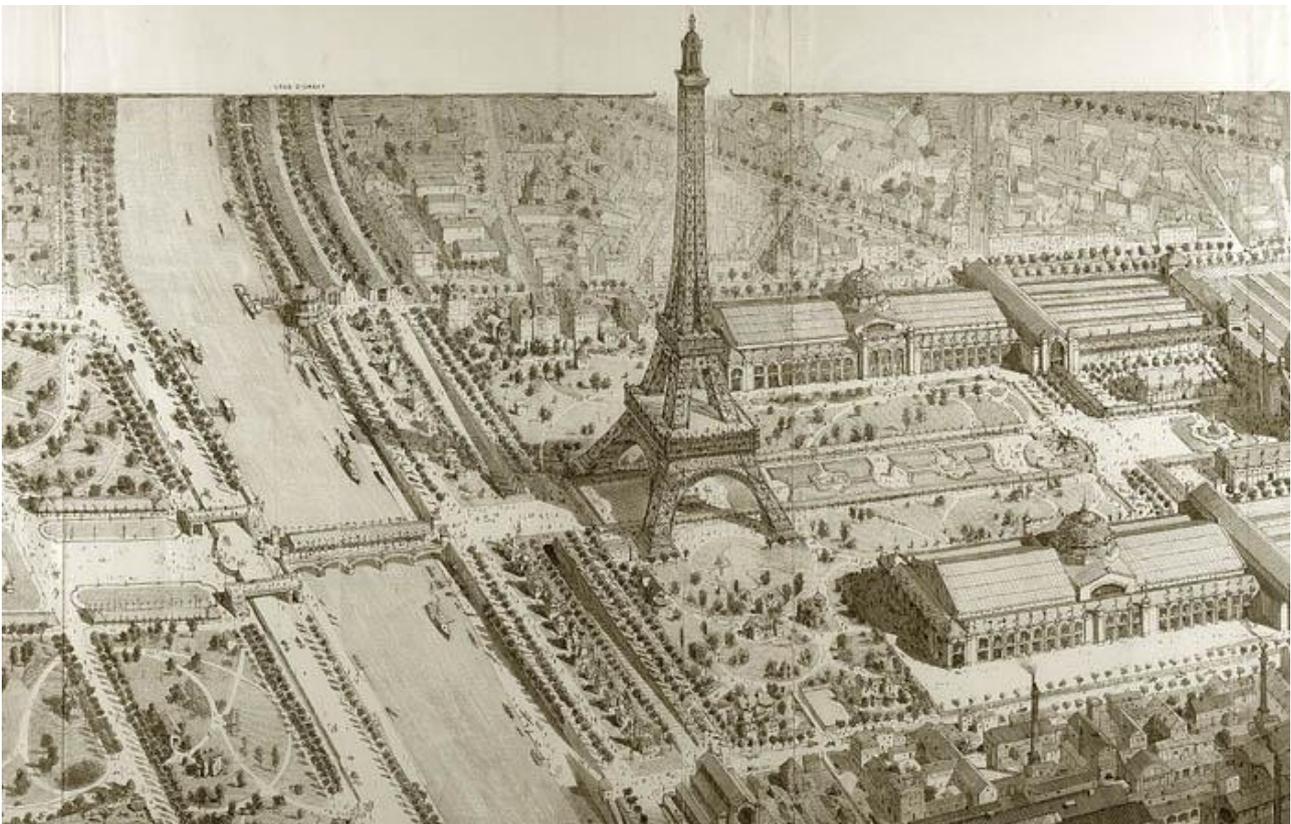


Fig. 8 - Imagem representativa da paisagem de Paris após o Plano Haussmann.

(Fonte: <https://armonte.wordpress.com/tag/charles-baudelaire/>)

Também alinhado à doutrina higienista, o teórico do urbanismo espanhol Ildefonso Cerdà lança em 1859 a Teoria General de la Urbanisation. Ainda neste ano, Cerdà apresenta o planeamento urbano da cidade de Barcelona, uma obra-prima de visão estratégica inigualável à época. O plano de extensão (Ensache) de Barcelona tinha por finalidade melhorar as condições de vida de toda sociedade, assim como a fluidez dos transportes e a mobilidade dos cidadãos. A base do plano era composta por um sistema de vias e quarteirões, que se podiam estender indefinidamente, à medida que a cidade se expandisse. Cerdà fazia analogia da hierarquia viária como uma hidrografia natural, na qual pequenas ruas desembocam em ruas maiores e, sucessivamente, em avenidas, comparadas a pequenos rios que desaguam em cursos d'água cada vez mais largos e volumosos. O plano trazia também aspetos de grande importância como a drenagem de águas pluviais, prevendo não só propostas para sua construção, mas também para sua manutenção (Narciso, 2008).

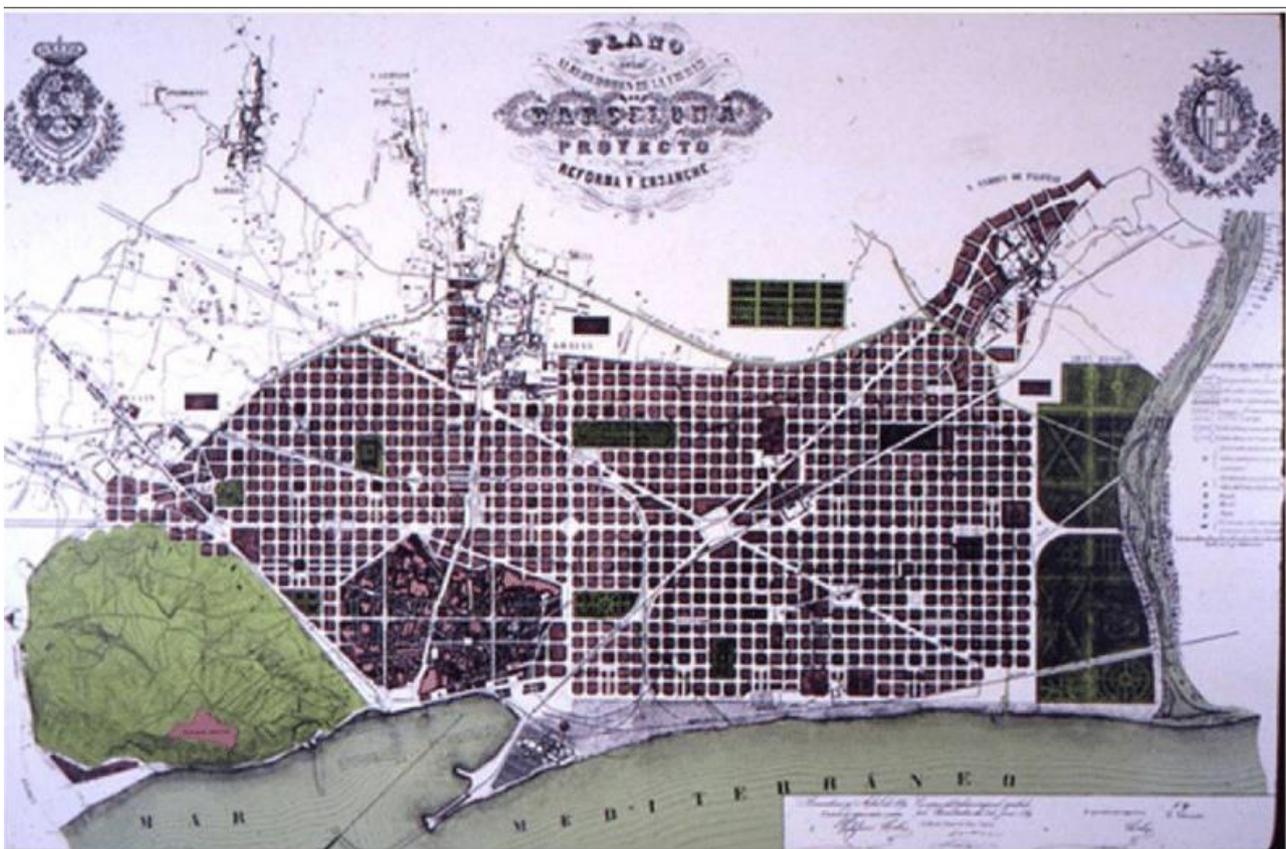


Fig. 9 - Projeto de Ildefonso Cerdà para a expansão de Barcelona (1855).

(Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Projeto-de-Ildefonso-Cerda-para-a-expansao-de-Barcelona-1855-Fonte-Barcelona_fig1_325672299)

Neste período de grandes remodelações na paisagem urbana europeia, cabe destacar o surgimento de um novo fenómeno que viria a ter repercussão mundial: os parques públicos (Almeida, 2006).

A primeira menção académica que toca ao planeamento paisagístico para áreas verdes públicas é feita pelo professor de filosofia da Universidade de Kiel, Christian Cay Lorenz Hirschfeld, quando

publica ainda em 1779 sua *Theorie der Gartenkunst* (“Teoria da Arte do Jardim”). A teoria concebia a ideia do *Volkesgärten* (“parque público”), uma tipologia de espaço verde com beleza natural cênica, caminhos pedonais, estradas para carruagens, e bancos para as pessoas sentarem e admirarem a paisagem (Jørgensen et. al, 2020).

O destaque principal ao programa do *Volkesgärten* era que o espaço verde deveria seguir “ideais democráticos”, ou seja, os parques deveriam oferecer acesso livre a toda população, no qual ninguém deveria ser excluído. Esperava-se que, aproximando as classes, seria possível promover tolerância e respeito uns pelos outros, assim como propiciar saúde pública e aumento da consciência e unidade cultural, através das esculturas e monumentos em celebração à cultura nacional. De acordo com o visionário Hirschfeld, os *Volkesgärten* estariam presentes no futuro das principais capitais europeias, o que se confirmou nos anos seguintes (Jørgensen et. al, 2020).

A emergência dos parques públicos no início do século XIX marca um ponto de virada nas profissões relacionadas à arquitetura paisagista, quando profissionais habituados a projetar nobres jardins privados passam gradualmente a expressar mais interesse em planejar paisagens públicas (Jørgensen et. al, 2020).

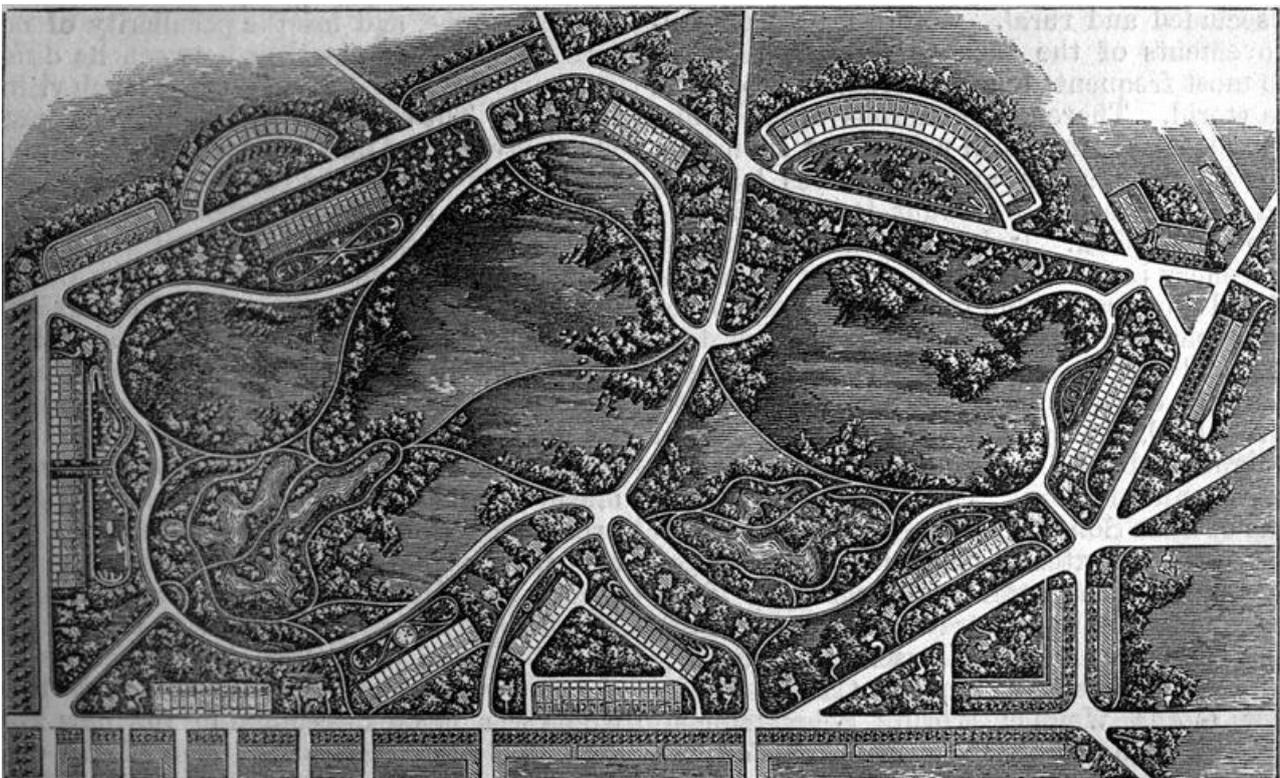


Fig. 10 - Projeto do Birkenhead Park, Birkenhead, Liverpool, Inglaterra.

(Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:AmCyc_Park_-_Map_of_Birkenhead_Park.jpg)

O pioneiro *Birkenhead Park* (figuras 7 e 10), da cidade industrial de Liverpool, em Inglaterra, se consagrou como o primeiro parque público de acesso universal, motivo pelo qual ficou conhecido como *People's Park*. Seu planejamento foi encomendado em 1843 ao naturalista e arquiteto

autodidata Joseph Paxton, que desenhou um parque de estética naturalista que celebrava a ideia do retorno da natureza à cidade, em uma paisagem urbana marcada pela alta densidade populacional de classe majoritariamente operária (Almeida, 2006). A repercussão positiva do *Birkenhead Park* influenciou a criação de outros parques como o *Bois de Boulogne* (1853), em Paris; o *Sefton Park* (1872), também em Liverpool; e o *Tiergarten* (1881), em Berlim.

Uma visita ao *Birkenhead Park* teve uma influência muito grande também em Frederick Law Olmsted (1822-1903), que percebeu o impacto positivo e integrador social do espaço verde público. Nas palavras de Olmsted: "...na América democrática não havia nada que se comparasse com este parque do povo" (Jellicoe, G.; 1986 citado em Almeida, 2006).

Após a inspiração, Olmsted começou a desenvolver o seu próprio pensamento a respeito da função social dos parques, elevando o papel do espaço verde público a instrumento específico do planeamento urbano, enquanto em Inglaterra figuravam apenas como uma componente da cidade em expansão. Na sua conceção, o parque deveria ser para a cidade como um elemento orgânico de integração e organização, devendo preceder e orientar as ações especulativas da iniciativa privada (Agda, 2003 citado em Andrade, 2010). Esta teoria do sistema de parques (*Park Systems*) acaba por ser uma grande contribuição para o ordenamento do território, ao reunir os corredores verdes de bosques interligados através de avenidas e cursos fluviais (*greenways*), em contraponto ao modelo de parque tradicional inglês, onde a massa verde ficava encravada na cidade. Sua obra mais reverenciada foi o famoso *Central Park* (figura 11), no centro da cidade industrial de Manhattan, desenhado em 1853 e conhecido como o primeiro parque público dos Estados Unidos (Andrade, 2010).

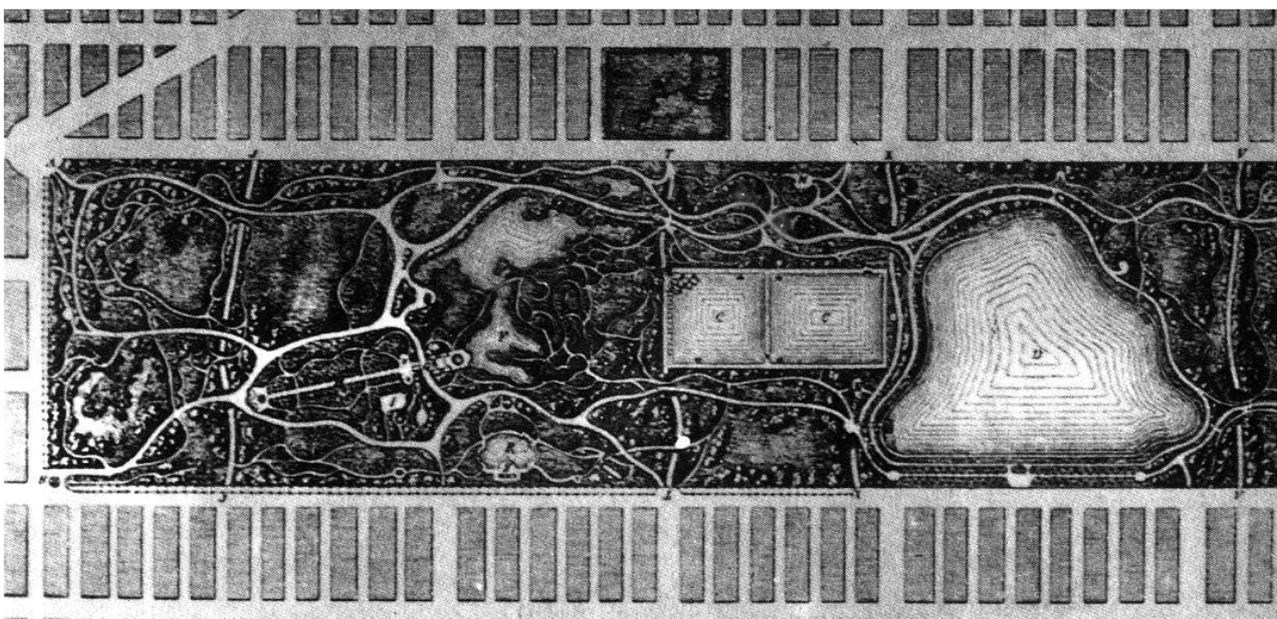


Fig. 11 - Projeto do Central Park, Manhattan, Nova Iorque, Estados Unidos. (Fonte: Andrade, 2010)

O movimento para criação de parques (*Park Movement*), iniciado por Olmsted nos Estados Unidos, vinha de encontro ao *Conservation Movement*, movimento estatal para criação de parques e reservas para proteção dos recursos naturais nacionais (Andrade, 2010), para o qual Olmsted foi grande contribuidor através da criação também de parques naturais.

Nos Estados Unidos, outro trabalho de Olmsted que influenciaria grandes arquitetos modernos, como Le Corbusier, seria o Projeto de *Riverside* (1869) (figura 12), desenvolvido no Illinois, num subúrbio de Chicago. O bairro foi projetado para 10 mil habitantes e teve como premissa a fluidez e conexão entre os espaços verdes na envolvente das unidades habitacionais (Johnson, 1997 citado em Andrade, 2010). O traçado orgânico e sinuoso das ruas hierarquizadas respeitava as curvas naturais da topografia existente, tirando partido do potencial paisagístico do local próximo ao rio. A conceção inovadora tinha como resultado um complexo residencial imerso na natureza, à semelhança dos campos ingleses, atendidos por uma infraestrutura eficiente e económica. Este modelo de subúrbio ajardinado proporcionou às classes dirigentes uma fácil comunicação com a cidade (Andrade, 2010).

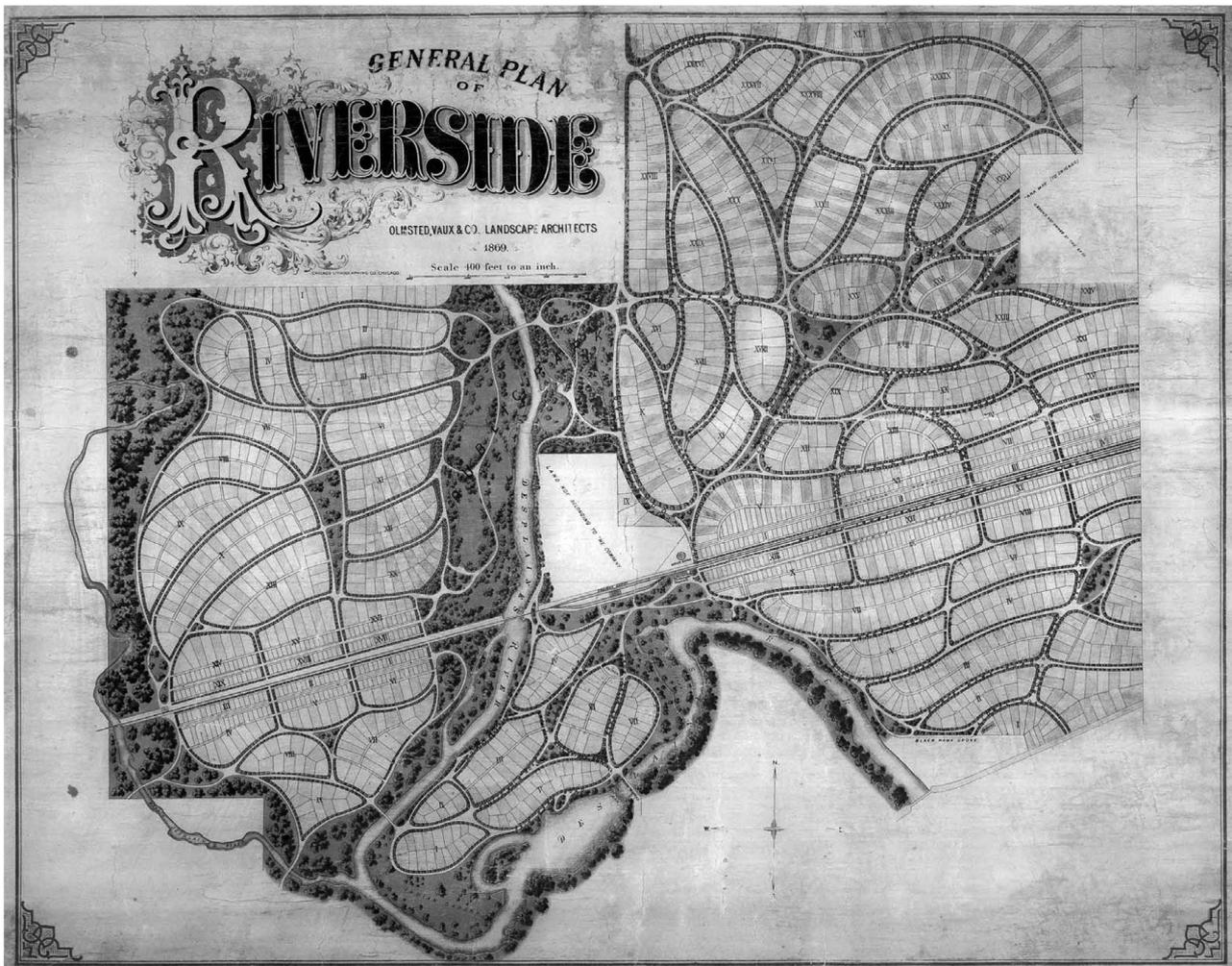


Fig. 12 - Projeto de Riverside, Illinois, Chicado, Estados Unidos. (Fonte: Andrade, 2010)

O planeamento de Olmsted nas paisagens urbanas dos Estados Unidos, como em Milwaukee, Buffalo, Chicago e Boston, recebeu atenção entre os profissionais europeus. Para Olmsted, os espaços verdes públicos exercitavam a distinta influência da harmonização e refinamento sobre as classes mais desafortunadas e oprimidas da cidade (Nilsen, 2014).

Alinhado a esta corrente ideológica de modificação das paisagens urbanas, é apresentado nos Estados Unidos, mais precisamente na cidade industrial de Chicago, durante a *Columbian Exposition* em 1893, o *City Beautiful Movement*, cuja proposta promovia a ideia do embelezamento das cidades a partir da incorporação de espaços verdes públicos de lazer, entre eles áreas destinadas a hortas e pomares produtivos (Hall and Tewdwr-Jones, 2011 citado em Bell et al., 2016). Este movimento teve repercussão internacional e estimulou o contato entre os planeadores e as autoridades (Nilsen, 2014).

Esta perspetiva de incorporação às paisagens urbanas de espaços verdes públicos multifuncionais se solidificou no cenário mundial na segunda metade do século XIX, materializando-se de forma mais completa e amplamente difundida na proposta das cidades jardins de Ebenezer Howard, que carregava experiências de ambos os lados do Atlântico (Da Silva, 2011).

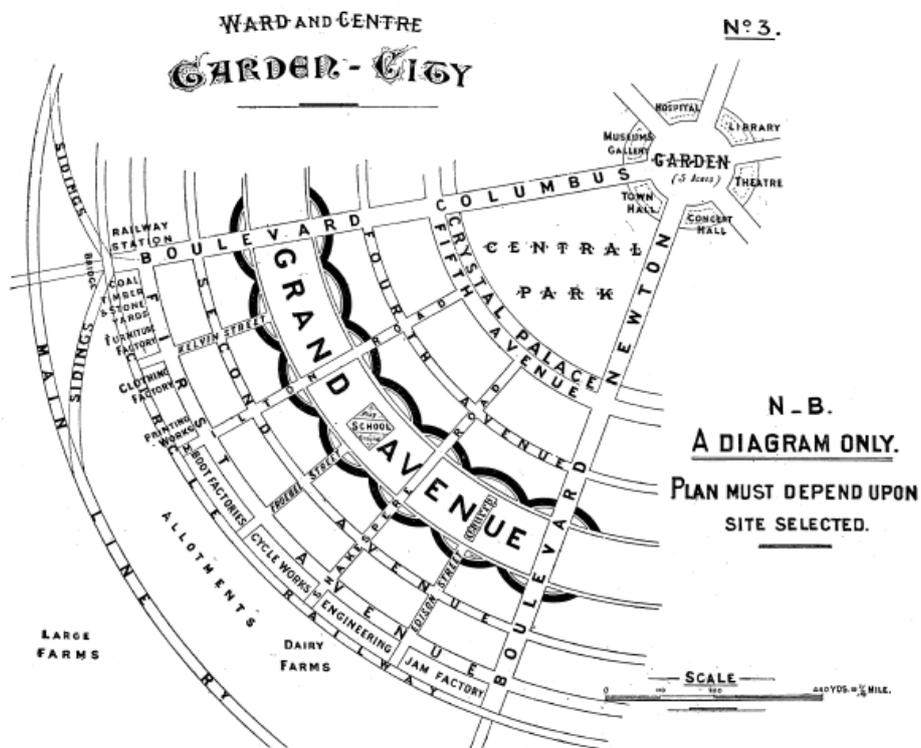
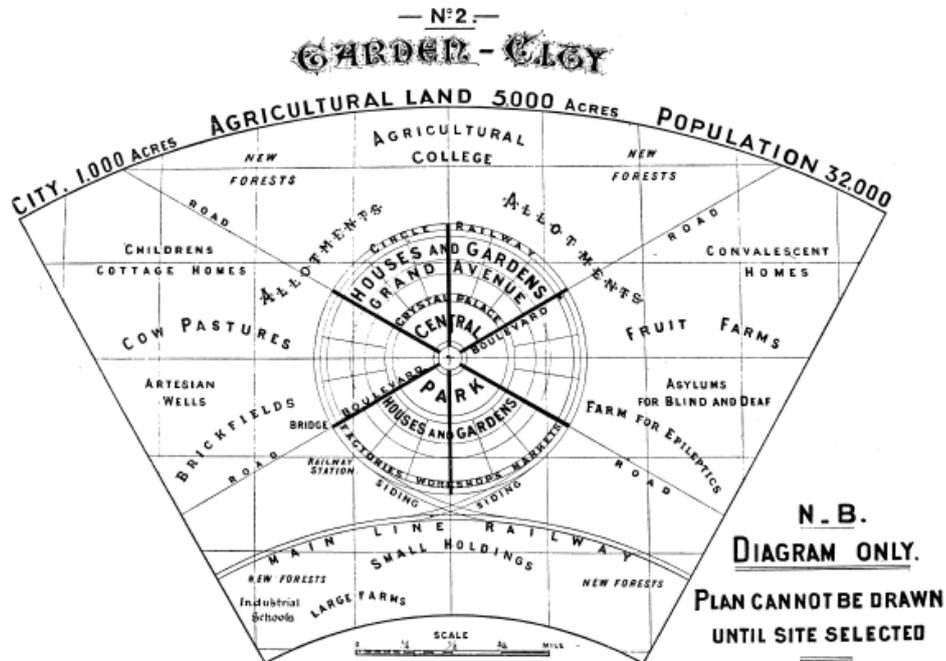
Em seu livro, *Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform*, publicado em 1898, Howard promove uma nova abordagem ao planeamento urbano. No que ele chamou de modelo “*Town-Country Magnet*”, apresentou uma análise sobre o que atraía as pessoas para a cidade ou para o campo. Ele sugere, então, que o benefício das comunicações e serviços tipicamente oferecidos no meio urbano atingem uma expansão limite, a partir da qual se começa a perder eficiência. Para remediar isto e incorporar os benefícios do ambiente rural, ele propõe uma nova forma de comunidade “*town-country*”, que combina os desejáveis recursos de ambos os ambientes (Nilsen, 2014).

Suas propostas traziam cidades planeadas em padrão radial (figuras 13a e 13b), acessíveis por grandes boulevards e com diversidade de uso do solo. A metodologia é marcada pela distribuição abundante em todo tecido urbano de áreas verdes públicas, configuradas em diversas escalas, muitas com indicação de uso como hortas urbanas e pomares. O núcleo urbano era circundado por corredores verdes e reservas de diversidade ambiental, tendo como foco o retorno da natureza para a cidade (Bell et al., 2016; Philips, 2013).

Cumprindo o objetivo de integrar o ambiente rural com o urbano, a metodologia valorizava a paisagem rural de vistas amplas, em oposição às cidades super adensadas e poluídas daquele período, propondo com ênfase a separação das áreas industriais e residenciais (Bell et al., 2016).

Dentre as propostas de paisagens urbanas utópicas ao longo da história, o trabalho de Ebenezer Howard se destaca por numerosas razões. Além da inclusão de hortas urbanas em todo o tecido urbano, o programa *Garden City* apresenta uma visão conceptual de larga escala, propondo a

redução na superlotação urbana e sugerindo que grandes cidades, como Londres, poderiam optar por demolir bairros degradados para construção de novos bairros sociais que incluíssem “parques, áreas de recreio e hortas urbanas” (Nilsen, 2014), promovendo a qualidade de vida e trazendo dignidade para as pessoas.



Figs. 13a e 13b. Diagramas de planejamento urbano desenvolvido por Ebenezer Howard para apresentação dos conceitos do modelo The Garden City, de sua autoria. (Fonte: Nilsen, 2014)

Assim como não eram determinados pelo programa o modelo produtivo ou tipo de cultivo das hortas e pomares, muitos outros recursos também foram sugeridos por Howard de uma forma livre, permitindo que fossem ajustados ao longo da evolução do bairro, de acordo com a necessidade. O que ficou determinado em programa foi precisamente os recursos que financiariam o funcionamento de toda a operação. Como afirmado por Lewis Mumford, “Howard não era um sonhador, mas um socialista autodidata que deu prioridade aos fatores sociais e económicos em seus planos” (Nilsen, 2014).

Em 1903, foi criada a *Letchworth Garden City* (figura 14), de 1.545 hectares, financiado em Hertfordshire, posicionada a 56 quilómetros a norte do centro de Londres. A construção começou durante o mesmo ano. *Letchworth* foi a única verdadeira *Garden City* construída, segundo a visão de Howard (Nilsen, 2014).



Fig. 14 - Garden City de Letchworth, Inglaterra, nos dias de hoje.

(Fonte: <https://images.adsttc.com/media/images/608f/d82f/f91c/816f/5300/014b/slideshow/open-uri20181022-9725-1icqvqp.jpg?1620039721>)

No princípio do séc. XX, o seu programa influenciou o planeamento das cidades coloniais inglesas de Nova Deli, na Índia, e Canberra, na Austrália (Philips, 2013) e algumas áreas de Lisboa, em Portugal, como o Bairro da Encosta da Ajuda, mais tarde denominado Restelo, desenhado por Faria da Costa (entre 1938 a 1940), destinado à pequena e alta burguesia portuguesa; e o Bairro de Alvalade, cujo planeamento propôs pela primeira vez edifícios coletivos destinados à habitação social, estruturados e apoiados numa série de equipamentos sociais (Almeida, 2006).

Para Philips (2019), Howard foi um verdadeiro visionário, pois sua metodologia foi aplicada em diversos momentos por movimentos urbanistas e de agricultura urbana, ainda nos dias de hoje,

como o exemplo da cidade de Brøndby Haveby (figura 15), na Dinamarca, claramente inspirada no conceito *Garden City*.



Fig. 15 - Imagem aérea cidade de Brøndby Haveby, na Dinamarca
(Fonte: <https://i.pinimg.com/originals/48/6c/59/486c59d8c1896e44b3d6b6544ddb4438.jpg>)

5.4. A importância das hortas urbanas para a classe operária no fim do séc. XIX



Fig. 16 - Reunião social em espaço de hortas urbanas em Berlim, 1900-05. (Fonte: Nilsen, 2014).

Os parques públicos e outras tipologias de espaços verdes estiveram por muito tempo de forma privilegiada dentro do plano de administrações locais, devido aos comprovados benefícios à população não apenas físicos, mas também psicológicos. Porém, estes não tiveram o mesmo impacto que as hortas urbanas na dignidade da classe operária, que frequentemente encontrava regras proibitivas e coercitivas para seu acesso. Desta forma, as hortas urbanas superaram os parques na sua missão civilizadora: os utilizadores adquiriam um sentido de pertença que os conectava a terra, funcionando como um meio de dissuadi-los da ação política subversiva. Embora os defensores das hortas urbanas se referissem a elas como a “coroa verde das cidades”, o fenómeno não entrou na agenda urbanista até ao começo do século XX (Nilsen, 2014).

A Era Industrial permitiu que ocorresse o distanciamento dos lugares de produção alimentícia das áreas de consumo, graças às novas tecnologias de transporte e conservação de produtos. No que toca à agricultura em âmbitos urbanos de maior escala, a industrialização deu origem a três fenómenos: a) o abandono e a proibição de muitas práticas de cultivo em bairros mais centrais das grandes cidades; b) a sobrevivência das hortas urbanas de subsistência, eventualmente induzida com propósitos de controlo social; e c) a difusão de uma ideia de “agricultura de deleite” para introdução de um novo estilo de vida (Da Silva, 2011).

A expulsão das atividades agrícolas das cidades industriais esteve diretamente ligada com o aumento do valor dos terrenos, a intensificação da ocupação do solo urbano e a própria condição de vida insalubre da população operária. Alguns tipos de produção alimentícia, principalmente a criação de animais para abate, foram proibidas em âmbito urbano através da implementação de normas sanitárias, justificadas pelo risco de doenças relacionadas aos animais e pela difusão de uma determinada imagem de civilidade urbana, com a qual as elites se identificavam. Relativo ao transporte urbano, a rápida substituição da força motriz animal pela eletricidade e combustíveis fósseis teve como consequência o fim de toda a agricultura urbana de pastoreio que alimentava os rebanhos, que tinham grande importância até a última década do século XIX (Da Silva, 2011).

Num cenário de agitação social e condições ambientais graves, uma ideia bastante difundida era a associação dos maus hábitos das classes operárias ao habitat denso, aos bairros de má fama que promoviam o entretenimento, a vida nos cabarés e o álcool. Foi dada então uma resposta da elite burguesa por meio da tentativa de transformação do habitat, inspirados pela ideia de domesticação e manipulação da classe operária (Da Silva, 2011).

Sob esta lógica, emergiram propostas urbanísticas para criação de novos bairros operários formados por unidades residenciais isoladas com áreas verdes disponíveis à população. Do ponto de vista sanitário, esta paisagem urbana de residências isoladas facilitava as condições de ventilação na qual se aplicava a teoria dos miasmas, então hegemónica entre os médicos higienistas. O pequeno jardim ao redor da casa e o talhão de plantio nas imediações deviam suscitar

a associação e a devoção com a propriedade privada, consolidando assim a ideologia dominante do capitalismo. A atividade de horta deveria ocupar o tempo livre e substituir as farras nos cabarés por uma vida centrada na família. “Fazer de um bailarino um jardineiro” era um dos lemas dessas ações de higiene social (Murard & Zylberman, 1976 citado em Da Silva, 2011). Um novo estilo de vida foi formulado e difundido para a população como um todo, mas mais especificamente dirigida às classes populares.



Fig. 17 - Imagem histórica de homens junto a hortas urbanas.

(Fonte: <https://www.dailymail.co.uk/femail/article-4549718/The-secret-history-UK-s-allotments.html>)

Para os defensores desta tipologia urbanística de bairros operários servidos de hortas, o discurso era baseado no alívio da miséria, educação prática moral e cívica, resiliência, ajuda mútua e solidariedade. Também eram motivados por um complexo conjunto de fatores que incluíam o desejo de ajudar os necessitados; a preocupação em conter a agitação social e, potencialmente, controlar populações voláteis; um desejo paternalista de educar e incumbir valores morais nos trabalhadores; interesse em obter incentivos fiscais por trabalhar em favor da redução da pobreza; e a oportunidade configurar um negócio lucrativo no arrendamento de terras em condições desfavoráveis para urbanização, porém suficientemente boas para atividades agrícolas. Numa escala mais ampla, fornecer hortas urbanas aos trabalhadores poderia parcialmente oferecer soluções a problemas de

engenharia social; promover *status quo* político; combater a ameaça socialista; desenvolver trabalho saudável e força militar; além de promover saúde pública (Nilsen 2014).

Apesar deste contexto industrial paternalista, as hortas urbanas não eram unicamente fruto de ações de manipulação. Em diferentes países do mundo ocidental, floresceram hortas urbanas comunitárias como locais de vivências coletivas e práticas culturais que, frequentemente, evocavam a vida e o mundo rural abandonado (Da Silva, 2011).

Desde os últimos anos do século XIX, a periferia e os subúrbios de Paris e de outras cidades da Europa continental foram ocupadas por assentamentos populares. Nessas localidades, uma determinada agricultura de subsistência, praticada nas hortas urbanas familiares, garantiram a sobrevivência e uma certa independência – em um contexto de salários muito reduzidos – em eventuais períodos de desemprego e com queda no rendimento familiar. Estes hortelãos, muito frequentemente, tinham raízes camponesas, identificáveis pela seleção de espécies cultivadas, diretamente ligadas aos hábitos alimentares das regiões de origem (Treppe, 1971 citado em Da Silva, 2011).



Fig. 18 - Hortas urbanas próximas à Paris com canteiros de vegetais, 1911-19. Fotografia de Jules Girard.

(Fonte: Nilsen, 2014)



Fig. 19 - Horta urbana próxima a Paris com talhões, caminho principal, cercas rudimentares e portões.

Fotografia de Jules Girard, 1911-19. (Fonte: Nilsen, 2014)

Na Inglaterra, entretanto, as classes populares continuavam vivendo nos bairros centrais, onde a disponibilidade de espaço livre para as hortas urbanas não era grande. As hortas de subsistência e o cultivo de flores eram muito mais frequentes no meio rural, em jardins e talhões agrícolas próximos às aldeias (Da Silva, 2011). Apenas no final século XIX as pequenas explorações (*small holdings*) foram legisladas e diferenciadas das hortas urbanas (*allotment gardens*), no intuito de incentivar o reassentamento no campo, combatendo os efeitos do despovoamento da zona rural. Posteriormente, a Lei dos Loteamentos, de 1925, estipulou que os *allotment gardens* deveriam ser consideradas em todos os esquemas de planeamento da cidade. Porém, mais tarde, a Lei de Planeamento da Cidade e do País pôs fim a esta orientação (Nilsen, 2014).

Na virada do século XX, quatro tipologias diferentes dominavam as hortas urbanas alemãs: as hortas para alívio da miséria, já estabelecidas em numerosas cidades; as hortas urbanas promovidas por companhias industriais para seus operários; as hortas patrocinadas aos trabalhadores pela Cruz Vermelha, que continuavam uma tradição de assistencialismo patriarcal; e a *Schrebergärten*, organizada primeiramente em Leipzig, que se diferenciava pela intenção de ser uma iniciativa pedagógica. Seguindo este raciocínio, as *Laubenkolonien*, de Berlim, constituíam uma quinta tipologia híbrida de jardim e assentamento, que deixaria uma marca distinta na cultura alemã de hortas urbanas (Nilsen 2014).

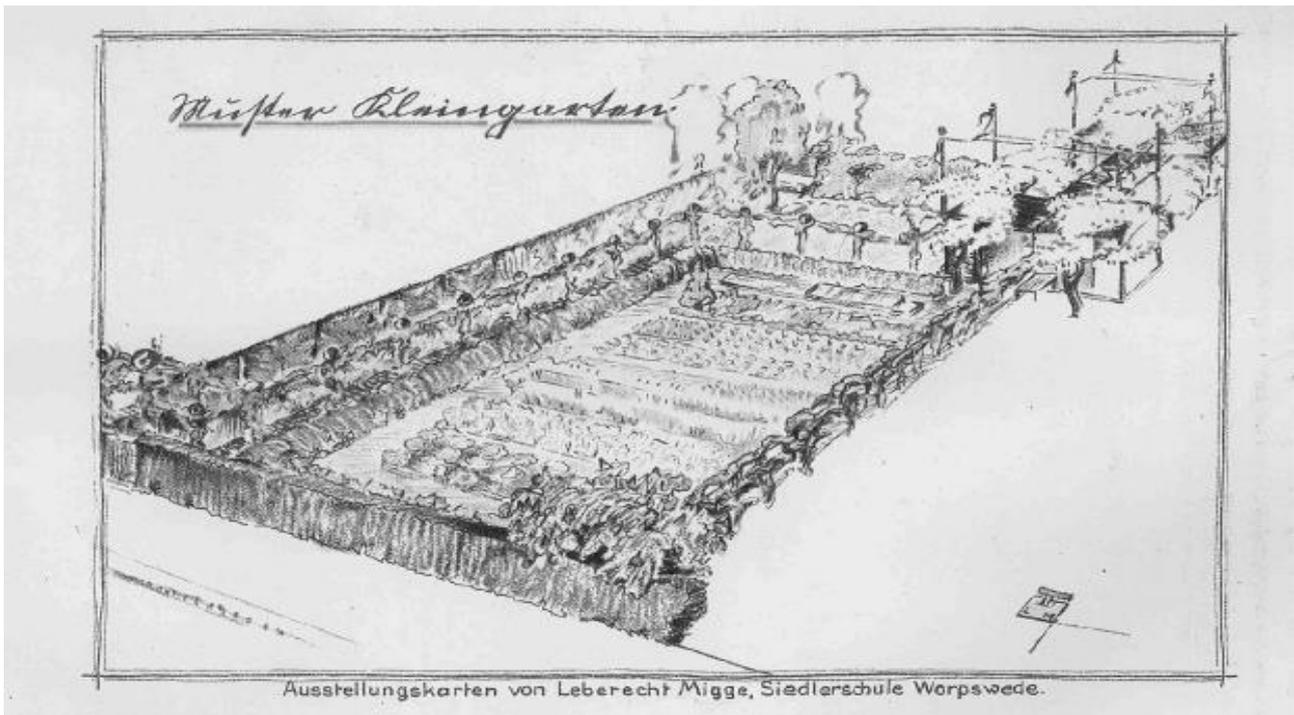


Fig. 20 - Projeto para horta urbana de Leberecht Migge, de 1925. (Fonte: Nilsen, 2014)

Em 1913, o paisagista alemão Leberecht Migge expressou a sua convicção de que as hortas urbanas eram uma necessidade básica para as grandes cidades, onde mitigariam condições insalubres. Migge via as hortas urbanas como a "coroa de louros da cidade", especialmente para comunidades desenvolvidas espontaneamente na periferia das cidades, onde observou que a vontade e o desejo de criar jardins para bem-estar, bem como por necessidade, existiam de fato. Como uma forma de cultura vernacular, as hortas urbanas eram uma afirmação popular digna de atenção. Estes pequenos jardins combinavam os ideais de Migge de reforma social e o cultivo de terras para satisfação de necessidades básicas. Para ele, o planejamento de hortas urbanas não eram apenas a conceptualização teórica de um fenómeno social, mas também um desafio de desenho (figura 20). Migge definiu que a segurança era um pré-requisito para a conceção e desenvolvimento de infraestruturas esteticamente mais satisfatórias (Nilsen, 2014).

Ainda em 1913, na Alemanha, entre os locais fornecidos para cultivo de hortas urbanas pelo *Hamburg Patriotische Gesellschaft* (Sociedade Patriótica de Hamburgo), a colónia modelo de *Uhlenhorser Ulmenau* foi um marco por ser a primeira horta urbana projetada por um arquiteto em Hamburgo, considerada um raro exemplo de tentativa de padronização estética no período pré-Primeira Guerra Mundial. Disposto como um espaço verde dividido em dezanove talhões, a iniciativa cumpriu com os ideais burgueses e patrióticos que a *Patriotische Gesellschaft* tinha para suas *Familiengärten* ("hortas familiares") (Nilsen, 2014).



Fig. 21 - Horta urbana Marienthal em Berlim, com bairro de Neukoll ao fundo, em 1912. (Fonte: Nilsen, 2014)

Existem outros registos pontuais de programas de hortas urbanas organizados por associações civis nos Estados Unidos e em alguns países europeus como Inglaterra, Alemanha, Dinamarca, Países Baixos, Luxemburgo, Suécia, Bélgica, França, Polónia, Finlândia, Áustria, Suíça, Noruega, Irlanda, reunidos por Simon Bell e outros no livro *Urban Allotment Gardens in Europe*, de 2016, e por Micheline Nilson, no livro *The Working Man's Green Space*, de 2014.

5.5. Início do século XX: o protagonismo das hortas urbanas em períodos de crise



Fig. 22 - Hortas urbanas lindeiras a caminho de ferro em Londres, em 1918. (Fonte: Nilsen, 2014)

O conceito moderno de hortas urbanas foi realmente impulsionado no início do século XX, especialmente durante as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão económica entre elas. Os entraves enfrentados durante as guerras para assegurar a produção e distribuição de alimentos levaram vários governos a perceber o potencial das hortas urbanas, não somente para garantia de segurança alimentar, mas também como espaços promotores de lazer, bem-estar e melhoria da moral do povo em períodos difíceis (Philips, 2013; Bell et al., 2016).

De acordo com Pack (1919), nos primeiros anos da Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), três milhões de agricultores franceses e oito milhões de russos deixaram as suas terras para se alistar ao exército. A mesma tendência foi seguida na Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Império Austro-Húngaro, Bulgária, Sérvia e Turquia resultando num expressivo desfalque para o sistema produtivo agrícola destes países (Bell et al., 2016).

Esta situação foi ainda agravada em países vítimas de bombardeios aéreos em áreas produtivas, com consequentes evacuações da população civil rural, como ocorrido na região norte da França, no sul da Bélgica, na parte oriental do Império Austro-Húngaro e na parte ocidental da Rússia (Bell et al., 2016).

Durante os períodos de guerra, a agricultura urbana adquiriu uma função estratégica não somente no abastecimento de alimentos, mas também no que toca ao aspeto ideológico. Este fator foi muito explorado, por exemplo, pela União Soviética na Primeira Guerra, e pela Alemanha nazi na Segunda Guerra, onde a agricultura urbana foi uma atividade extremamente incentivada. (Da Silva, 2011).



Fig. 23 - Meninos limpam área bombardeada e preparam a terra para plantio de vegetais, na Inglaterra. (Fonte: Nilsen, 2014)

Com a ameaça da fome devido à baixa produção de alimentos, diversas autoridades e grupos da sociedade civil em vários países iniciaram campanhas de estímulo à produção local de alimentos em jardins privados, em parques e praças públicas, áreas adjacentes a indústrias e estradas de ferro, bases militares, áreas bombardeadas, lotes expectantes, e áreas verdes no geral dentro do perímetro urbano e periurbano. Estas hortas urbanas improvisadas em áreas livres por todo tecido urbano foram popularizadas primeiramente nos Estados Unidos e posteriormente na Europa, e ficaram conhecidas como *War Gardens* (Bell et al., 2016). Em Paris, as terras desocupadas pelas fortificações³ foram designadas para cultivo de hortas urbanas durante a Primeira Guerra Mundial.



Fig. 24 - Hortas urbanas criadas no fosso de antigas fortificações desmontadas em Paris.

Fotografia de Jules Girard, em 1917-19. (Fonte: Nilsen, 2014)

Inglaterra, França e Alemanha demoraram para tomar medidas de aumento do número de hortas urbanas para aumentar a oferta de alimentos em campos de guerra, apresentando ações efetivas somente a partir de 1916. Uma vez que as hortas urbanas foram integradas no esforço de guerra,

³ Na Europa, algumas terras foram liberadas pelo desmantelamento de fortificações a partir de 1860, em parte para permitir a construção de caminhos de ferro e também porque as muralhas das cidades tinham se tornado desatualizadas no contexto urbano moderno, e defasadas no enfrentamento das guerras (Nilsen, 2014).

o seu número cresceu significativamente. No entanto, os esforços realizados mais tarde para manter a terra convertida em hortas urbanas durante a guerra foram frequentemente malsucedidos, embora tenha havido progressos significativos na frente legislativa. No período pós-guerras, obter e manter as hortas urbanas, especialmente próximas das habitações, se mostrou um desafio (Nilsen, 2014).

O crescente movimento das hortas urbanas na Europa do Norte deu origem à Federação Internacional "*Coin de Terre et Jardins Familiaux*", fundada em Luxemburgo, em 1926, a qual agrega associações nacionais de vários países, nomeadamente Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grã-Bretanha, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça (Delgado, 2020).



Fig. 25 - War garden em 1918. (Fonte: Nilsen, 2014)

A Grande Depressão, ocorrida em 1929 e com duração de uma década, teve imenso impacto sobre as condições socioeconómicas da população dos Estados Unidos com potente reflexo na Europa e mundialmente. Muitas empresas faliram e milhares de pessoas passaram a viver em estado de miséria. Além da insegurança alimentar, as pessoas estavam reféns de graves problemas emocionais devido ao impacto da guerra e a moral abalada pela incapacidade de recuperação económica e social global (Bell et al., 2016).

Ao fim da Primeira Guerra Mundial, há um fator comum entre os programas governamentais de urbanização, efetivamente implantados em larga escala nos Estados Unidos e em alguns países do norte da Europa para reconstrução das cidades bombardeadas. Alinhados à proposta urbanística do fim do século XIX para criação de bairros operários, apresentava-se uma política pública de

redução da densidade populacional, a partir da construção de novas áreas residenciais com mais espaços abertos e maior interconexão entre as áreas rurais e o meio “natural”. Nota-se aqui uma maior influência da proposta de cidades-jardim de Ebenezer Howard (Da Silva, 2011).

Durante as primeiras décadas no século XX na França, a cidade-jardim primeiramente assumiu um papel referencial para construção de habitações de baixo custo (*habitations à bon marche* - HBM), promovidas por Henri Sellier. Como prefeito da comunidade Sena de Suresnes, Sellier defendeu as hortas urbanas como exemplificadores da moral e benefício físico do “bom socialismo” (Nilsen, 2014)

Na Inglaterra, as cidades-jardim construídas no modelo de cidade pós-liberal pelas companhias para seus operários, as *company towns*, tiveram concebidos os espaços abertos cultivados, assim como os quarteirões, principalmente como espaços de vigilância, com intuito disciplinar (Da Silva, 2011).

Este modelo urbanístico se estendeu pela Europa inclusive durante o período da Segunda Guerra Mundial, assim como nos Estados Unidos, com a implantação de várias *war villages*. Os assentamentos foram concebidos sob o mesmo modelo espacial: casas semidúplex ou com terraços curtos, com jardins na frente e/ou atrás da construção.



Fig. 26 - Vista aérea de *company town* inglesa. (Fonte: Milano, 2011)



Fig. 27 - Imagem de *company town* inglesa. (Fonte: Milano, 2011)



Fig. 28 - Cidade jardim Bromley, Londres, com loteamento de hortas urbanas em primeiro plano, em 1924.
(Fonte: <https://bromleycommonallotments.org/about/our-history>)

Na Alemanha, as influências do movimento moderno no urbanismo se fizeram sentir inclusive antes da Segunda Guerra Mundial. Alguns municípios importantes, administrados pelos social-democratas, implantaram programas de habitação social tendo como referência os métodos de construção industrial, a habitação coletiva e as economias de larga escala. O pequeno jardim familiar não foi um espaço verde característico destes empreendimentos (Da Silva, 2011), mais focados na ideia da coletividade.

Os arquitetos que trabalharam na Alemanha, principalmente durante a República de Weimar (1918), foram responsáveis pela elaboração de diversos parques populares (*Volkspark*), que enfatizavam o uso coletivo dos espaços, juntamente a premissas inovadoras na definição de usos, como os novos equipamentos de lazer com áreas de esporte e espaços destinados a hortas comunitárias. Apesar da inovação relativa aos usos e à setorização funcional do espaço, a configuração dos parques revelava traçados convencionais, o mesmo ocorrendo na concepção das praças e dos jardins contíguos às edificações, que não acompanhavam o arrojo de algumas obras arquitetônicas (Andrade, 2010).

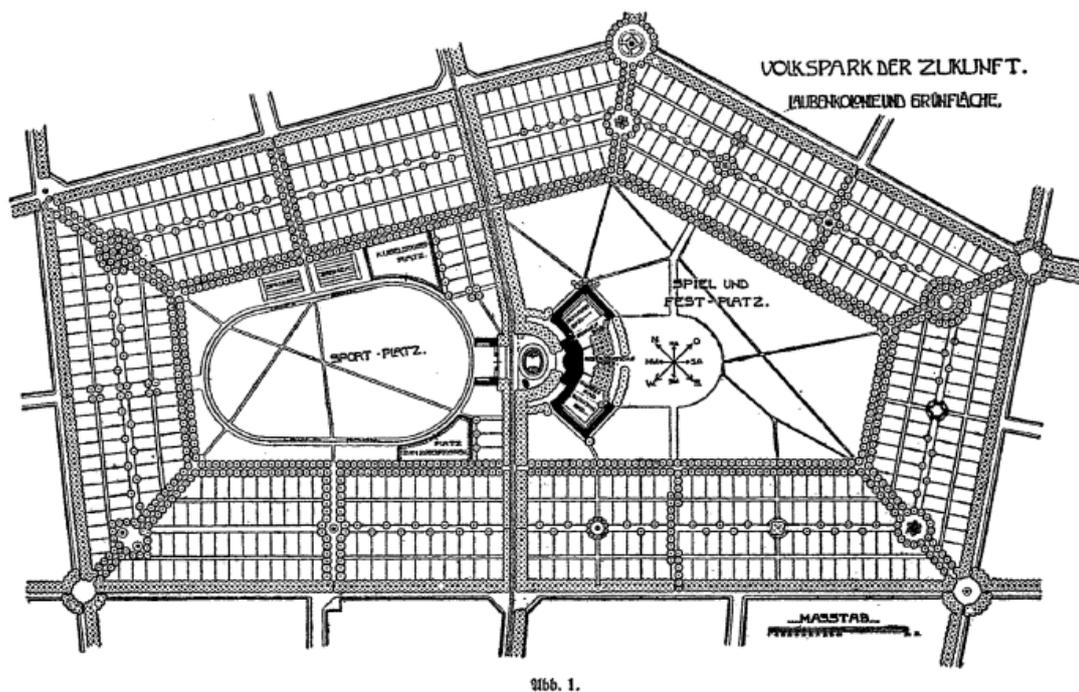


Abb. 1.

Fig. 29 - Projeto de Harry Maasz retirado do livro *Der deutsche Volkspark der Zukunft*. (Fonte: Nilsen, 2014)

Harry Maasz, famoso designer dos jardins de Lübeck, também incorporou hortas urbanas nas suas propostas de reforma de parques urbanos (figura 29). Em 1913, publicou *Der deutsche Volkspark der Zukunft* ("O parque alemão para o futuro") onde defendia uma forma de parque público que configurava uma componente da vida comunitária, onde a "estética verde" seria integrada com o "verde social". Para este fim, integrava espaços destinados a hortas urbanas com equipamentos de lazer e esporte, propondo uma coexistência de várias atividades sociais no mesmo espaço verde.

Também desenvolveu uma proposta para Hamburgo na qual incorporava hortas urbanas e equipamentos de lazer em bairros sociais (Nilsen, 2014).

Os reformadores sociais e habitacionais alemães tinham em mente que o equilíbrio social só seria possível se restituída a conexão das pessoas com a natureza, através da atividade de jardinagem nos quintais residenciais ou nos talhões de hortas urbanas. As chamadas “hortas urbanas para o alívio da pobreza” (*Armengärten*) ou “campos para os pobres” (*Armenäcker*), eram uma forma de assistencialismo recorrente durante períodos de crise, marcados pelo desemprego generalizado e escassez de alimentos, como ocorreu especialmente entre as duas guerras mundiais (Nilsen, 2014).



Fig. 30 - Horta urbana próxima a Berlim, em 1900. (Fonte: Nilsen, 2014)



Fig. 31 - Horta urbana próxima a Berlim, 1924. (Fonte: Nilsen, 2014)

Nos Estados Unidos, desde a Primeira Guerra Mundial, eram planeadas em todo país as hortas urbanas assistenciais, conhecidas por *Relief Gardens*, como suporte à população, dado que a insegurança alimentar devido a baixa disponibilidade de alimentos era sentida em todas as classes sociais. Outros termos conhecidos eram *welfare garden plots*, *vacant-lot gardens* e *subsistence gardens* (Bell et al., 2016).

5.6. Urbanismo progressista da Bauhaus e as novas premissas para a paisagem urbana



Fig. 32 – Fotografia oficial do grupo de arquitetos modernos que deram início aos CIAMs, em La Sarraz, 1928. (Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Official-group-photograph-CIAM-I-La-Sarraz-1928-The-full-list-of-people-in-the-photo_fig3_336172892)

No período entre guerras de 1919 e 1933, na Europa, iniciou-se o movimento modernista, no qual se destaca o nascimento do urbanismo progressista da Bauhaus. Os CIAMs (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna), tiveram sua fundação, em 1928, a partir da reunião de um grupo de arquitetos modernos na Suíça, no castelo de *La Sarraz Vaud*, apoiados por Madame Hélène de Mandrot, uma importante mecenas do movimento modernista. A partir de um programa elaborado em Paris, os profissionais envolvidos firmaram um ponto de vista sólido e decidiram reunir-se para colocar a arquitetura urbanista como suas verdadeiras tarefas (Carta de Atenas, 1933, pg.36).

O 4º Congresso CIAM, realizado em Atenas, em 1933, dá origem ao manifesto da Carta de Atenas, que traz uma releitura moderna da Teoria do Higienismo, conforme pode ser observado no trecho a seguir:

“O emprego da máquina subverteu condições de trabalho. Rompeu um equilíbrio milenar, aplicando um golpe fatal no artesanato, esvaziando o campo, entupindo as cidades e, ao desprezar harmonias seculares, perturbando as relações naturais que existiam entre a casa e o local de trabalho. Um ritmo furioso associado a uma precariedade desencorajante desorganiza as condições de vida, opondo-se ao ajuste das necessidades fundamentais. As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vitais, tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados: doença, decadência, revolta. O mal é universal, expresso, nas cidades, por um congestionamento que encurrala na desordem e, no campo, pelo abandono de numerosas terras” (Carta de Atenas, 1933, pg.5).

A Carta de Atenas destaca os benefícios psicológicos e fisiológicos do contato com a natureza, dada a importância fulcral dos seus elementos para a vida dos seres humanos. Quando não atendidas as necessidades humanas vitais, ou seja, quando o indivíduo perde o contato com a natureza, este é fadado à doença e à decadência. Desta forma, chega-se ao seguinte postulado: “o sol, a vegetação e o espaço livre são as três matérias-primas do urbanismo”, desafiando assim que as novas propostas façam o exercício de um planeamento urbano a partir de um ponto de vista verdadeiramente humano (Carta de Atenas, 1933, pg.7).

O manifesto coloca em pauta a questão do zonamento urbano, operação que deveria ser realizada com o objetivo de atribuir a cada função e indivíduo o seu justo lugar, levando em consideração as diversas atividades humanas como locais de habitação, centros industriais ou comerciais, salas ou terrenos destinados ao lazer etc. Numa vertente claramente política, coloca a importância de que sejam fornecidos, para todos, por meio de uma “legislação implacável”, espaços urbanos de qualidade para promoção de bem-estar, “independente de qualquer questão financeira”, conforme salientado no trecho: “é preciso impedir, para sempre, (...) que famílias inteiras sejam privadas de luz, de ar e de espaço” (Carta de Atenas, 1933, pg.8).

Em uma visão diferente, pode-se dizer que as novas propostas não representavam uma rutura com o sistema capitalista, e sim proclamavam uma nova etapa. É acentuado o caráter de intervenção do Estado no contexto de crise económica mundial, onde se espera que o urbanismo e a arquitetura juntos fossem capazes de evitar a revolução. A arte passa a ser regulada e, por fim, legitima a ideologia do seu principal patrocinador. Era premissa a ampliação do repertório de ação através da criação de um estatuto para toda a cidade, contendo diretrizes funcionais em que, através do controlo do uso do solo (estatuto da terra), distribuiria o bem-estar decorrente do avanço técnico entre a coletividade (Andrade, 2010).

É interessante destacar no manifesto a importância da garantia de horas de lazer em meio à natureza após as horas extenuantes de trabalho físico que a classe operária enfrentava, “para salvaguardar não somente sua saúde física, mas, também, sua saúde moral e a alegria de viver dela decorrente”, colocando a manutenção e a criação dos espaços verdes livres como uma importante questão de saúde pública (Carta de Atenas, 1933, pg.15).

O urbanismo modernista também faz duras críticas aos subúrbios ajardinados, inspirados nos modelos de cidade-jardim, que no decorrer dos séculos XIX e XX se espalharam por diversas cidades europeias e, principalmente, nos Estados Unidos. É suscitada a questão, ainda sem solução, da distância tempo destes imensos bairros periféricos, onde a densidade populacional é baixa e obriga o poder público a fornecer uma grande estrutura urbanística de questionável custo-benefício para a coletividade. Descrevem-se na Carta os subúrbios de classe operária, caracterizados por imensa miséria, com barracos de madeira mal distribuídos, expondo sua desordem e incoerência; e os subúrbios da classe mais rica, com imensos casarões e superfícies relvadas, com áreas verdes compartimentadas em pequenos elementos de uso privado (Carta de Atenas, 1933, pg.16).

Porém, destacam aqui um único argumento a favor das cidades-jardins: a presença marcante em todo tecido urbano das hortas. No Artigo 35, salienta-se que as hortas urbanas devem ser levadas em consideração nas novas premissas urbanísticas, “garantindo-lhes uma percentagem do solo disponível, divididas em múltiplas parcelas individuais e certos empreendimentos coletivos” (Carta de Atenas, 1933, pg.16).

A Carta de Atenas, portanto, normaliza a noção da cidade higienista, idealizando uma urbe com vias separadas do edificado, formando quarteirões verdes com edificações altas, que permitissem o adensamento populacional de qualidade, uma verdadeira “cidade-parque”. Este modelo urbanista progressista pode ser definido por quatro funções principais: trabalho, habitação, lazer e circulação. A aplicação destas diretrizes pode ser encontrada em vários lugares do mundo. Em Portugal, a Carta de Atenas influenciou o planeamento do Bairro dos Olivais, do plano urbano de Chelas e do Bairro de Alvalade, inicialmente planeado com inspiração no modelo inglês de cidade jardim (Almeida, 2006).

Na Alemanha, os novos planeamentos habitacionais influenciados por membros da Bauhaus, como Walter Gropius, previam incluir hortas urbanas que, mesmo pequenas, deveriam ter seu cultivo potencializado através do fornecimento estatal de um arado para uso comum e garantia de acesso à água para todos (Nilsen, 2014).

5.7. Segunda Guerra Mundial: a expansão das hortas urbanas e sua importância política



Fig. 33 - Homens e mulheres cultivando hortas urbanas.

(Fonte: <https://www.learningwithexperts.com/gardening/blog/the-history-of-allotments>)

A explosão da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) resultou na divisão política entre Leste e Oeste através da Cortina de Ferro, levando ao agravamento das condições de vulnerabilidade social de forma global. Milhões de pessoas se encontravam em situação de sem-abrigo, em condições de vida desesperadas. A situação dramática levou diversas autoridades civis a elevarem o movimento das hortas urbanas a um patamar nunca antes visto, como ferramenta de alívio para a situação de extrema insegurança alimentar.

Representante máxima do Leste comunista, a União Soviética produziu o maior movimento de agricultura urbana na época da guerra⁴, no qual seu estado draconiano militarizado conduziu com extraordinária eficácia a mobilização de milhões de pessoas (principalmente mulheres operárias) para produção de alimentos em áreas inocupadas, como forma de gerar sustento à população e ao exército (Cardona & Markwick, 2019). Além da Bauhaus e dos CIAMs, a ideologia soviética foi uma terceira fonte de influência na Europa e nos Estados Unidos no século XX. A visão do novo cidadão soviético que foi promovido no exterior elevou a importância do modesto jardineiro a um papel fulcral para a coletividade (Nilsen, 2014).

⁴ Vide "Anexo 1" para texto completo sobre o movimento da União Soviética.

Durante o período inicial da guerra, grande parte das terras mais férteis na parte ocidental do país haviam sido ocupadas e as plantações destruídas pelo exército alemão, reduzindo drasticamente as fontes de alimento e colocando a União Soviética numa situação dramática de escolher entre suprir seu exército ou o restante da população.

De acordo com o censo pré-guerra de 1939, quase dois terços da população soviética nesta época viviam em áreas rurais (89,7 milhões de uma população total de 146 milhões). Durante o período da depressão económica de 30 e o início da Segunda Guerra Mundial, houve um intenso êxodo rural para as fábricas e frente de batalhas, reduzindo a produção agrícola (Cherniavskii, s.d. citado em Cardona & Markwick, 2019).

Neste cenário, tornou-se comum a criação de hortas ao redor das unidades fabris, cultivadas principalmente por mulheres operárias que, na ausência dos homens que foram massivamente direcionados às frentes de batalha, foram responsabilizadas em dar continuidade à produção industrial de suporte à nação e, junto, prover o sustento de sua família (Cardona & Markwick, 2019).



Fig.34 - Mulheres russas separando a colheita durante a Segunda Guerra Mundial.

Fonte: (Cardona & Markwick, 2019)

Em 1938, as hortas urbanas representavam 3,9% da área agricultada soviética, porém contribuíram com 49% da produção total de alimentos frescos. Os rumos que a guerra tomou deram à agricultura não-estatal uma nova legitimação (Kingston-Mann, s.d., citado em Cardona & Markwick, 2019).

O Estado, vendo as hortas urbanas como uma saída estratégica no combate à fome e suprimento alimentar do exército, investiu massivamente no movimento e passou a fornecer sementes e ferramentas, além de estimular reuniões com agricultores experientes para orientar as pessoas em como plantar e, posteriormente, a como conservar os alimentos através de técnicas de preservação (Cardona & Markwick, 2019).

Investiu-se muito na propaganda soviética (figuras 35a,b,c) para estímulo e responsabilização das mulheres pela produção de alimentos, transformando o movimento das hortas urbanas em uma ferramenta de mobilização de massas (Cardona & Markwick, 2019).



Fig. 35a - Texto: "Apanhem até ao último grão!" (1941)

Fig. 35b - Texto: "Mais pão para a frente e a retaguarda. Apanhem todo o grão" (19??)

(Fonte 35a e 35b: <https://departamentodeagitacao.wordpress.com/category/colecoes/agitacao-e-propaganda-na-segunda-guerra-mundial/propaganda-na-segunda-guerra-mundial-a-uniao-sovietica/page/2/>)

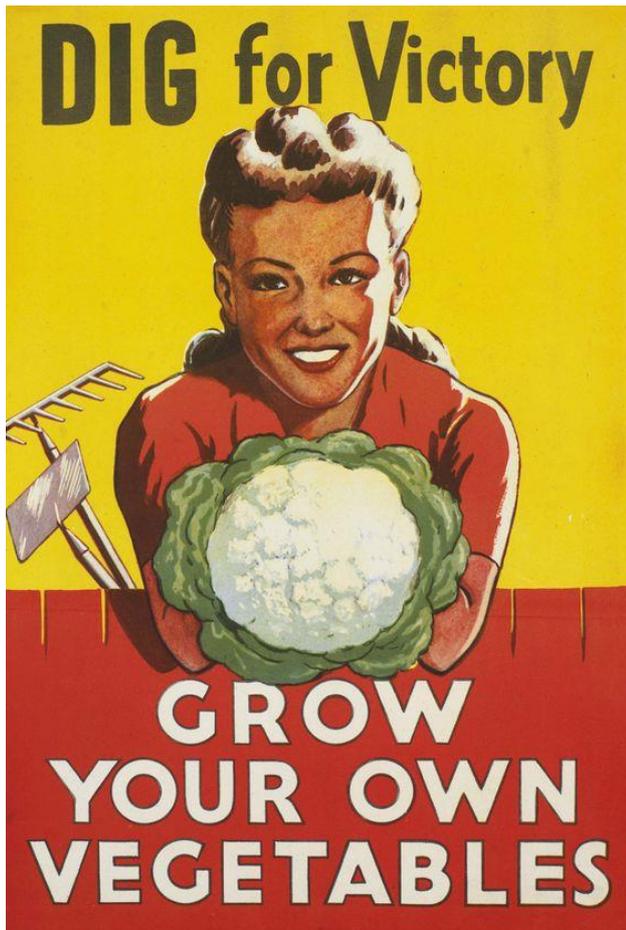


Fig. 35c - Texto: “As mulheres sentam no trator e dão uma ordem confiada aos soldados: espanquem os fascistas com bravura e eficácia e nós trabalharemos para vocês também!” (1941)

Fonte: (<https://departamentodeagitacao.wordpress.com/category/colecoes/agitacao-e-propaganda-na-segunda-guerra-mundial/propaganda-na-segunda-guerra-mundial-a-uniao-sovietica/page/2/>)

Com base no sucesso da campanha soviética pró-hortas urbanas, rapidamente iniciativas similares começaram a surgir nos países aliados: a campanha inglesa *Dig for Victory* (figuras 36a,b), começou em 1939, seguida em 1941 pela *Victory Gardens* (figuras 37a,b) nos Estados Unidos (Garon, s.d. citado em Cardona & Markwick, 2019). Foram produzidos cartazes claramente inspirados nos modelos utilizados nas propagandas soviéticas, cujo design é uma referência até os dias de hoje, dada sua originalidade e impacto causado à época.

Na campanha *Victory Gardens*, slogans como “*Food for freedom!*” eram usados para relacionar o trabalho nas hortas urbanas com a ideia de patriotismo e resiliência, estimulando o senso de orgulho e dignidade. Com a ampliação do programa de agricultura urbana, em 1944, mais de 40% dos vegetais frescos consumidos nos EUA foram oriundos dos vinte milhões de hortas urbanas do programa *Victory Gardens* (T.J. Bassett, 1981 citado em Herrmann, 2015).



Figs 36a e 36b - Cartazes famosos da campanha "Dig for Victory", em Inglaterra.

(Fontes: <https://www.alamy.com/stock-photo/dig-for-victory-poster.html> e <https://dig-for-victory.org.uk/>)



Figs. 37a e 37b - Cartazes famosos da campanha "Victory Gardens", em Estados Unidos.

(Fontes: <https://historiahoje.com/as-norte-43as-e-a-segunda-guerra-mundial/> e <https://www.posterpassion.com/poster-detail/?inv=TVP0067&at=JamesMontgomeryFlagg>)

O pico máximo de disponibilidade de talhões de hortas urbanas em Inglaterra, medido em 1,4 milhões talhões ativos, ocorreu no período pós-guerra, resultantes do racionamento de comida e da campanha governamental *Dig for Victory* (Dobson et. al, 2020).

A importância fulcral e global do movimento das hortas urbanas durante o período da Segunda Guerra Mundial prova como esta pode funcionar como uma ferramenta de grande suporte à sociedade durante períodos de crise, principalmente aos mais vulneráveis, promovendo segurança alimentar e contribuindo para a saúde mental de seus utilizadores.



Fig. 38 - Mulheres plantando na Inglaterra, durante a Segunda Guerra Mundial.
(Fonte: <https://www.express.co.uk/life-style/garden/381309/Gardners-of-war>)

5.8. Pós-Guerra e Era Moderna: desconexão com a natureza e crise ambiental



Fig. 39 - Crianças brincam em quintal com horta em frente à construção do bairro Robin Hood Gardens, em Poplar, Londres, 1972, em fotografia de Tony Ray-Jones. (Fonte: <https://www.dezeen.com/2017/08/31/post-war-architecture-shouldnt-take-blame-for-political-failures-owen-hopkins/>)

O período pós-guerra foi profundamente marcado pela busca da recuperação económica e segurança social, tendo por objetivo alcançar estabilidade e crescimento. Como parte de um plano de base, era preciso garantir que todos tivessem acesso a uma alimentação de baixo custo. A política agrícola europeia decidiu investir na produção de alimentos em larga escala, a fim de reduzir os custos de produção por unidade e maximizar a produção. A atividade no campo foi modernizada e mecanizada, concentrada num número reduzido de produtores com grandes áreas rurais (Deelstra, Boyd e Biggelaar, 2001 citado em Vilas Boas Leal, 2015).

Os avanços da tecnologia e o estímulo ao consumismo que se seguiram a este período criaram um cenário de desconexão entre as pessoas e a natureza. Se tornavam alarmantes a crescente poluição e a superexploração dos recursos naturais, levando a sociedade a um novo debate cujo foco central era a preocupação com o meio ambiente. Neste período, nascem os termos e linhas de pesquisa como ecologia, biofilia, ecopsicologia, entre outros, que relacionavam os benefícios da conservação ambiental e da relação homem-natureza. Cabe destaque neste debate à obra *Silent Spring* de Rachel Carson (lançado em 1962), que denuncia pela primeira vez o uso de imensa

quantidade de agrotóxicos no campo e nas cidades, oriundos do “agente laranja”⁵, e o impacto que isso tem na natureza.

Entre as décadas de 50 e 70, as políticas europeias obtiveram o esperado alcance da estabilidade e crescimento na economia. A garantia da segurança alimentar e o aumento na oferta de empregos fez com que as hortas urbanas perdessem sua importância política, social e econômica, passando a ser relacionadas com o período passado de pobreza e dificuldades. As pessoas que continuavam a plantar tratavam a atividade como recreio e deleite nas horas livres, praticando majoritariamente em seus lotes privados (Castel’ Branco, Saraiva e Neto, 1985 citado em Vilas Boas Leal, 2015).

Na Inglaterra, a disponibilidade de espaços para hortas urbanas decresceu ao longo da segunda metade do século acompanhando uma tendência global, levando aos níveis mais baixos de oferta de talhões, 333 mil, cerca de 135 km², registados nos dias de hoje (Dobson et al., 2020).

Devido ao declínio do interesse pelos talhões, o Ministério da Terra e Recursos Naturais nomearam Harry Thorpe, professor da Universidade de Birmingham, para presidir um comitê que encarregado de “revisar a política geral das hortas urbanas à luz das condições atuais na Inglaterra e País de Gales, para enfim recomendar quais mudanças legislativas, entre outras, seriam necessárias”. O relatório do Comitê, conhecido como Relatório Thorpe, foi publicado em 1969, orientando que o termo horta urbana (*allotment garden*) fosse substituído por “jardins de bem estar” ou “jardins de lazer” (*leisure garden*), termo que refletiria mais precisamente a função da jardinagem de deleite nos talhões na segunda metade da década de 60. O *leisure garden* reduziu a ênfase na produção vegetal, polindo a imagem dos jardins plebeus e neutralizando as diferenças de classe refletidas nos talhões de cultivo. O Comitê também trabalhou para melhorar e modernizar as instalações das hortas urbanas, substituindo barracões de material reciclado e cercas improvisadas por materiais uniformemente concebidos para refletir uma imagem de espaço de planejamento contemporâneo (Nilsen, 2014).

Apesar do esforço em adequar a imagem das hortas urbanas para o novo período de melhores condições econômicas e sociais, o leve aumento no interesse que ocorreu durante a década de 70 não foi continuado na maior parte dos países europeus, com exceção da Alemanha. A cultura *Schrebergarten* foi realmente internalizada pela população alemã, consolidando as hortas cada vez mais na paisagem urbana, agregando em todas as partes do país pessoas de todas as idades, interessadas no contato com a natureza e consumo de alimentos frescos e saudáveis.⁶

⁵ Produzido a partir da mistura em partes iguais de dois herbicidas potentes, o 2,4,5-T e o 2,4-D, este agente altamente tóxico era pulverizado por aviões do exército dos Estados Unidos durante a Guerra do Vietname, de 1961 a 1971, com intuito de desfolhar as florestas e evitar emboscadas do exército vietcongue, acabando por se tornar uma das principais armas para vitória. Como forma de aproveitamento econômico da tecnologia gerada no período de guerra, tem sido “adaptado” quimicamente e utilizado largamente pela agricultura no controle de ervas espontâneas (Carson, 2010), até os dias de hoje.

⁶ <https://www.alumniportal-deutschland.org/en/germany/country-people/small-garden-plots/>



Fig. 40 - Fotografia da década de 70, ilustra a tentativa de associar a imagem das hortas urbanas ao bem-estar e modernidade. (Fonte: <https://www.learningwithexperts.com/gardening/blog/the-history-of-allotments>)

Ao contrário da Alemanha, a redução dos espaços de hortas urbanas continuou em vários países durante a década de 80, apesar da nova consciência ambiental urbana que surgia. Paradoxalmente, as hortas urbanas eram desprezadas devido a sua falta de apelo estético (Domene e Saurí, 2007 citado em Vilas Boas Leal, 2015). O ideal de paisagem urbana característico dos países de cultura anglo saxônica, inspirados no conceito das cidades jardim, foram assimilados por um setor de promoção imobiliária privada e se difundiram em todas as direções do mundo ocidental desenvolvido. Entretanto, apesar do enriquecimento geral destas sociedades e da perda das raízes campesinas durante a segunda metade do século XX, é necessário reconhecer que a agricultura urbana de subsistência sobreviveu, alimentada pela difusão de um modo de vida influenciado por um movimento ecológico e pelo ideal de um habitat sustentável. Sem negar, entretanto, uma tendência de longo prazo para o aumento da “agricultura ornamental” (Da Silva, 2011).

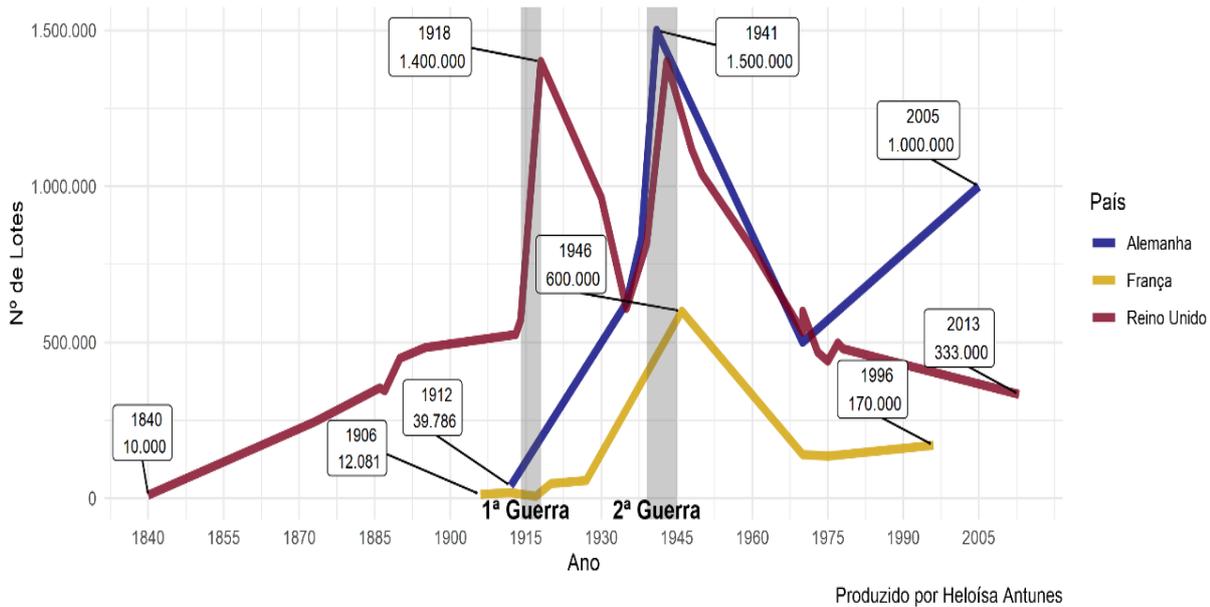


Fig. 41 - Gráfico da evolução do número de hortas urbanas em França, Alemanha e Reino Unido com base de dados encontrada em Nilsen (2014) e Campbell & Campbell (2013). (Fonte: da autora)

A poluição ambiental, a redução da biodiversidade, o risco alimentar e a perceptível desertificação de áreas rurais passam a ser relevantes efeitos negativos do sistema agrícola monocultural de larga escala. Sob esta ótica, surge em 1992, na Cimeira da Terra (Rio-92), o conceito de multifuncionalidade da agricultura, na qual deveriam ser agregados outros valores à produção de alimentos (económico, social, ambiental, territorial). Quando comparada à agricultura urbana, percebe-se que esta tem diversos impactos positivos passíveis de integração no desenvolvimento das cidades, nas quais a produção alimentar pode estar associada a outros interesses da comunidade como: proteção ambiental, preservação da cultura local, promoção de atividades de lazer e educativas, além de suporte e oportunidade de integração de grupos socialmente marginalizados (Antonelli e Lamberti, 2011 citado em Vilas Boas Leal, 2015).

É observado na década de 90 o renascimento do movimento de hortas urbanas em países como Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Irlanda, Holanda, Noruega, Polónia, Sérvia, Suécia e Inglaterra (Bell et al., 2016) e, não por acaso, muitos configuram hoje entre os países com maior índice de felicidade do mundo (*World Happiness Report, 2021*). O movimento é alavancado por motivações similares: boa alimentação, bem-estar, lazer em meio à natureza. As hortas urbanas são associadas ao anseio de melhor qualidade de vida e saúde mental.

5.9. As hortas urbanas em Portugal



Fig. 42 - Panorâmica sobre a zona do Areeiro, tirada dos Lagares d'El Rei, 1947. Fotografia de Eduardo Portugal. Disponível em: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/POR/059975. (Fonte: Del Debbio, 2020)

Apesar dos escassos registos históricos sobre a agricultura urbana em Portugal, pode-se afirmar que seu surgimento teve como base a subsistência e o comércio local, principalmente nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa (Delgado, 2017).

A formação da cidade de Lisboa aconteceu através da articulação de linhas estruturantes de colinas, entremeadas por longos vales de solo fértil e ampla disponibilidade de água, ambiente favorecedor para o uso agrícola do solo. Esta condição geográfica e morfológica do território permitiu, desde o primeiro ciclo de urbanização, uma forte componente agrícola na cidade, que a acompanhou ao longo de sua evolução (Ribeiro, 1949 citado em Del Debbio, 2020).

Estas características do território levou a formação de uma cidade sem a distinção clara entre o centro urbano e a periferia rural, onde campo e cidade coexistiam, permitindo uma relação muito próxima entre consumidor e produtor. A hortas, pomares e olivais marcavam presença ao longo dos vales que penetravam até o centro, confundindo-se com o espaço edificado, garantindo um caráter urbano rústico muito particular à Lisboa, descrito por Ribeiro Telles em 1994: “em torno do núcleo relativamente compacto, constituído pelo monte do Castelo, a Baixa e as suas cercanias, formaram-se digitações em vários sentidos, deixando entre si extensas áreas desaproveitadas – os seus grandes vazios” (citado em Del Debbio, 2020).

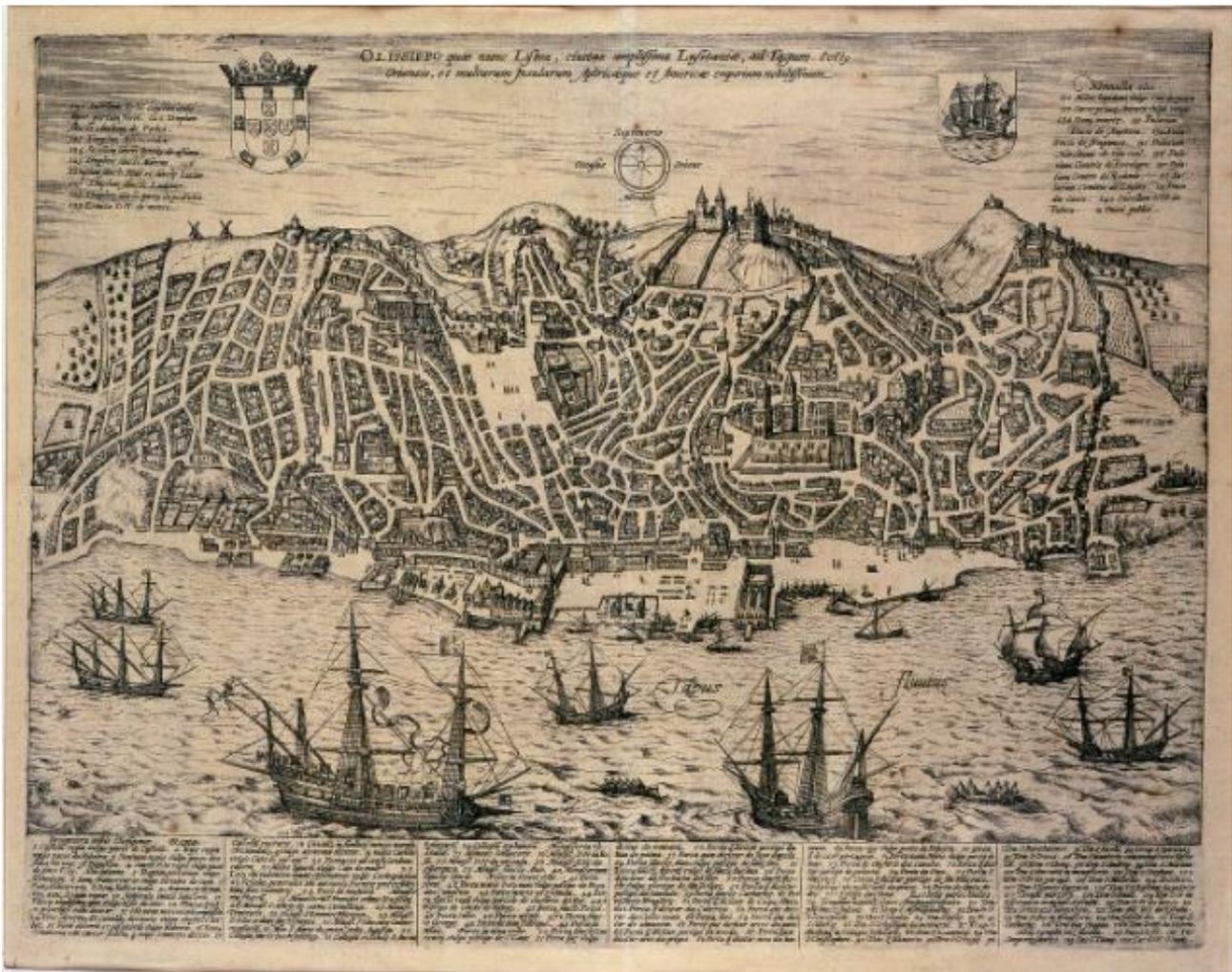


Fig. 43 - Vista da Lisboa antiga. Xilografia de 1593. Autor Franz Hogenberg. (Fonte: Del Debbio, 2020)

A parte oriental de Lisboa era favorecida por uma abundância de água que permitia um grande aproveitamento do terreno para o cultivo intensivo de hortas, que se estendiam desde a zona da Mouraria, até a Praça do Rossio e a Praça da Figueira, e mesmo até Xabregas, tendo o território marcado por talhões aos quais a água era distribuída após a captação por poços e fontes (Azevedo, 1899-1900 citado em Del Debbio, 2020). A Praça do Rossio (figuras 44 e 45) guardou por muito tempo um forte caráter agrícola e, mesmo após a reconstrução da cidade após o terramoto de 1755, não perdeu sua importância e caráter, mantendo-se aberto “para as hortas, quintas e olivais dos arredores” (Ribeiro, 1994 [1935] citado em Del Debbio, 2020). O sistema de irrigação eficiente de herança moura e a natural fertilidade do solo fizeram destas zonas as principais fornecedoras das hortaliças consumidas pela cidade de Lisboa (Azevedo, 1899-1900 citado em Del Debbio, 2020).

Em 1804, há registo de 207 hortas intramuros na cidade de Lisboa, cuja produção era vendida em bancas de mercado espalhadas pela cidade. A abundância de produtos hortícolas era tanta que o governo municipal estabeleceu uma lei na qual só era permitida a venda de produtos colhidos no próprio dia (d’Oliveira 1804 citado em Del Debbio, 2020).

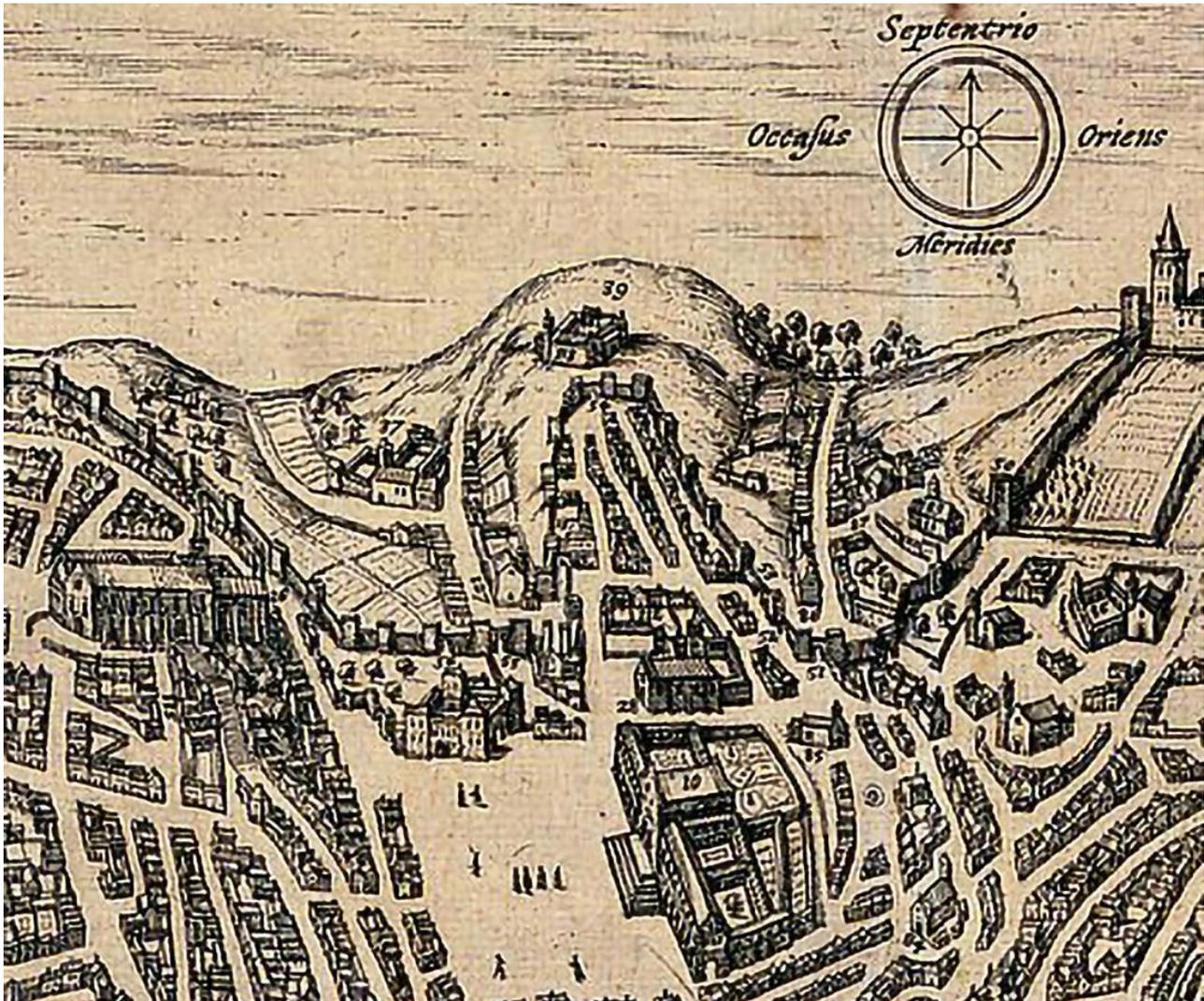


Fig. 44 - Sistema de vales que converge na Praça do Rossio, e a presença marcante de hortas no tecido urbano. Xilografia de 1593.

Autor: Franz Hogenberg. Fonte: Del Debbio, 2020.



Fig. 45 - Praça do Rossio antes do terramoto de 1755. Desenho do século XVIII. (Fonte: Del Debbio, 2020)

A partir da segunda metade do século XIX, a revolução industrial e a consequente expansão urbana de Lisboa levaram ao declínio da prática agrícola no território, conforme descrito por Orlando Ribeiro, em 1949: “os moinhos de vento que coroavam as elevações, as hortas (culturas hortícolas) com o seu sábio sistema de irrigação, as vinhas, os olivais e os campos de cereais, desaparecem sob um manto uniforme de ruas e casas.” (citado em Del Debbio, 2020).

Com a expansão e modernização da cidade, as hortas urbanas passaram a ser associadas pela população em geral a uma imagem de inferioridade social e pobreza, que não condizia com a paisagem urbana. Devido a um período intenso de dificuldades econômicas, elas voltaram a ganhar espaço no tecido urbano mais recentemente, sendo utilizadas principalmente pela população mais socialmente vulnerável (Martinho da Silva, 2014).

A falta de planeamento nos espaços verdes residuais do processo de urbanização, aliado à forte ligação que existia dessa população com o meio rural, levaram à apropriação de terrenos públicos e privados, resultando em hortas urbanas irregulares, atualmente designadas como “hortas clandestinas” (Martinho da Silva, 2016; Hespanhol, 2019). De acordo com dados da câmara de Lisboa, em 1967 havia em torno de 128 ha de hortas clandestinas. Este número avançou para aproximadamente 301 ha em 1987 (Martinho da Silva, 2016), conforme constata Gonçalo Ribeiro Telles, em 1987, “Lisboa não fugiu ao fascínio da horta e, ainda hoje, as hortas tentam romper as malhas de betão (...)” (citado em Galvão Gonçalves, 2014).

Com a necessidade de resposta à expansão contínua que acontecia em vários centros urbanos e para dar suporte às pessoas em situação de insegurança alimentar, o poder público em várias municipalidades se dedicou à elaboração de planos para a criação de novas áreas agricultáveis em espaços verdes expectantes.

Em 2003, o Grande Porto (AMP) desenvolveu o Horta à Porta, primeiro projeto conhecido em Portugal para criação e regulamentação de Hortas Urbanas, através de uma parceria entre o poder público municipal e a iniciativa privada, representada pela empresa Lipor, responsável pela coleta e manejo do lixo de oito concelhos do Grande Porto (Martinho da Silva, 2016). Sendo o primeiro a apostar no potencial das hortas urbanas, o programa soma 55 espaços produtivos em 2021, com mais de 12 hectares de área total, em atendimento a 1843 hortelãos urbanos.⁷

Seguindo a tendência, em 2004, a Câmara de Coimbra, em associação com Universidade de Coimbra, transformou uma horta comunitária informal próxima a uma comunidade de baixa renda em um espaço regulamentado (Delgado, 2017), trazendo dignidade e melhores condições aos utilizadores. Em 2005, a Câmara de Funchal iniciou seu programa de agricultura urbana que

⁷ (<http://vozdocampo.pt/2021/03/19/municipio-do-porto-e-lipor-abrem-a-horta-de-paranhos/>).

cresceu muito durante a crise de 2008, atendendo a pelo menos 900 famílias em 23 espaços dedicados às hortas espalhados na cidade (Delgado, 2017).

Na Grande Lisboa, as primeiras hortas oficiais foram criadas no concelho de Cascais entre 2009 e 2011 (Gonçalves, 2014). Nesta época, a infraestrutura verde da cidade incluía, principalmente, alguns parques e jardins isolados, porém não faziam parte as hortas urbanas. Em 2008, os planeadores decidiram que, comparada com a área construída da cidade, os espaços verdes eram insuficientes. Esta percepção foi amplamente compartilhada pelos cidadãos lisboetas. Com a revisão do Plano Diretor de 2008 e a inclusão das áreas dedicadas para hortas urbanas no planeamento urbano, um novo conceito de infraestrutura verde surgiu, baseado na inserção destes espaços multifuncionais como elementos de conexão ecológica entre diversas áreas verdes urbanas dispersas. A partir dessa nova relevância dada às hortas urbanas, foi possível planejar e entregar muitas novas áreas de talhões produtivos para a população (Bell et. al, 2016).

A tipologia das hortas tinha critérios definidos como a distribuição dos talhões em um terreno regular cercado, com um barracão para armazenamento de ferramentas e materiais, e um sistema de irrigação. Foram definidos preços para a utilização dos talhões de acordo com o custo da terra e da água, a oferecer uma redução de custos para pessoas com baixos rendimentos. Foram criados concursos públicos para oferta de talhões de horta, que tinham como principal critério a proximidade da moradia com o espaço. A grande procura por talhões mostrou que as hortas urbanas se tornaram uma atividade muito popular (Bell et. al, 2016).

O objetivo do poder público municipal se tornou expandir a presença delas no território, aproveitando sites degradados para criação de novas áreas verdes produtivas para a população. Além disso, decidiu-se por legalizar diversas hortas urbanas clandestinas, a partir da regularização do território e do fornecimento de água limpa para a produção, estabelecendo um compromisso dos hortelões em manterem o espaço organizado e salubre. Assim como nestas hortas legalizadas, todos os espaços de hortas urbanas de Lisboa estão sujeitos a inspeções regulares para controle do seu uso e, regularmente, são promovidos treinamentos em agricultura orgânica, compostagem e conservação de sementes (Bell et. al, 2016).

Após a normatização da agricultura urbana pela câmara de Lisboa, foi criado em 2011 o Programa de Parques Hortícolas de Lisboa, tendo como primeira meta a instalação de 20 parques que comportassem hortas conciliadas a espaços de recreio, até 2017 (Delgado, 2017). Em 2014, haviam sido construídos 10 parques hortícolas com aproximadamente 400 lotes (Martinho da Silva, 2016). Em 2017, já havia 25 parques desta tipologia envolvendo mais de 500 famílias (Delgado, 2017).

O primeiro parque hortícola de Lisboa foi inaugurado em 2011, nomeado Parque Urbano da Quinta da Granja, com 11 ha totais (Delgado, 2017), nos quais se previu talhões de hortas para serem distribuídos entre pessoas que já praticavam agricultura urbana no local. Na sequência também foi

inaugurado o Parque Urbano do Vale de Chelas, cujo planeamento teve intuito de requalificar o espaço já utilizado para agricultura urbana há muito tempo, porém de forma ilegal e precária. O Vale de Chelas (figura 46) foi descrito já no século XVII como “lugar ameno para a recreação e abundante pela fertilidade de seus frutos” (Costa, 1712 citado em Del Debbio, 2020), e ainda guardava um carácter marcadamente agrícola com a presença de hortas, olivais e vinhas na primeira metade do século XX (Ribeiro, 1994 [1935] citado em Del Debbio, 2020). Atualmente, este parque está inserido na Estrutura Ecológica Municipal e conta com 3,3 ha de hortas, configurados em 219 talhões de cultivo, dos quais 100 foram direcionados às pessoas que já praticavam agricultura urbana no local anteriormente a sua construção (Câmara de Lisboa, 2021).



Fig. 46 – Fotografia do Parque Urbano da Quinta da Granja. (Fonte: <https://www.lxnoticias.pt/lisboa/lisboa-em-chelas-a-esperanca-renasce-nas-hortas>)

Atualmente, Lisboa ainda apresenta uma carência de espaços verdes e lugares de recreio, assim como de fontes mais próximas e acessíveis de alimentos frescos para abastecimento da cidade. A expansão do movimento das hortas urbanas tem acontecido progressivamente, alimentado pela crescente procura por talhões de cultivo por parte da população.

A inclusão as hortas urbanas no Plano Diretor Municipal de Lisboa e a criação do programa dos Parques Hortícolas tiveram uma ampla aceitação e mudaram a visão das comunidades locais, que consideram estes espaços hoje como um elemento central para a consolidação da sustentabilidade ambiental na cidade. Como estratégia de planeamento, as hortas urbanas são uma forte ferramenta para o fortalecimento e diversificação da infraestrutura verde urbana, permitindo a criação de amplas áreas verdes com baixo custo de implementação e manutenção, e alto potencial de atração

de pessoas. Além disso, são parte fundamental das estratégias para adaptação da cidade às mudanças climáticas (Bell et. al, 2016).

Dada a importância histórica das hortas no tecido urbano da capital portuguesa, e a aptidão agrícola derivada das características naturais do território, pode-se considerar que a recuperação da relação intrínseca entre a cidade e as hortas deve ser o ponto de partida para uma gestão de paisagem mais integrada. As hortas urbanas representam uma oportunidade de requalificar a cidade a partir daquilo que esta tem de mais singular, reconectando produtores e consumidores, estabelecendo corredores ecológicos entre as áreas verdes urbanas e paisagem rural na envolvente (Del Debbio, 2020).

A nível nacional, o relatório nacional português para Habitat III traz a informação de que, em 2013, havia oficialmente 27 hectares de hortas urbanas em Portugal, constituindo 107 espaços produtivos distribuídos em 16 dos 18 distritos continentais (Gonçalves, 2014; Delgado, 2017).

Apesar do grande apelo social e ambiental que o movimento da agricultura urbana representa, ainda hoje se verifica que a maior parte das hortas portuguesas surgiu espontaneamente e não faz parte de nenhum programa público, e por isso não conta com nenhum tipo de controlo ou fiscalização sobre as condições ambientais, no que se refere à qualidade da água utilizada para irrigação ou a sanidade do solo. Estes fatores comprometem fortemente a qualidade dos produtos finais e podem representar altos riscos à população utilizadora, que classifica a condição como degradante (Hespanhol, 2019). À medida que o movimento cresce e ganha importância social, as demandas sobre as câmaras municipais aumentam e pressionam para que seja criada uma política a nível nacional específica para regulamentação da agricultura urbana, o que ainda não existe nos dias de hoje.

O movimento das hortas urbanas cresce cada vez mais como uma importantíssima ferramenta de justiça social e segurança alimentar, já que oferece a todos os interessados a oportunidade de acesso à alimentação, ocupação e formação profissional para desempregados e jovens, geração de renda extra através da comercialização dos produtos excedentes, além da valorização da cultura rural, e da oportunidade de estar próximo da natureza socializando, aprendendo e adquirindo bem-estar (Hespanhol, 2019).

6. O potencial do movimento na busca por cidades mais sustentáveis e resilientes



Fig. 47 - Horta urbana em telhado verde no Brooklin, Estados Unidos.

(Fonte: <https://www.greenroofs.com/2016/04/27/recommended-readings-farm-roof-by-anastasia-cole-plakias/>)

Numerosos estudos têm destacado o potencial das hortas urbanas como importante ferramenta no combate aos problemas socioambientais atuais. Este potencial é evidenciado por sua ampla provisão de serviços ecossistêmicos, fundamentais para o equilíbrio do ambiente urbano e melhoria da qualidade de vida das pessoas; pelo importante papel na economia circular de alimentos e oportunidade de melhoria na gestão dos resíduos urbanos, através da compostagem; na inclusão de grupos socialmente desfavorecidos e promoção de coesão social; na oferta de segurança alimentar para populações vulneráveis; e, por fim, funcionando como ferramenta no enfrentamento de crises sanitárias, sendo uma forte aliada da saúde física e mental.

6.1. Provisão de Serviços Ecossistêmicos

Atualmente, 55% por cento da população mundial reside em áreas urbanas, sendo a expectativa para 2050 que este número aumente para 68%. O crescimento populacional implica no aumento da demanda por comida, solo, água, energia e serviços básicos (FAO, 2020a).

A deflorestação, ligada ao avanço do tecido urbano, leva a perdas de biodiversidade e degradação de bacias hidrográficas, com efeitos negativos na qualidade da água e aumento da erosão, inundações e escassez nas áreas à jusante. As cidades contribuem significativamente para o

avanço das mudanças climáticas, representando cerca de 70% das emissões globais de gases de efeito estufa, relacionados com o consumo de energia (FAO, 2020a).

Diversos estudos demonstram o grande potencial de projetos de agricultura urbana biológica na prestação de serviços ecossistémicos, nomeadamente serviços de suporte, provisão, regulação e culturais (Lohrberg, et al., 2016). O benefício ambiental destes projetos não envolve só o aumento de espaços verdes disponíveis na cidade, mas frequentemente auxiliam na regeneração profunda do solo e na restauração de sua microbiota.

Dada a diversidade de espécies vegetais comumente encontrada em hortas urbanas, estas assumem a função de nicho ecológico para fauna urbana em geral (Camps-Calvet, et al., 2015 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020; Matterson et al. 2008 citado em Fletcher & Collins, 2020), principalmente para grupos de insetos polinizadores, que são encontrados em maior abundância em hortas urbanas, quando comparadas a outras tipologias de espaços verdes na cidade (Daniels B. et al., 2020). O mosaico de hortas urbanas funciona como fragmentos de biodiversidade, onde até mesmo pequenas hortas são importantes para manutenção de um corredor ecológico, funcionando como *stepping stones* entre áreas verdes maiores (Bell et al. 2016).

Outros estudos demonstram que o leque de serviços ecossistémicos promovidos pelas hortas urbanas ainda inclui a redução da poluição atmosférica e das ilhas de calor (Lin et al., 2015 citado em Dobson et al., 2020), através da absorção de carbono no solo (Lorenz, 2015 citado em Dobson et al., 2020) e o lançamento de vapores d'água na transpiração das plantas; assim como seu importante papel no combate às cheias, como área maioritariamente permeável, inserida no tecido urbano (Speak et al. 2015 citado em Fletcher & Collins, 2020; Goldstein et al., 2016 citado em Dobson et al., 2020).

Desta forma, pode-se afirmar que os serviços ecossistémicos prestados pelas hortas urbanas beneficiam a vida de todas as pessoas que vivem ao redor destes locais, não somente das que participam ativamente de sua manutenção (Fletcher & Collins, 2020).

6.2. Redução de Desperdício e Resíduos

Pesquisas demonstram que as cidades consomem 70% do fornecimento global de alimentos e quase 80% do total de energia produzida no mundo, também sendo responsáveis por 70% do desperdício global. Os sistemas alimentares emitem 30% dos gases de efeito estufa do planeta, dos quais a perda e o desperdício alimentar estão entre as cinco maiores ações contribuidoras deste malefício (FAO, 2020a).

A agricultura urbana tem potencial de contribuição para a gestão de resíduos (Badami & Ramankutty, 2015) através da compostagem (ex: Programa "Horta à Porta" da LIPOR) (Delgado,

2017); para a diminuição da cadeia de produção, fornecimento e consumo de alimentos, aproximando quem produz a comida e quem a consome (FAO, 2020a); e para a economia circular de produtos alimentares saudáveis e nutritivos, porém muitas vezes descartados por estarem fora do padrão de mercado (ex: Fruta Feia) (Delgado, 2017).

6.3. Inclusão e Coesão Social

Muitos estudos demonstram que a participação em projetos de agricultura urbana traz benefícios para coesão da comunidade (Prior et al., 2018 citado por Fletcher & Collins, 2020). Estes ganhos podem ser muito significativos em hortas comunitárias (Veen, et al., 2016 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020), onde se promove o trabalho colaborativo e a interação social, tornando-se palco de encontros para várias atividades sociais, aumentando o senso de comunidade e pertencimento (Firth et al., 2015 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

Muitos destes projetos oferecem refúgio para jovens de grupos socialmente desfavorecidos, estimulando-os a dedicar seu tempo livre ao cultivo de alimentos, contribuindo assim para seu próprio bem-estar e para melhoria da alimentação de sua família (Veen, et al., 2016 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020). Além disso, o trabalho nas hortas permite que adquiram conhecimento para prática de ofícios relacionados a projetos ambientais.

Em 1996, a FAO estimava que existiam 200 milhões de agricultores urbanos no mundo que forneciam comida a aproximadamente 700 milhões de pessoas, o que na época representava 12% da população mundial. Em 2014, foram divulgadas novas estimativas de que cerca de 800 milhões de pessoas se dedicavam diretamente à agricultura urbana, gerando mais de 1,8 bilhões de empregos indiretos (Hespanhol, 2019).

6.4. Segurança Alimentar e Saúde Pública

Como resultado do contínuo crescimento das populações urbanas e da escalada da desigualdade social, a insegurança alimentar tem crescido em cidades no mundo todo, inclusive no Norte Global. É fulcral que exploremos diferentes soluções para resolução deste problema, focando na ampliação de sistemas alimentares mais acessíveis e nutritivos, permitindo a inclusão de frutas e vegetais na dieta de toda comunidade (Rutledge, et al., 2009 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

Muitos pesquisadores têm sugerido que o ambiente urbano ao qual estamos inseridos encoraja o estilo de vida sedentário e o consumo de grandes porções de produtos processados de alto valor calórico (I. Stewart, et al., 2006 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

A atividade física e o consumo de frutas e vegetais, resultantes da participação em projetos de hortas urbanas, contribuem para que as pessoas atinjam os objetivos de saúde estabelecidos pela

Organização Mundial da Saúde (OMS). Estudos avaliaram que hortelãos e suas famílias comumente apresentam índices de massa corporal (IMC) reduzidos (Genter et al. 2015 citado em Fletcher & Collins, 2020), demonstrando que a iniciativa das hortas urbanas pode auxiliar na promoção do bem-estar familiar e estilo de vida saudável (Teig, et al., 2006 citado em Cruz-Piedrahita, et al. 2020). O cultivo de uma horta também pode estimular o interesse das crianças em provar novos alimentos frescos e, conseqüentemente, aumentar o consumo de frutas e vegetais (Speak, et al. 2015 citado em Cruz-Piedrahita et al. 2020).

Alguns estudos relacionaram a atividade física praticada no cultivo de hortas urbanas como sendo similares a caminhadas e prática de Thai Chi ou golf, caracterizadas como leves a moderadas (Schmutz et al., 2014 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020). Embora qualquer pessoa possa gozar dos benefícios de cultivar uma horta, esta atividade beneficia em particular pessoas com limitações físicas, famílias com crianças pequenas e pessoas idosas, que podem encontrar em um projeto destes uma forma muito adequada para evitar o sedentarismo (Pitt Nicklett, et al. 2016 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

6.5. Saúde Mental

Outros problemas sérios relacionados ao estilo de vida urbano são os distúrbios mentais como ansiedade, depressão, estresse e isolamento social (McKenzie, 2008 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020). A sociedade urbana necessita de lugares seguros que permitam a prática de atividades físicas ao ar livre, interação social segura e o lazer em meio à natureza⁸ (Pitt, 2014 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

Estar num espaço natural praticando jardinagem desperta inúmeros benefícios para saúde mental e bem-estar. Os participantes dos programas de hortas tendem a associar os espaços cultivados à lugares pacíficos, onde conseguem estar consigo mesmos, além de interagir com os outros membros da comunidade e sentir a presença da natureza (Kingsley, et al., 2009 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

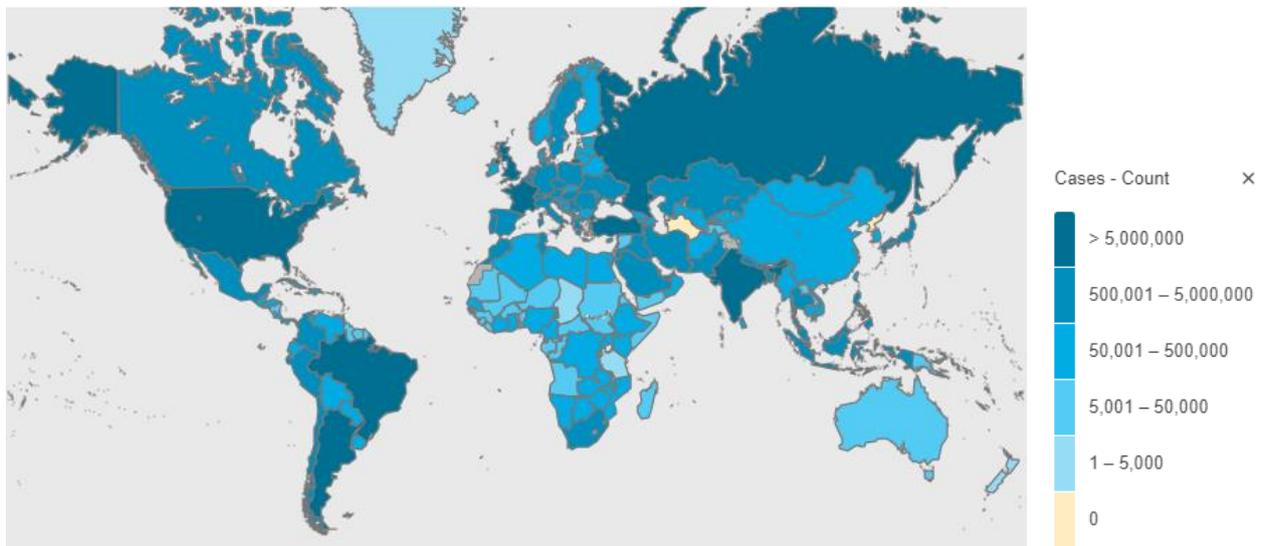
Áreas verdes e paisagens naturais com valores estéticos em meio ao tecido urbano têm grande propensão a se tornarem lugares de lazer e recreação, promovendo bem-estar para toda a

⁸ O famoso livro *Last child in the woods*, escrito por Richard Louv, chama a atenção para o que o autor chama de *nature-deficit disorder*, ou “transtorno do deficit de natureza”, sugerindo que o acesso e interação de crianças com espaços naturais pode ser muito importante como terapia para transtornos de hiperatividade e deficit de atenção, comumente observados nas novas gerações. O termo ainda não é usado pela comunidade científica, porém, alguns investigadores já recomendam que pais e educadores disponibilizem às crianças, de forma geral, mais experiências em contato com a natureza para benefício em sua formação física e saúde mental (Louv, 2008).

comunidade, provocando novas interações sociais e mudanças positivas de comportamento (Webber, et al., 2015 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

Em áreas urbanas de bairros socialmente desfavorecidos, é muito comum que os espaços verdes sejam escassos, muitas vezes em condições de abandono. Em muitas cidades como Detroit e Nova Iorque, nos Estados Unidos, pessoas estão transformando áreas degradadas em hortas urbanas com intuito de embelezar e ampliar a disponibilidade de áreas verdes funcionais. (Morckel, 2015 citado em Cruz-Piedrahita et al., 2020).

7. Pandemia de Covid-19: primeiros registos da relevância das hortas urbanas durante a pandemia em Portugal e em outros países europeus



O recente surgimento da pandemia de Covid-19 revelou a extrema fragilidade das grandes cidades e seus cidadãos, frente a riscos complexos e inesperados a nível global. Desde o surgimento da doença na cidade de Wuhan, na China, relatado em janeiro de 2020, o alastramento do vírus que causa síndrome respiratória aguda grave (SARS-Cov-2) já gerou mais de 202 milhões de casos confirmados, e causou mais de 4 milhões de mortes no mundo todo, conforme relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), em agosto de 2021.

Conforme a pandemia foi se agravando, governos em todo mundo impuseram medidas de confinamento, com objetivo de conter a disseminação do vírus. As cidades mais densamente povoadas tiveram grande dificuldade em resolver entraves no fornecimento de alimentos e bens de consumo básico para a população (FAO, 2020a; Pulighe & Lupia, 2020). Observou-se um sistema

completamente dependente de recursos externos para manutenção básica da vida da população urbana, que corresponde hoje a 55% do total global (FAO, 2020a).

O confinamento nas cidades e o encerramento do comércio levou a uma maior percepção da importância vital da cadeia de distribuição dos bens e serviços essenciais, da qual a população urbana é dependente, principalmente no que toca à alimentação. A produção e distribuição dos alimentos fazem parte de grandes cadeias econômicas a nível globalizado, que conectam agricultores, indústrias, empresas de logística, e consumidores finais. Se até o momento a globalização havia assegurado a distribuição de alimentos em todo o mundo, a pandemia de Covid-19 trouxe dúvidas sobre a segurança deste sistema a curto prazo (FAO, 2020a; Pulighe & Lupia, 2020; O'Hara, 2021).

Alguns países tomaram medidas de contingência para garantir a segurança alimentar a nível nacional, bloqueando ou restringindo a exportação de diversos tipos de bens. A Rússia, o maior exportador de trigo mundial, impôs limites nas remessas internacionais para salvaguardar suas reservas; enquanto o Cazaquistão, a Sérvia e o Vietname impuseram limites sobre a exportação de farinha, açúcar, batatas e óleo de girassol⁹. Por outro lado, a União Europeia relaxou as regras em relação a importação de alimentos oriundos da Índia, aceitando certificados digitais para garantia do cumprimento de normas de segurança alimentar.¹⁰ (Pulighe & Lupia, 2020).

De acordo com o relatório mensal da FAO, *Food Price Monitoring and Analyses*, de junho de 2021, os preços dos cereais apresentam uma escalada de preços desde o início da pandemia, apesar das perspectivas de melhoria na produtividade anunciadas para este ano. O arroz, um dos principais cereais consumidos no mundo todo, esteve com preço estável, porém enfrenta muitos problemas logísticos e elevados custos de envio para manutenção de sua atividade comercial (FAO, 2021).

Embora a cadeia de fornecimento de bens pareça continuar a funcionar sem maiores problemas, a obrigatoriedade do distanciamento social devido à pandemia do coronavírus impõe a necessidade de novos arranjos para métodos de processamento; limitações para atuação dos trabalhadores rurais; atrasos nas colheitas; e a extensão de prazos para embalagem dos alimentos, tornando mais difícil a produção e o transporte internacional de comida fresca. Somada às restrições do encerramento de fronteiras e limitações de deslocamento, as medidas para controlo da pandemia acabam por gerar imensas perdas de alimentos, principalmente de produtos hortícolas e bens perecíveis, além ao incremento nos custos logísticos, expondo ainda mais os países que não possuem autossuficiência alimentar¹¹ (Pulighe & Lupia, 2020; O'Hara, 2021).

⁹ <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-03-27/wheat-futures-rise-as-russia-considers-grain-export-quota>

¹⁰ <https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/covid-19-eu-relaxes-fruit-veggies-imports-no-orders-from-us/articleshow/74854392.cms>

¹¹ <https://edition.cnn.com/2020/04/10/asia/coronavirus-food-supply-asia-intl-hnk/index.html>

Estas restrições na deslocação das pessoas, bens e serviços e todas as medidas de contenção (como fechamento de escolas, supermercados etc.) afetaram também a disponibilidade de alimentos nos mercados urbanos. Muitos estabelecimentos observaram o fenómeno de compras em grande volume movidas pelo pânico da insegurança alimentar, o que promoveu aumento dos preços. Este efeito, combinado com aumento no desemprego e interrupções no sistema público de oferta de alimentos para grupos vulneráveis, incluindo os programas de merendas nas escolas, tiveram um impacto direto e negativo no acesso à alimentação por grupos conhecidamente vulneráveis, além da criação de novas vulnerabilidades como, por exemplo, os altos índices de desemprego com o fechamento de pequenas e médias empresas no ramo de logística, restauração, turismo etc. (FAO, 2020a).

No quesito saúde pública, o acesso a comida nunca foi tão importante como agora. Resolver o desafio do acesso a alimentação é imperativo por duas razões: primeiro, o não consumo de alimentos ricos em nutrientes pode fragilizar a imunidade e desencadear problemas fisiológicos graves, dificultando a luta contra o vírus; e segundo, o suprimento da alimentação com produtos ricos em calorias vazias e gordura, como são os alimentos processados, pode agravar problemas de saúde crônicos, como a obesidade aliada à subnutrição, a diabetes, e a hipertensão, que também comprometem o sistema imunológico. Desta forma, a gestão pública do acesso à alimentação saudável é ainda mais importante durante o enfrentamento da atual crise, dado que esta garantia funciona como indicador de vulnerabilidade de comunidades à infeção pelo novo coronavírus (O'Hara, 2021; FAO, 2020).

O novo cenário pandémico traz à tona novamente a discussão sobre a necessidade de se repensar o planeamento urbano e o sistema alimentar nas cidades, tendo as hortas urbanas como chave principal desta discussão (FAO, 2020a; Pulighe & Lupia, 2020). Em seu plano *Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems*, lançado em 2020 durante a pandemia, a FAO orienta a promoção da produção alimentar local e de cadeias de abastecimento curtas, que têm maior grau de autossuficiência, preservando assim as zonas agrícolas ainda remanescentes nas cidades. É dada atenção especial à necessidade de criação e melhoria dos mercados tradicionais, mas também promovendo o comércio eletrónico para estreitar a conexão entre produtores e consumidores. Destacam ainda a criação de instalações de armazenamento a nível local, a fim de facilitar o acesso a reservas alimentares em situação de emergências.

As hortas urbanas também aparecem como solução de problemas sociais agravados pela pandemia, como os “desertos alimentares” (*Food Deserts*), que configuram bairros socialmente desfavorecidos, servidos por poucos estabelecimentos locais de oferta alimentar de qualidade (O'Hara, 2021), presentes no mundo todo.

No que toca à saúde mental, toda a sociedade a nível global foi seriamente afetada pelo avanço das mortes; pelos sintomas severos que causam sofrimento agudo às pessoas contaminadas pelo vírus, muitas vezes próximas; as medidas de confinamento prolongado; o distanciamento social que afetou as relações pessoais e trouxeram a muitos a solidão; a incerteza sobre o controlo e a cura da doença; a insegurança social e econômica; entre muitos problemas sérios vivenciados neste momento, causaram a instalação de um sofrimento psicológico na sociedade. Tornou-se a sentir o mesmo “medo urbano” que Foucault descreveu quando se referiu às pandemias da era industrial: “(...) medo da cidade, angústia da cidade que vai se caracterizar por vários elementos; medo (...) do amontoamento da população, das casas altas demais, da população numerosa demais; medo, também, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos” (Foucault, 1984, p. 87 citado em Costa, 2014).

Um estudo desenvolvido entre pesquisadores do Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto (ISPUP), em Portugal, e do *Institute of Environmental Science and Technology* da *Universitat Autònoma de Barcelona* (ICTA-UAB), em Espanha, avaliou os benefícios na saúde mental de pessoas que tiveram oportunidade de exposição a espaços naturais durante o primeiro confinamento domiciliário em 2020, entre os meses de março e maio (Ribeiro et al., 2021).

A investigação demonstrou que as pessoas que mantiveram ou aumentaram o contato direto com a natureza, ou puderam contemplar estes espaços a partir das janelas de sua casa, apresentaram menores níveis de stress, perturbações psicológicas e sintomas psicossomáticos.

Em Espanha, onde as regras de confinamento foram mais severas e restringiram mais o acesso ao exterior, demonstrou-se que foram beneficiadas as pessoas que mantiveram contato com plantas dentro de casa ou no quintal, inclusive cultivando hortas.

A investigadora do ISPUP, Ana Isabel Ribeiro, afirma que “as autoridades públicas e os decisores poderiam implementar medidas que facilitassem o acesso aos espaços públicos de natureza, de uma forma segura e controlada, em contexto de pandemia. Tal é particularmente importante para os grupos populacionais social e economicamente mais vulneráveis, e para os que têm pouco acesso a estes espaços no seu contexto privado”.¹²

Outro estudo centrado nos efeitos da utilização de espaços verdes no bem-estar mental durante a pandemia de Covid-19 foi realizado na Alemanha, através de um questionário on-line que envolveu 495 pessoas, divididas em dois grupos distintos: proprietários de jardins e não-proprietários. O resultado revelou que os proprietários de jardins apresentavam níveis substancialmente mais elevados de bem-estar “autodeclarado”. Na amostra analisada, o tempo passado ao ar livre se mostrou mais importante para o bem-estar do que necessariamente em que local ocorreu (jardim

¹² <https://noticias.up.pt/exposicao-a-natureza-durante-o-confinamento-foi-benefica-para-a-saude-mental/>

próprio ou espaço verde público). No entanto, os proprietários de jardins passaram muito mais tempo em contato com o verde do que os não-proprietários. Desta forma, o acesso ao jardim privado pareceu facilitar o tempo passado ao ar livre (Lehberger et al., 2021).

A demanda por espaços verdes de todas as tipologias, incluindo os talhões de horta, tem sido cada vez mais crescente nos últimos anos em vários países (Martinho da Silva, 2016; Dobson, et al. 2020; Fletcher & Collins, 2020), sendo noticiado recentemente pela imprensa um notável aumento no interesse da população em cultivar hortas urbanas durante a pandemia de Covid-19. Muitos governos europeus já começam a tomar medidas para ampliar a oferta destes espaços, como garantia de bem-estar e segurança alimentar para a população.

7.1. Portugal



Fig. 49 - Horta criada pela população na escarpa das Fontainhas, Porto, Portugal.

(Fonte: https://www.rtp.pt/noticias/pais/escarpa-das-fontainhas-no-porto-hortas-comunitarias-surgiram-durante-o-confinamento_v1306037)

Nos últimos anos em Portugal, têm se observado um crescente aumento nas listas de espera para obtenção de talhões de cultivo em todo país (Martinho da Silva, 2016), e até mesmo cidades do interior, que ainda têm preservado seu caráter rural, expressam o desejo de construir hortas em seus centros urbanos (Fernandes de Araújo, 2016).

Em matéria publicada, em junho de 2020, pelo portal Observador.pt¹³, afirma-se que o programa “Horta à Porta” possui uma lista de espera para obtenção de talhões de horta de cerca de 2.500 pessoas, distribuídas em oito municípios do Grande Porto. Notou-se que, durante a pandemia, houveram pedidos de reativação de inscrições de pessoas que, por razões variadas, haviam

¹³ <https://observador.pt/2020/06/05/lista-de-espera-com-2-500-pessoas-para-cultivar-uma-horta-no-grande-porto/>

desistido do talhão no passado e, agora, voltaram a demonstrar interesse em obtê-lo. Alguns hortelãos entrevistados salientaram a importância da horta como fonte de bem-estar e garantia de segurança alimentar em períodos difíceis. Em publicação mais recente do portal JN.pt¹⁴, de março de 2021, intitulada “Pandemia está a chamar mais pessoas para hortas urbanas”, a Lipor informa que o programa “Horta à Porta” recebeu cerca de mil inscrições para obtenção de talhões de horta no período pandêmico de março de 2020 a março de 2021, cerca de 40% acima do registado no mesmo período dos anos anteriores, que receberam média de 600 inscrições anuais. A empresa afirma que está a avançar na criação de novos espaços para ofertar para a comunidade, assim como tornou possível que as formações em agricultura biológica e compostagem, que fazem parte de seu programa, pudessem ser ministradas em formato e-learning e, quando possível, disponibiliza seus conteúdos programáticos em plataforma digital para seus utilizadores. Durante a pandemia, em março de 2021, foi inaugurada a 13ª horta urbana do Município do Porto, a Horta de Paranhos, dentro do projeto “Horta à Porta”, oferecendo mais 32 talhões de cultivo para a população.¹⁵

Em uma iniciativa que partiu da própria população, uma pequena área na escarpa das Fontainhas (figura 49) teve removida uma camada de pedras e lixo por moradores locais durante o período da pandemia, para a criação de um espaço de horta. A horta urbana cresce em produção e número de interessados a cada dia, que zelam pelo lugar e esperam que o poder público permita-lhes cultivar no local a longo prazo, dado a ameaça da gentrificação que ocorre na área devido à especulação imobiliária.¹⁶

Ainda no contexto da cidade do Porto, existem hoje diversos projetos de paisagismo para áreas verdes públicas, desenvolvidos pela câmara municipal, que preveem a regularização, expansão ou criação de hortas urbanas, jardins aromáticos e/ou pomares (Projeto Parque das Antas - Quinta de Salgueiros prevê hortas urbanas; Projeto Corredor Verde da Asprela prevê hortas e jardim aromático; Projeto Currais e Contumil prevê hortas urbanas e pomar; Projeto Parque Urbano de Requesende prevê hortas urbanas; Projeto Viso prevê hortas urbanas; Projeto Parque e Jardim da Ervilha prevê hortas urbanas; Projeto Parque de Aldoar prevê hortas urbanas e pomar) (Câmara do Porto, 2021).

Com foco no investimento na qualificação das áreas verdes, a cidade faz parte do programa europeu URBiNAT, uma ação inovadora financiada pela união europeia que defende as soluções baseadas na natureza (NBS) como a chave para um sistema urbano mais resiliente, sustentável e

¹⁴ <https://www.jn.pt/nacional/pandemia-esta-a-chamar-mais-pessoas-para-hortas-urbanas-13482326.html>

¹⁵ <http://vozdocampo.pt/2021/03/19/municipio-do-porto-e-lipor-abrem-a-horta-de-paranhos/>

¹⁶ https://www.rtp.pt/noticias/pais/escarpa-das-fontainhas-no-porto-hortas-comunitarias-surgiram-durante-o-confinamento_v1306037

inclusivo. O foco do programa está na promoção da regeneração urbana de espaços degradados, a fim de criar tecidos urbanos conectados através de corredores verdes saudáveis. Equipes interdisciplinares comandam o processo de desenvolvimento dos projetos, que efetivamente devem incluir a participação da sociedade nas tomadas de decisão.¹⁷

Desta forma, nasceu o projeto do Corredor Saudável de Campanhã, no qual foi utilizado como estratégia a criação de um corredor pedonal, inserido em meio a áreas verdes requalificadas para promoção de bem-estar e segurança da população, que transita frequentemente entre Campanhã e as outras áreas do Porto. O projeto conta com a expansão da já existente Horta das Oliveiras, um pedido da comunidade, segundo o arquiteto paisagista José Lameiras, representante da equipe técnica desenvolvedora do projeto, na apresentação do estudo prévio, em novembro de 2020.¹⁸

Na região de Lisboa, foi lançado no ano de 2020 o projeto social “Bairros Saudáveis – Juntos no Bairro”, direcionado para alguns bairros de maior população em situação de vulnerabilidade social da freguesia de Marvila. O objetivo geral é a formação cultural, ambiental e tecnológica do público-alvo, formado por pessoas de todas as idades, porém mais focado em jovens e idosos. A motivação para a criação do projeto foi a necessidade de suporte emocional para uma população ainda mais fragilizada pelo isolamento social, entre outros efeitos da pandemia. O projeto propõe a criação de oficinas de cariz cultural, assim como um espaço com hortas urbanas, no intuito de promoção de educação ambiental.¹⁹

O município de Loures, localizado na região metropolitana de Lisboa, faz parte do projeto Ru:urban²⁰, uma rede de transferência com foco no desenvolvimento de comunidades saudáveis e inclusivas, a partir da operacionalização de hortas urbanas comunitárias, biológicas e de subsistência. A rede, liderada pela cidade de Roma, engloba 7 parceiros e funciona como uma ferramenta de inclusão social e promoção de sustentabilidade ambiental urbana, envolvendo a participação democrática dos cidadãos e de representantes da comunidade.

Há muito tempo o tecido urbano de Loures é marcado pela prática de agricultura urbana de forma espontânea e desordenada em seus espaços vazios, sendo eles privados ou municipais. Com alguns poucos espaços organizados disponíveis à população, o poder municipal vem trabalhando ao longo dos últimos anos para desenvolver projetos pontuais de hortas urbanas biológicas. A rede Ru:urban trouxe uma oportunidade para resposta a esta demanda dos cidadãos, através da criação de um modelo de gestão e governança participativo e desenvolvimento de um regulamento universal, à escala do município, para criação de novas hortas urbanas comunitárias. A pandemia

¹⁷ <https://urbinat.eu/cities/porto/>

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=Wb4urgTXByA>

¹⁹ <https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=733>

²⁰ <https://urbact.eu/rurban-em-loures-em-tempo-de-pandemia>

trouxe novos desafios para adaptação das atividades necessárias para a continuidade do projeto, permitindo que o espaço de horta permanecesse aberto para acesso de seus utilizadores. Conforme a página do projeto, “a vontade, disponibilidade e disciplina de todos permitiu a continuidade do trabalho”.



Fig. 50a, 50b e 50c - Hortelonas urbanas do projeto Ru:rban, em Loures, Lisboa, Portugal.

(Fonte: <https://urbact.eu/rurban-em-loures-em-tempo-de-pandemia>)



Fig. 50d e 50e - Hortelãos urbanos do projeto Ru:rban, em Loures, Lisboa, Portugal.

(Fonte: <https://urbact.eu/rurban-em-loures-em-tempo-de-pandemia>)

7.2. Inglaterra

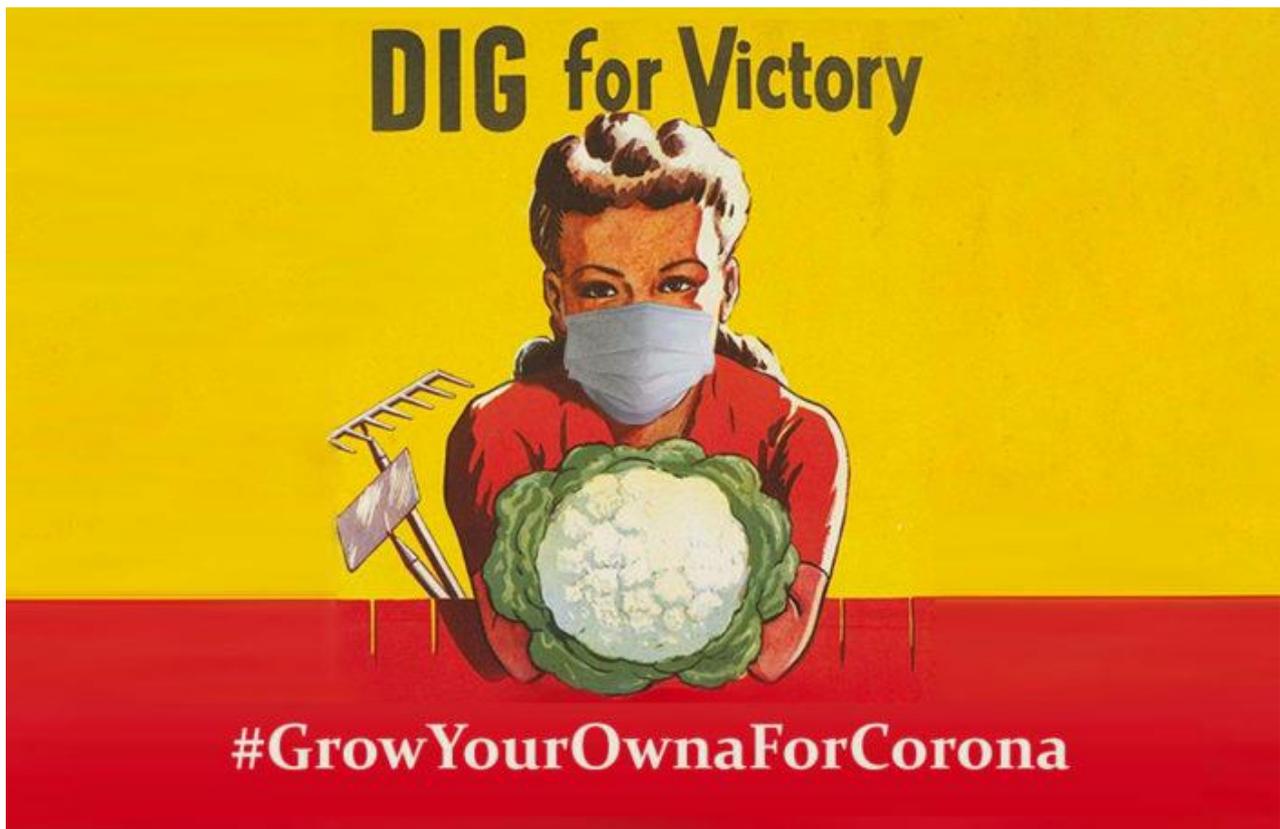


Fig. 51 - Adaptação de uma imagem da campanha inglesa "Dig for Victory" para os tempos de pandemia do novo corona vírus. Autor desconhecido. (Fonte: <https://www.growlikegrandad.co.uk/allotment/sowing-growing-allotment/why-dig-for-victory-is-vital-in-2020-growyourownforcorona.html>)

A disponibilidade de hortas urbanas teve grandes flutuações durante o século XX na Inglaterra. Uma análise do tecido urbano, apresentada em um estudo recente, demonstrou que a mudança aconteceu na forma de uso do solo. Os dados escassos não permitem uma compreensão clara do momento e local onde ocorreram estes encerramentos, ou de qual foi o destino subsequente destes espaços. Porém, foi possível analisar que pouco mais de um quarto de toda área historicamente registada como espaços de hortas urbanas ainda mantinham o mesmo uso, mas quase metade (47,9%) havia sido edificada. O restante foi convertido em diferentes tipologias de espaços verdes urbanos (Dobson et al., 2020).

Na contramão desta queda na disponibilidade, foi percebido nos últimos 20 anos um aumento na demanda por talhões de horta, conforme a cultura do "plante você mesmo" foi reavivando-se. Em 1996, eram registadas nas listas de espera escassas dez pessoas a cada 100 lotes, que aumentaram até cinquenta pessoas a cada 100 lotes, registadas em 2013, e estes números continuam a crescer (Campbell & Campbell, 2013 citado em Dobson et al., 2020).

Na página virtual do portal *NBC News*²¹, há informação sobre aumento na demanda por talhões de hortas urbanas durante a pandemia nas cidades inglesas de Londres, Manchester, Leeds, Glasgow e Sheffield, conforme divulgado pela *South West Counties Allotment Association*, uma associação sem fins lucrativos que protege e promove hortas urbanas em toda Grã-Bretanha.

O portal *The Guardian*²², em matéria de agosto de 2020, afirma que, segundo informações da *National Allotment Society* (NAS), obtidas em pesquisa realizada sobre a procura pelas hortas urbanas durante a pandemia, 40% dos conselhos que responderam revelaram um “significativo aumento” nas aplicações para lista de espera por talhões em abril de 2020, configurando em um aumento de 300% em um dos casos - Hyndburn, em Lancashire. Além disso, a NAS reporta um aumento de 45% no número de pedidos de informação relacionada às hortas urbanas através de sua página virtual. A associação nacional afirma que “uma a cada oito pessoas na Inglaterra não tem acesso algum a jardins, e há um crescente receio pela fragilidade do sistema alimentar, configurando um bom momento para o governo central enxergar o potencial das hortas urbanas no suporte à saúde pública e sua significativa contribuição à segurança alimentar”.

O portal *Independent.uk*²³ relatou informações da *Royal Horticultural Society*, que registou, nas primeiras semanas de confinamento durante a pandemia, um imenso aumento de visitas a sua página virtual para busca de informações sobre como plantar seus próprios vegetais, frutas, entre outras plantas comestíveis. Enquanto isso, muitos lojistas do ramo de horticultura viram aumentar as compras de sementes de vegetais, batatas, ervas, assim como outros tipos de plantas e ferramentas de jardinagem.

O portal *Grow like Grandad*²⁴ divulgou um alerta, em 2020, sobre a possibilidade da volta do racionamento de comida, como ocorrido no período da Segunda Guerra Mundial, sob a atual circunstância de fechamento das fronteiras, além da hipótese de contágio através de produtos importados, ainda uma suspeita à época. A matéria se dedicou a ensinar pessoas a plantar alimentos básicos, como batatas, cebolas e vagens, com objetivo de abastecimento familiar de alimentos frescos e distração durante os períodos de isolamento social.

Em resposta à pandemia de Covid-19, o governo inglês manteve as hortas urbanas abertas por serem classificadas como “espaços de lazer para prática de atividades físicas”, não categorizadas como parte das estratégias do *Department of Environment, Food and Rural Affairs*, departamento

²¹ <https://www.nbcnews.com/news/world/demand-grows-inner-city-gardening-plots-covid-19-pandemic-ravages-n1255349>

²² <https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2020/aug/10/interest-in-allotments-soars-in-england-during-coronavirus-pandemic>

²³ <https://www.independent.co.uk/climate-change/news/grow-food-coronavirus-urban-allotments-fruit-vegetables-a9431051.html>

²⁴ <https://www.growlikegrandad.co.uk/allotment/sowing-growing-allotment/why-dig-for-victory-is-vital-in-2020-growyourownforcorona.html>

que trata das questões alimentares e ambientais. Ao invés disso, o plano traçado para combater a insegurança alimentar no país durante a pandemia promoveu a campanha “*Pick for Britain*”, a qual estimulava que cidadãos ingleses se voluntariar para suprir a mão-de-obra dos trabalhadores sazonais nas áreas rurais, impossibilitados de ingressar no país na altura da colheita (Niala, 2020).

Esta resposta do governo inglês apresenta vários problemas: primeiro, estimulou pessoas a se deslocarem das cidades para as áreas rurais do país, aumentando o risco de circulação e propagação do vírus, indo na contramão das recomendações da OMS. Segundo, apesar de serem potenciais beneficiados pela campanha, muitos agricultores temiam que os voluntários não tivessem as competências necessárias para realizar o trabalho (O' Carroll 2020 citado em Niala, 2020).

As problemáticas apresentadas deflagram um paradoxo no posicionamento do governo com relação às hortas urbanas na Grã-Bretanha onde, por um lado, são muito apreciadas como patrimônio histórico e cultural, historicamente comprovadas como uma solução acessível para períodos de crise, mas não foram sequer consideradas pelo governo como parte da estratégia de promoção da segurança alimentar (Niala, 2020).

Em um acesso realizado em agosto de 2021, na página virtual do *The National Allotment Society*²⁵, foi possível obter informações sobre o que está sendo feito pelas hortas urbanas comunitárias a nível nacional. A organização afirma estar dando suporte à utilizadores e associações para continuidade do trabalho em seu talhões e manejo das hortas de forma segura durante a pandemia. Afirma ainda que “o *lockdown* já passou, mas que ainda é preciso cuidado e pensar nas pessoas que são clinicamente vulneráveis à doença”.

Neste período, a *National Allotment Society* tratou de suspender as periódicas inspeções que normalmente realiza para análise da manutenção dos talhões, a fim de despejar utilizadores que não dedicavam tempo ao cultivo da terra. Ao invés disso, encorajou que os hortelões vizinhos aos talhões temporariamente abandonados cuidassem destes espaços, apoiando pessoas idosas e vulneráveis que não poderiam estar ali cultivando durante a pandemia, o que reforçou ainda mais o espírito de solidariedade e comunidade (Niala, 2020).

²⁵ <https://www.nsalg.org.uk/news/covid19-information/>

7.3. França



Fig. 52 - Praça em frente ao Museu de História Natural de Nantes foi convertida em horta urbana.

(Fonte: https://actu.fr/pays-de-la-loire/nantes_44109/precarite-la-ville-de-nantes-cultive-fruits-et-legumes-pour-des-centaines-de-familles_42093953.html)

Na França existe uma cultura antiga de cultivo de hortas no território urbano, fomentado principalmente em períodos de crise, conforme já citado previamente. Na cidade de Nantes, as hortas são uma forma de assistência a famílias em situação de vulnerabilidade social desde a segunda metade do séc. XIX. Associações disponibilizavam terras, sementes e ferramentas para viabilizar o cultivo, sendo uma das principais organizadoras do movimento a associação católica de São Vicente de Paulo (Nilsen, 2014).

Durante a pandemia de Covid-19, o governo municipal criou o projeto *Paysages Nourriciers* (“Paisagens Nutritivas”), aos moldes dos programas ocorridos durante as Guerras Mundiais, nos quais áreas verdes públicas foram convertidas em hortas urbanas. O programa tem como objetivo dar suporte à mil famílias sob risco de insegurança alimentar (FAO, 2020).

Na primeira edição, de julho a outubro de 2020, o objetivo era colher 25 toneladas de comidas frescas, a serem distribuídas diretamente às famílias assistidas. Os espaços produtivos foram

distribuídos em 11 freguesias da cidade, e cultivados por um total de 250 hortelãos voluntários, sob orientação de especialistas no assunto para prática de agricultura orgânica.²⁶

Para a segunda edição, de maio de 2021, foram produzidas nos viveiros municipais 60 mil mudas de 17 espécies hortícolas diferentes, com objetivo de realizar rotação de culturas e aumentar a produtividade dos espaços cultivados na primeira edição, além de enriquecer novas áreas agregadas ao projeto, somando o total de 23 espaços verdes espalhados pela cidade. Esta nova edição contou com espaços maiores e otimizados, entre eles 3,5 mil m² dentro do viveiro municipal de *Grand-Blottereau* e 2 mil m² divididos em outros 10 espaços, todos estes cultivados pela equipe do departamento municipal de Natureza e Jardins de Nantes. Os hortelãos voluntários ficaram responsáveis por cultivar outros 12 espaços verdes convertidos, entre eles a praça *Pilleux* (perto dos Bourderies), em Martray (Viarme), ou perto dos centros socioculturais de La Boissière, Halvèque e Bellevue.

Nesta segunda edição, o projeto agregou uma componente educativa com a participação de 56 turmas de onze escolas de Nantes. Por isso, o programa impulsiona a oferta alimentar a grupos da sociedade sob risco de insegurança alimentar, além de colaborar com a educação de crianças e adultos aos temas relacionados à conservação da natureza, importância da agricultura orgânica e culinária saudáveis, a partir da produção local (FAO, 2020).



Fig. 53 - Hortas urbanas nos canteiros de avenida em Nantes, 2020.

(Fonte: <https://jardins.nantes.fr/N/Jardin/Parcs-Jardins/Carte/Carte-Paysages-Nourriciers.asp>)

²⁶ https://actu.fr/pays-de-la-loire/nantes_44109/precarite-la-ville-de-nantes-cultive-fruits-et-legumes-pour-des-centaines-de-familles_42093953.html

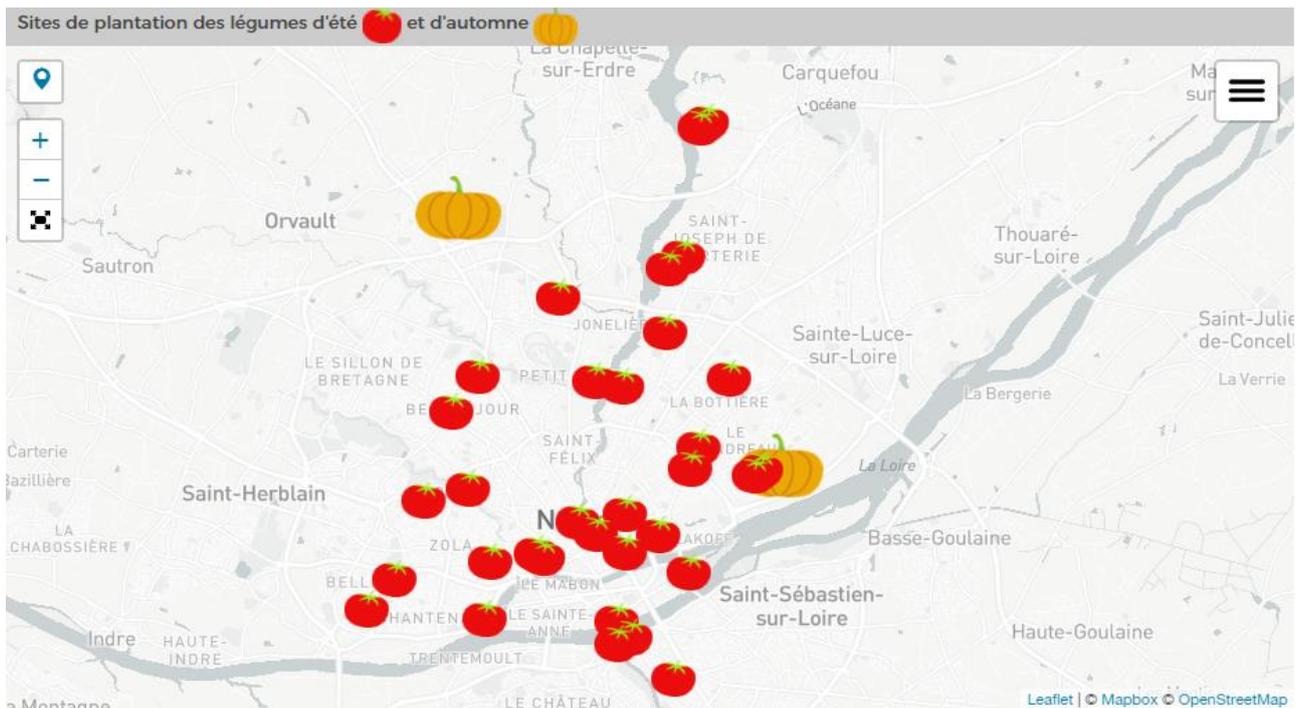


Fig. 54 - Mapa iterativo com a localização das hortas urbanas do programa Paysages nourriciers.
(Fonte: <https://jardins.nantes.fr/N/Jardin/Parcs-Jardins/Carte/Carte-Paysages-Nourriciers.asp>)

O primeiro decreto que se referia às medidas de prevenção à disseminação do vírus da Covid-19 em território francês foi anunciado pelo primeiro-ministro em 23 de março de 2020, e não incluía proibições relacionadas ao acesso a hortas urbanas comunitárias ou familiares. No entanto, o poder de decisão sobre seu funcionamento ficou a cargo das comunidades e associações de gestão destes espaços. Por isso, algumas optaram por fechá-los, devido à alta insegurança que pairava sobre a doença.

Nos termos do referido decreto²⁷, os produtos colhidos nas hortas urbanas foram qualificados como bens de primeira necessidade. Por isso, nos períodos em que se deu o *lockdown*, os hortelãos deveriam levar consigo, ao se deslocar para realizar a colheita, um atestado de viagem excepcional, assinalando a quadrícula relativa a “compras essenciais”, assim como o comprovante de arrendamento ou título de propriedade da horta. Se a visita fosse apenas para estar em meio à natureza, configurando um momento de lazer, a quadrícula assinalada deveria ser “viagens curtas”. A orientação também foi de que apenas uma pessoa por família era autorizada a visitar a horta de cada vez, e somente se fosse próxima a casa, sendo aceitável o limite de até 1km de distanciamento.

²⁷ <https://www.doubs.gouv.fr/Actualites/COVID-19-Point-sur-la-situation-dans-le-Doubs/Covid19-Acces-aux-jardins-familiaux-ou-partages>

Houve disparidade nas decisões das camaras sobre a manutenção de acesso aos espaços cultivados, tendo algumas optado por fechar completamente o acesso, e outras por abrir somente em alguns dias por semana.^{28 29}

7.4. Alemanha



Fig. 55 - Horta urbana na Alemanha. (Fonte: <https://www.news.de/reisen-und-leben/855620107/kleingartenanlage-umwelt-natur-eigenanbau-vorurteile-junge-leute-und-migranten-erobern-schrebergaerten/1/>)

Para além das hortas urbanas, diversas cidades europeias também fecharam os parques urbanos (Kleinschroth & Kowarik, 2020 citado em Lehberger et al., 2021). Na Alemanha, estes espaços verdes permaneceram prioritariamente abertos, porém com restrições de contato entre os visitantes (Lehberger et al., 2021).

A cidade de Berlim é moldada por espaços verdes como poucas metrópoles na Europa, somando 881 km² de áreas verdes, que representam quase 44% do tecido urbano. Esta configuração é um dos principais atrativos da capital alemã, onde população apresenta elevada qualidade de vida. O plano estratégico para a paisagem urbana de Berlim, apresentado em 2011 pelo poder municipal, visa assegurar a preservação destes recursos naturais, frente à contínua pressão imobiliária, e desenvolvê-los ao máximo, dispondo-os de forma acessível para a população de forma geral (Grésillon & Kalandides, 2020).

Neste contexto, foi criado um programa de hortas comunitárias, com objetivo de resistir à pressão imobiliária e criar um novo sentido de comunidade. O conceito aplicado é o *Produktives Stadtgrün*

²⁸ <https://www.la-croix.com/France/Confinement-jardins-familiaux-ouvrent-ordre-disperse-2020-04-07-1201088206>

²⁹ <https://www.ouest-france.fr/sante/virus/coronavirus/coronavirus-les-jardins-ouvriers-peuvent-ouvrir-partout-6805478>

(“espaço verde produtivo”), termo adotado pelo Senado alemão para definir um espaço verde que combina jardins de uso familiar, agricultura urbana e autossuficiência com o cultivo *do-it-yourself*, estimulando um estilo de vida urbano mais sustentável (Grésillon & Kalandides, 2020).

Em setembro de 2019, Berlim já contava com 200 hortas comunitárias pelo programa, tornando-se nos últimos dez anos uma referência em horticultura comunitária, em escala europeia. Estas novas hortas deram um impulso ao sentimento de comunidade e à percepção pública desta tipologia de espaços verdes (Grésillon & Kalandides, 2020).

Aprovada pelo Senado no início de 2020, depois de mais de dois anos de extenso processo participativo entre as administrações distritais, Senado, associações comunitárias e sociedade civil, nasceu a *Senatsverwaltung für Umwelt, Verkehr und Klimaschutz* (“Carta da Cidade Verde de Berlim”). Este documento em forma de manifesto visa preservar e aumentar o valor ecológico da cidade através do desenvolvimento de diversas tipologias de espaços verdes e naturais (Grésillon & Kalandides, 2020).

8. Análise do interesse por hortas urbanas em pesquisas virtuais durante a pandemia de Covid-19



Fig. 56 - Pessoas com máscaras interagem através de uma janela.

(Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/25/isolamento-social-pode-trazer-medo-e-frustracoes-mas-e-possivel-criar-ferramentas-para-superacao.ghtml>)

O Google Trends é uma ferramenta que permite uma análise temporal sobre as pesquisas realizadas no Google em lugares do mundo todo. Desta forma, permite que seja analisado o interesse por uma determinada busca ao longo do tempo, em uma região definida.

A fim de analisar de forma simples uma tendência no aumento do interesse das pessoas pelas hortas durante a pandemia, foi determinado o período de 01 de março de 2018 a 01 de agosto de 2021, ou seja, 20 meses antes da declaração de pandemia pela OMS (feita em março de 2020), até 20 meses depois. Desta forma, foi definido um arco temporal de 40 meses, com objetivo de analisar as buscas realizadas pelo Google sobre alguns termos relacionados à temática das hortas em cada país de interesse (Portugal, Inglaterra, França, Alemanha), de acordo com sua língua oficial.

8.1. Portugal

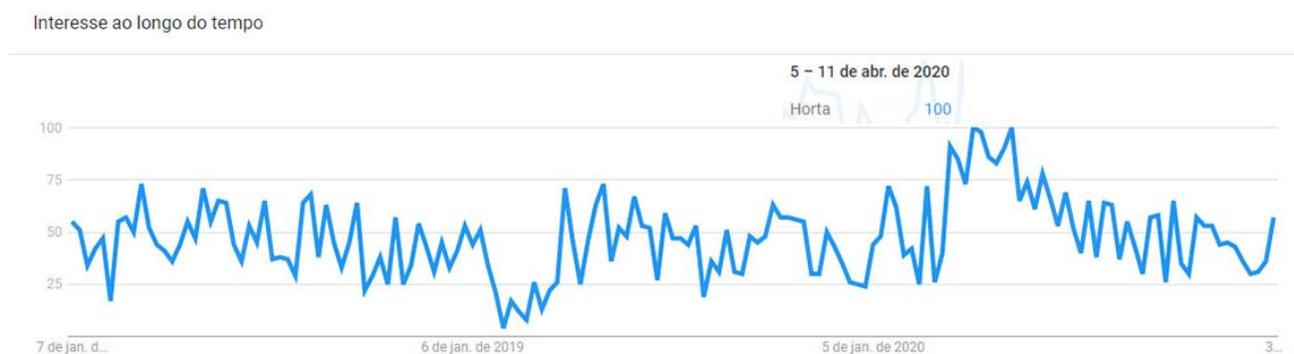


Fig. 57 – Gráfico de interesse pelo termo “horta” ao longo do período de pandemia, em Portugal.

(Fonte: Google Trends, editado pela autora)

O termo utilizado para a análise no Google Trends em Portugal foi “horta”, por se tratar de um termo em português mais abrangente na busca inicial por informações relacionadas. Observou-se um pico de pesquisas no Google entre 5 e 11 de abril de 2020, logo no início da pandemia de Covid-19. As pesquisas relacionadas a este termo mais frequentes durante este período foram “horta em casa” (aumento de 150%) e “hortas biológicas (aumento de 130%)”.

8.2. Inglaterra

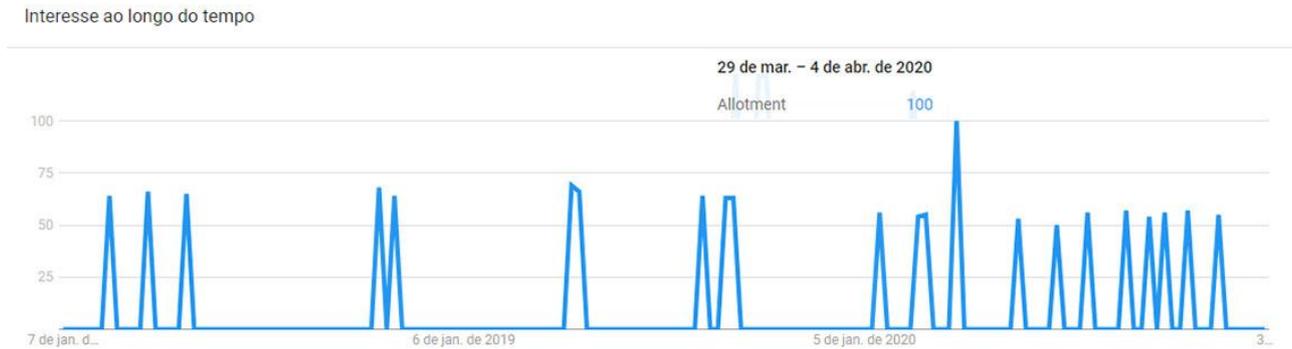


Fig. 58 – Gráfico de interesse pelo termo “*allotment*” ao longo do período de pandemia, em Inglaterra.

(Fonte: Google Trends, editado pela autora)

O termo utilizado para análise na Inglaterra foi “*allotment*”, termo em inglês que se refere precisamente às hortas urbanas. Observou-se um pico de pesquisas no Google por este termo entre 29 de março e 4 de abril de 2020. A pesquisa relacionada a este termo mais frequente neste intervalo temporal foi pelo mesmo termo “*allotment*”.

8.3. França

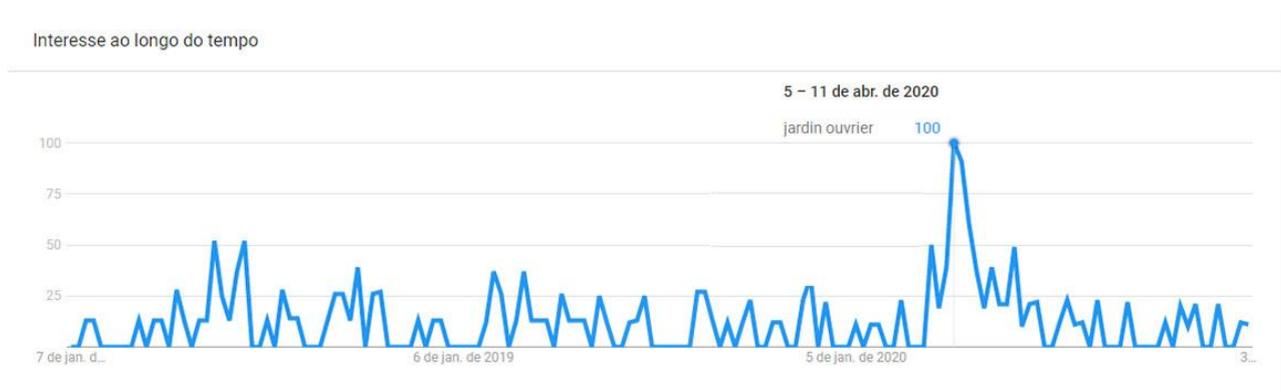


Fig. 59 – Gráfico de interesse pelo termo “*jardin ouvrier*” ao longo do período de pandemia, em França.

(Fonte: Google Trends, editado pela autora)

Para França, o termo utilizado para análise foi “*jardin ouvrier*”, que se refere precisamente às hortas urbanas, em francês. Pode-se observar um pico de pesquisas no Google entre 5 e 11 de abril de 2020, datas próximas do início da pandemia. Não houve dados relevantes suficientes sobre as pesquisas relacionadas a este termo durante o período determinado.

8.4. Alemanha

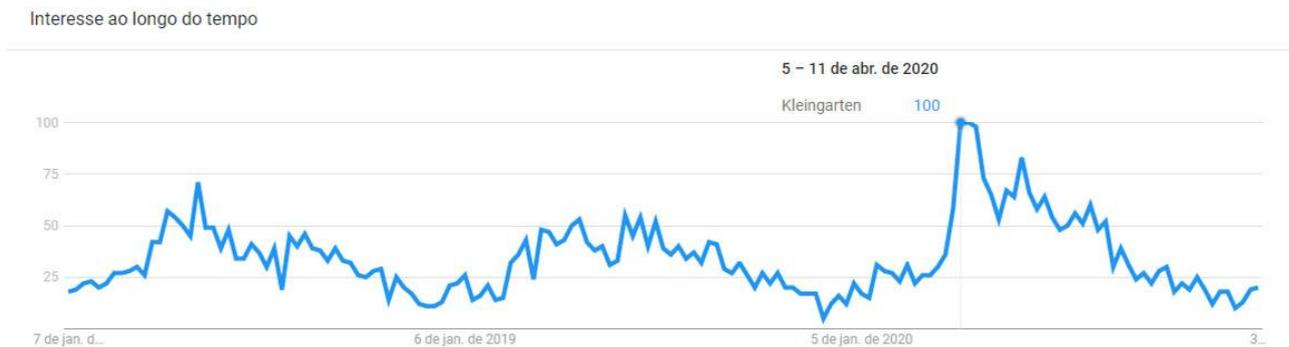


Fig. 60 – Gráfico de interesse pelo termo “*kleingarten*” ao longo do período de pandemia, em Alemanha.

(Fonte: Google Trends, editado pela autora)

O termo utilizado para análise na Alemanha foi “*kleingarten*”, que se refere precisamente às hortas urbanas, em alemão. Observou-se um pico de pesquisas entre 5 e 11 de abril de 2020, logo no início da pandemia. A pesquisa relacionada a este termo mais frequente neste período foi “*kleingarten corona*”, classificada pelo Google como “aumento repentino”, demonstrando uma forte relação entre os termos “hortas urbanas” e “coronavírus”.

8.5. Análise dos resultados

Em todos os países pesquisados puderam ser observados picos no número de buscas relacionadas às hortas urbanas, mais precisamente logo após o anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS), momento no qual ficou claro que o mundo enfrentaria um período indefinido de crise sanitária grave, que impactaria a vida de todos.

Os resultados da pesquisa realizada fazem jus ao entendimento geral da sociedade europeia da relação histórica entre as hortas urbanas e a garantia de disponibilidade de alimentos em períodos de graves crises. Neste curto período após anúncio da OMS, também pôde ser observado em 71.3% das cidades com maior renda do mundo, o fenômeno conhecido como *panic buying* (“compras de pânico”), dado o alto poder de compra e potencial de armazenamento de suprimentos destas populações (FAO, 2020b).

A partir destas informações, é possível afirmar que a maior preocupação da sociedade em períodos de grave crise continua sendo a garantia de segurança alimentar. Neste quesito, a ampliação dos programas de agricultura urbana, mais especificamente de hortas urbanas, deve ser considerada de forma séria e efetiva pelos governos, por representar um altíssimo potencial na transformação das cidades, para torná-las mais resilientes em diversos quesitos (segurança alimentar, saúde mental, equilíbrio ambiental etc.), frente aos grandes desafios que uma pandemia mundial impõe.

9. Conclusão

As hortas urbanas tiveram uma forte relevância ao longo da história no enfrentamento de graves crises. O movimento se iniciou em conjunto à expansão demográfica urbana promovida pela Era Industrial, na qual as pessoas cultivavam hortas como suporte físico e emocional às péssimas condições ambientais e constantes epidemias às quais estavam expostas. Estas condições insalubres levaram membros da sociedade civil a iniciar o debate sobre a importância da presença da natureza para a saúde humana, promovida através dos espaços verdes inseridos no tecido urbano. Surgiram então diversas propostas utópicas com intuito de obter um modelo de cidade ideal, adequada para a contínua expansão urbana promovida pela industrialização e o capitalismo.

O fortalecimento desta discussão provoca então mudanças na forma como as cidades são planeadas, e o verde entra em cena através dos primeiros parques urbanos públicos que, diferente dos passeios públicos antigos, promoviam o ideal de “parque para o povo”. Apesar da permanência em um plano inferior nas políticas públicas até o início do século XX, as hortas urbanas já faziam mais pela grande classe operária do que os parques, em termos de acessibilidade, bem-estar e oportunidade de uma dieta saudável.

As duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão elevam as hortas urbanas a um patamar nunca antes visto, tornando-as foco principal das políticas sociais e campanhas midiáticas de países como União Soviética, Inglaterra e Estados Unidos, seguidos por muitos outros, na intenção de estimular a população a plantar seu próprio alimento nas áreas verdes urbanas e garantir sua segurança alimentar, frente às dificuldades de produção e distribuição de alimentos enfrentadas a nível nacional e internacional. O número de hortas neste período se multiplica exponencialmente no tecido urbano, funcionando como fonte de comida fresca e alívio do estresse emocional à população.

Depois do período mais crítico da história a nível global, o pós-guerra é marcado pela queda na popularidade das hortas urbanas, que ficaram estigmatizadas devido a sua associação com períodos de miséria e sofrimento. O enfrentamento de uma nova crise na década de 60 e 70, desta vez relacionada aos primeiros sinais de esgotamento dos recursos naturais e desconexão com a natureza, leva a uma tentativa de mudar a imagem das hortas, desta vez promovendo-as com uma atividade de bem-estar e relaxamento. É observado em alguns países do norte europeu um novo impulso no movimento, principalmente na Alemanha.

Atualmente, as hortas urbanas fazem parte do conjunto das Soluções Baseadas na Natureza (NBS), que procuram aplicar no tecido urbano soluções inspiradas em processos naturais para combater problemas cada vez mais críticos como perda na prestação de serviços ecossistêmicos fundamentais para manutenção da vida, redução na quantidade e qualidade da água potável, entre

outros. As hortas urbanas promovem, para além da segurança alimentar da população, biodiversidade e equilíbrio ambiental onde estão presentes, funcionando como verdadeiros elos da cadeia ecossistémica no tecido urbano.

A importância destes espaços verdes cultiváveis encontrou nova relevância no momento atual da pandemia de Covid-19, onde governos do mundo inteiro foram obrigados a instituir duras medidas de confinamento à população e fechamento de fronteiras, a fim de conter a disseminação do vírus de alta letalidade. O fantasma da insegurança alimentar e os altos níveis de estresse levaram a população urbana de vários países a buscar novamente pelas hortas urbanas, seguindo a mesma tendência que se observou no passado.

As orientações contidas nas publicações mais recentes da FAO focam na garantia de segurança alimentar a populações socialmente desfavorecidas, que enfrentam dificuldades no acesso à alimentos frescos com o aumento de preços e outros agravantes, e no suporte aos pequenos agricultores urbanos e periurbanos, que enfrentam dificuldades no escoamento da produção devido às restrições impostas pela pandemia. Para os países mais desenvolvidos, a maior parte das publicações estimula e orienta estratégias para o encurtamento da cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos, não dando o enfoque necessário à criação de novas hortas urbanas. Porém, para os países em desenvolvimento, a criação de hortas é parte integral do programa de suporte à segurança alimentar, citando ainda diversos governos que estão construindo programas de estímulo à pequenas produções em meio urbano (FAO 2020a, FAO 2020b, FAO 2020c, FAO 2020d).

O interesse na cadeia de produção de alimentos de forma local, aliada a necessidade de obtenção de alimentos frescos de forma facilitada, pode elevar as hortas urbanas ao merecido status de importante ferramenta contra as incertezas geradas pelo sistema alimentar global em períodos de crise aguda, como o que estamos vivendo.

Através do esforço coordenado de políticos e planeadores públicos, pesquisadores e investidores do ramo da agricultura, é possível que, em um futuro próximo, o movimento das hortas urbanas entre na agenda pública de forma permanente, fazendo jus a sua importância social e ambiental e no atendimento a demanda crescente da sociedade por novos espaços de cultivo.

Cidades com grandes programas de hortas urbanas e com presença marcante de outras tipologias de espaços verdes, como parques e reservas naturais, se mostram muito mais sustentáveis e resilientes frente às ameaças de novas epidemias e do alarmante aquecimento global. A integração do verde na paisagem urbana se torna cada vez mais fundamental na garantia de qualidade de vida para seus cidadãos, principalmente em períodos de crise.

10. Bibliografia

- Andrade, I. E. (2010). A idealização do espaço verde urbano moderno. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, 17 (20). Consultado em: 05 mai. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2316-1752.2010v17n20p102>
- Almeida, A. L. B. S. S. S. L. (2006). *O valor das árvores: árvores e floresta urbana de Lisboa*. (Tese de doutoramento). Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/469>
- Babo, M. C. (2014). *Contributos para a consolidação e desenvolvimento da Rede Municipal de Hortas Urbanas de Vila Nova de Gaia*. (Dissertação de Mestrado não editada, Mestrado em Arquitetura Paisagista). Universidade do Porto, Faculdade de Ciências, Porto.
- Badami, M. G. & Ramankutty, N. (2015). Urban agriculture and food security: A critique based on an assessment of urban land constraints. *Global Food Security* 4, 8–15. Consultado em: 09 ago. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.gfs.2014.10.003>.
- Bell, S.; Fox-Kämper, R.; Keshavarz, N. & Benson, M. (Eds.) (2016). *Urban Allotment Gardens in Europe*. Nova Iorque: Routledge, 2016.
- Campbell, M., & Campbell, I. (2013, Maio). Allotment waiting lists in England 2013. *Transition Town West Kirby in conjunction with the National Society of Allotment and Leisure Gardeners*. Reino Unido. Disponível em: https://www.transitionnetwork.org/sites/www.transitionnetwork.org/files/ttwk_nsalg_survey_2011-1.pdf
- Cardona, E. C. & Markwick, R. D. (2019). The kitchen garden movement on the Soviet home front, 1941-1945. *Journal of Historical Geography* 64, 47-59. Consultado em 20 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhg.2018.12.006>
- Carson, R. (2010). *Primavera Silenciosa* (1ª ed.). São Paulo: Editora Gaia.
- Certomà, C. & Martellozzo, F. (2019). Cultivating urban justice? A spatial exploration of urban gardening crossing spatial and environmental injustice conditions. *Applied Geography*, 106, 60-70. Consultado em: 17 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2019.03.007>
- Corazza, Gentil & Martinelli Jr., Orlando (2002). Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. *Teoria e Evidência Económica, Passo Fundo*, 10 (19) 09-36.
- Corrêa, C. J. P.; Tonello, K. C; Nnadi, E & Rosa, A. G. (2020). Seeding the city, History and current affairs of Urban Agriculture. *Ambiente & Sociedade*, 23.

- Costa, M. C. L. (2014). O discurso higienista e a ordem urbana. Consultado em: 02 jul. 2021. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45187/1/2014_liv_mclcosta.pdf
- Da Silva, L. O. (2011). Urbanismo y practicas agrícolas. *Revista Urbano* 23, 38-47. Consultado em: 16 de jul. 2021. Página disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19818886005>
- Daniels, B.; Jedamski, J.; Ottermanns, R. & Ross-Nickoll, M. (2020). A 'plan bee' for cities: Pollinator diversity and plant-pollinator interactions in urban green spaces. *Plos One* 15 (7). Consultado em: 17 ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0235492>
- Del Debbio, F. (2020). Agricultura urbana em Lisboa: uma leitura histórica e uma perspetiva de futuro. *Estudo Prévio* 18, 37-56. Consultado em 02 ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26619/2182-4339/18.5>
- Delgado, C. (2015). Answer to the Portuguese Crisis: Turning Vacant Land into Urban Agriculture. *Cities and the Environment (CATE)* 8(2), artigo 5. Consultado em 11 jun. 2021. Disponível em: <http://digitalcommons.lmu.edu/cate/vol8/iss2/5>
- Delgado, C. (2017). Mapping urban agriculture in Portugal: Lessons from practice and their relevance for European post-crisis contexts. *Moravian Geographical Reports*, 25(3), 139–153. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/mgr-2017-0013>
- Delgado, C. (2020). A crise como oportunidade para repensar o Ordenamento Territorial: potenciar os vazios urbanos para a prática de Agricultura Urbana. *Revista Jatobá*, 2. Recuperado de <https://www.revistas.ufg.br/revjat/article/view/65645>
- Dobson, M. C.; Edmondson, J. L.; Warren, P. H. (2020). Urban food cultivation in the United Kingdom: Quantifying loss of allotment land and identifying potential for restoration. *Landscape and Urban Planning*, 199. Consultado em: 10 ago. 2021 Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2020.103803>
- Cardona, E. C. & Markwick, R.D. (2019) The kitchen garden movement on the Soviet home front, *Journal of Historical Geography* 64, 47-59. Consultado em: 02 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jhg.2018.12.006>
- FAO (2020a). *FAO Green Cities Initiative – Green cities. Action Programme: building back better*. Consultado em: 13 fev. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb0848en/cb0848en.pdf>
- FAO (2020b). *COVID-19 and the role of local food production in building more resilient local food systems*. Consultado em: 13 fev. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/3/cb1020en/CB1020EN.pdf>.

FAO (2020c). Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems: Key results from the FAO Survey “Urban Food Systems and COVID-19. Revised version. Consultado em: 14 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/cb0407en>.

FAO (2020d). Urban food systems and COVID-19: The role of cities and local governments in responding to the emergency”. Consultado em: 14 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca8600en>

FAO, IFAD, UNICEF, WFP & WHO (2020). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2020. Transforming food systems for affordable healthy diets*. Consultado em: 12 abr. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9692en/CA9692EN.pdf>

FAO (2021). *Food Price Monitoring and Analysis*. Consultado em: 10 ago. 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/cb5175en>

Fernandes de Araújo, M. F. (2016). *Contributo para o desenvolvimento das Hortas Urbanas no Município de Santo Tirso (HUST)* (Dissertação de Mestrado não editada, Mestrado em Arquitetura Paisagista). Faculdade de Ciências, Universidade do Porto, Porto.

Fletcher, E. I. & Collins, C. M. (2020). Urban agriculture: Declining opportunity and increasing demand – How observations from London, U.K., can inform effective response, strategy and policy on a wide scale. *Urban Forestry & Urban Greening*, 55. Consultado em: 10 ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2020.126823>

Gonçalves, R. G. G. (2014) *Hortas Urbanas: Estudo do Caso de Lisboa* (Dissertação de Mestrado não editada, Mestrado em Engenharia Agrónómica). Universidade de Lisboa..Consultado em 08 abr. 2021. Disponível em: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/6809/1/VERS%C3%83O%20DEFINITIVA_Tese%20de%20Mestrado_Rita%20Gon%C3%A7alves.pdf

Grésillon, B. & Kalandides; A. (2020). Berlin ville verte et durable: utopie ou réalité?. *Association pour la connaissance de l'Allemagne d'aujourd'hui 2020/4* (234) 46-58. Consultado em: 05 ago. 2021. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-allema-gne-d-aujourd-hui-2020-4-page-46.html>

Herrmann, M. M. (2015). The Modern Day “Victory Garden”. *Procedia Engineering* 118, 647 – 653. Consultado em 05 jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.proeng.2015.08.498>

Hespanhol, R. M. (2019). Agricultura urbana em Portugal: práticas espontâneas e institucionalizadas. *Revista franco-brasileira de geografia* (43). Consulta em: 10 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/confins.24330> Acesso em 10/04/2021.

Lehberger, M.; Kleih & A.-K.; Sparke, K. (2021). Self-reported well-being and the importance of green spaces – A comparison of garden owners and non-garden owners in times of COVID-19. *Landscape*

and Urban Planning 212. Consultado em: 25 jul. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2021.104108>

Lohrberg, F; Lička, L.; Scazzosi, L. & Timpe, A. (Eds.) (2016). *Urban Agriculture Europe*. Consultado em: 05 ago. 2021. Disponível em: <https://www.ideabooks.it/wp-content/uploads/2016/12/Urban-Agriculture-Europe.pdf>

Louv, R. (2008). *Last Child in the Woods - Saving Our Children from Nature-Deficit Disorder*. (Versão revisada e expandida). Carolina do Norte: Algonquin Books of Chapel Hill.

Martinho da Silva, I. (2014). Urban agriculture in Vila Nova de Gaia: the nurturing symbiosis. *Journal of Landscape Architecture*, 9 (2), 42-49. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/18626033.2014.931702>

Martinho da Silva, I.; Fernandes, C. O.; Castiglione, B. & Costa, L. (2016). Characteristics and motivations of potential users of urban allotment gardens: The case of Vila Nova de Gaia municipal network of urban allotment gardens. *Urban Forestry & Urban Greening*, 20, 56-64. Consulta em 04 abr. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ufug.2016.07.014>

Milano, D. K. (2011). Habitações operárias: evolução das imagens de representação. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, 3 (1) 1–22. Consultado em: 20 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8635130>.

Moreira, A. (2006). *Utopias territoriais do Iluminismo em Portugal* (Dissertação de Mestrado, Mestrado em Arquitectura). Universidade de Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Coimbra.

Narciso, C. A. Filipe (2008). *Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona* (Dissertação de Mestrado não editada, Mestrado em Estudos Urbanos). Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/1736>

Niala, J.C. (2020). Dig for vitality: UK urban allotments as a health-promoting response to COVID-19". *Cities & Health*, 1-5. Consultado em 05 ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/23748834.2020.1794369>

Nilsen, M. (2014). *The working man's green space. Allotment Gardens in England, France, and Germany, 1870–1919*. (1ª edição). Virgínia: University of Virginia Press.

Oliveira Sobrinho, A. S. (2013). São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, ano 15 (32) 210-235. Consulta em: 05 abr. 2021. Disponível em: <https://www.readcube.com/articles/10.1590/s1517-45222013000100009>

O'Haraa, S.; Toussaintb & E. C. (2021). Food access in crisis: Food security and COVID-19. *Ecological Economics* 180. Consultado em: 05 abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106859>

Pack, C. L. (1919). *The War Garden Victorious*. Filadelfia: J. P. Lippincott Company.

Philips, A. (2013). *Designing urban agriculture: a complete guide to the planning, design, construction, maintenance, and management of edible landscapes*. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc.

Pulighe, G. & Lupia, F. (2020). Food First: COVID-19 Outbreak and Cities Lockdown a Booster for a Wider Vision on Urban Agriculture. *Sustainability* 12 (12) 5012. Consultado em: 05 abri. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su12125012>

Queirós, J. (2020) Da afirmação de uma «questão urbana» à produção das primeiras respostas urbanísticas do Estado: crise sanitária, movimento higienista e estruturação do campo burocrático perspetivadas a partir do Porto. *Revista da FLUP* 10 (2) 157-180. Consultado em 18 jul. 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21747/0871164X/hist10_2e3

Ribeiro, A. I.; Triguero-Mas, M.; Jardim Santos, C.; Gómez-Nieto, A.; Cole, H.; Anguelovski, I.; Martins Silva, F. & Baró, F. (2021). Exposure to nature and mental health outcomes during COVID-19 lockdown. A comparison between Portugal and Spain. *Environment International* 154 (2021) 106664. Consultado em: 31 ago. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.envint.2021.106664>

Teixeira, M. C. (1993): A história urbana em Portugal. Desenvolvimentos recentes. *Análise Social*, (121) 371–390. Consulta em: 05 ago. 2021. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223290786U1mKK3no2Zu36NC6.pdf>

Teixeira, D. M. C. L. (2016). *Hortas Urbanas: O contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade* (Dissertação de Mestrado não revisada, Mestrado Integrado em Arquitetura). Universidade de Coimbra, Departamento de Arquitetura da FCTUC, Coimbra.

Vilas Boas Leal, J. S. (2015). *A integração da agricultura urbana no planeamento urbano: O caso de estudo da cidade do Porto* (Dissertação de Mestrado não revisada, Mestrado em Urbanismo e Ordenamento do Território). Instituto Técnico de Lisboa, Lisboa.

World Hapiness Report. (2021). Consultado em: 05 ago. 2021. Disponível em: <https://happiness-report.s3.amazonaws.com/2021/WHR+21.pdf>

Webgrafia:

<http://jornal-renovacao.pt/2020/06/projeto-horta-porta-da-lipor-lista-espera-2-500-pessoas-cultivar/>

<https://www.paisageiro.com/blog/urbanismo-e-saude-do-higienismo-ao-ecologismo>

<https://wederopbouwrotterdam.nl/en/articles/urban-agriculture-during-the-war-years>

<https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-02-15/a-mexican-village-where-aztec-era-agriculture-remains>

<https://dirt.asla.org/2019/11/18/landscape-architects-must-become-planners/>

<https://dirt.asla.org/2012/05/09/urban-agriculture-isnt-new/>

<https://grist.org/article/food-the-history-of-urban-agriculture-should-inspire-its-future/full/>

<https://thegreenconspiracy.com/a-brief-history-of-urban-gardening/>

https://www.c40knowledgehub.org/s/article/Food-and-COVID-19-How-cities-are-feeding-residents-today-and-building-a-better-tomorrow?language=en_US

<https://www.independent.co.uk/climate-change/news/grow-food-coronavirus-urban-allotments-fruit-vegetables-a9431051.html>

<https://agriculturanoasfalto.wordpress.com>

https://visao.sapo.pt/visao_verde/ambiente/2020-11-11-goncalo-ribeiro-telles-o-querreiro-incansavel/

[https://en.wikipedia.org/wiki/Allotment_\(gardening\)](https://en.wikipedia.org/wiki/Allotment_(gardening))

https://www.jornalnovoregional.pt/2021/06/horta-biologica-em-ermesinde-para-170-familias/?fbclid=IwAR1NX7NbX_G2-K0l-6r7fQAESAqbqvRhchcD8obJICG-YH8sq7An5HUTrvU

<http://www.fao.org/in-action/food-for-cities-programme/news/covid-19/en/>

<http://www.fao.org/fao-stories/article/en/c/1276274/>

<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>

<https://covid19.who.int/>

<https://www.cm-porto.pt/caracterizacao-e-diagnostico/estudos-de-caracterizacao-e-diagnostico-arquivos-projetos-paisagisticos-Porto>

<https://jardins.nantes.fr/N/Jardin/Parcs-Jardins/Carte/Carte-Paysages-Nourriciers.asp>

https://actu.fr/pays-de-la-loire/nantes_44109/precarite-la-ville-de-nantes-cultive-fruits-et-legumes-pour-des-centaines-de-familles_42093953.html

<https://metropole.nantes.fr/actualites/2020/egalite-sante-solidarite/potagers-solidaires>

<https://urbinat.eu/articles/urbinat-front-runner-city-nantes-launches-nantes-food-landscapes-project-to-combat-food-insecurity/>

<https://www.alumniportal-deutschland.org/en/germany/country-people/small-garden-plots/>

Anexo 01. A importância das Hortas Urbanas na União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial.

Durante o período inicial da guerra, grande parte das terras mais férteis na parte ocidental do país haviam sido ocupadas e as plantações destruídas pelo exército alemão, reduzindo drasticamente as fontes de alimento e colocando a União Soviética numa situação dramática de escolher entre suprir seu exército ou o restante da população.

De acordo com o censo pré-guerra de 1939, quase dois terços da população soviética nesta época viviam em áreas rurais (89,7 milhões de uma população total de 146 milhões) (Cherniavskii s.d. citado em Cardona & Markwick, 2019). A depressão econômica da década de 30 e o início da Segunda Guerra Mundial levaram a maior parte da população jovem a deixar seus vilarejos para trabalhar nas fábricas, ou ser direcionada para a frente de batalha. Os laços desses jovens com a horticultura e suas tradições foram cortados, reduzindo por consequência a mão-de-obra ativa do campo de forma considerável. Este movimento para incorporar o exército soviético, maioritariamente representado por homens jovens, resultou em uma expressiva presença de mulheres nos ambientes fabris. Estas mulheres assumiram a função de continuar a produção industrial, enquanto cuidavam de suas famílias e lidavam com a possibilidade de fome iminente (Cardona & Markwick, 2019).

Nestas circunstâncias, o movimento da agricultura urbana passou a ser massivamente feminino, protagonizado principalmente por mulheres da classe operária soviética. Na situação na qual a população se encontrava, plantar se tornou uma questão de vida ou morte, na qual as hortas urbanas em lotes vazios se tornaram a única fonte de alimento fresco das famílias à beira da miséria. Muitos dos lotes vazios que começaram a ser cultivados eram no entorno das fábricas, devido à falta de áreas disponíveis e à proximidade com os locais de trabalho, que otimizavam o tempo despendido no cultivo da horta. As circunstâncias extremas de pobreza e fome não ofereciam alternativa e as hortas urbanas cresciam cada vez mais, mesmo sem apoio e contrariando as políticas soviéticas (Cardona & Markwick, 2019).

Existia à época um jornal chamado *Rabotnitsa*, que afirmava ser “de mulheres operárias para mulheres operárias”, que teve uma importância histórica para a expansão do movimento das hortas urbanas. Suas publicações começaram a propagar ideias engajadoras sobre agricultura urbana, ressaltando os benefícios que a horta poderia trazer para elas e suas famílias, além do convencimento de que seria uma atividade relaxante e restauradora (Cardona & Markwick, 2019).

As palavras destas mulheres operárias publicadas num jornal oficial como o *Rabotnitsa*, fatalmente ecoaram. Com o aumento da participação popular, surgiu também um considerável interesse do Estado em intervencionar o movimento, a fim de controlá-lo (Cardona & Markwick, 2019).

A agricultura em lotes individuais ou coletivos conflitava com as diretrizes de produção em larga escala, estatização e controlo total da produção e distribuição de alimentos. Ao fomentá-la, o Estado facilitava as relações comerciais numa esfera de consumo que desafiava suas próprias diretrizes e o controlo estatal económico. Porém, não havia escolha entre a possibilidade de sobrevivência e a miséria iminente. A comida era uma arma crucial na guerra (Cardona & Markwick, 2019).

O interesse do estado soviético consolidou-se quando a produtividade oriunda da agricultura urbana se mostrou potencialmente superior ao das áreas agrícolas de produção coletiva sob incentivo e controlo estatal. Em 1938, as hortas urbanas representavam 3,9% da área agricultada, porém contribuíram com 49% da produção total de alimentos frescos. Os rumos que a guerra tomou deram à agricultura não-estatal uma nova legitimação (Kingston-Mann s.d.citado em Cardona & Markwick, 2019).

Foi designado um setor do governo (*All-Union Central Council of Trade Unions*) para legitimar e coordenar o movimento da agricultura urbana através de decretos e diretrizes, incentivando a criação de hortas coletivas e individuais em fazendas subsidiadas pelo estado no entorno das áreas fabris, a fim de promover segurança alimentar e maximizar os suprimentos governamentais para o exército. O estado começou a fornecer sementes e ferramentas, além de estimular reuniões com agricultores experientes para orientar as pessoas em como plantar e, posteriormente, a como conservar os alimentos através de técnicas de preservação. Mas havia uma regra clara para estas hortas urbanas: todos os produtos que fossem gerados deveriam ser consumidos pela família que os produziu, não podendo ser comercializado nenhum excedente. O que não fosse consumido deveria ser destinado às forças armadas (Cardona & Markwick, 2019).

O estado soviético utilizou instrumentos burocráticos e o monopólio completo da informação, educação e propagandas para provocar e coordenar a expansão sem precedentes do movimento da agricultura urbana. Era promovido o ideal de não dependência do estado, e sim de trabalho e produção para o autossustento e fornecimento de suporte ao país durante a guerra, numa atitude patriota, benevolente e comunitária (Cardona & Markwick, 2019).

Percebeu-se que a primeira barreira para ampliação da agricultura urbana seria a necessidade de persuadir as pessoas, principalmente mulheres que já se encontravam sobrecarregadas de trabalho, a adicionar mais uma tarefa na sua rotina. As propagandas soviéticas, com o suporte de veículos de comunicação como o *Rabotnitsa*, estimulavam e responsabilizavam as mulheres e suas famílias pela produtividade das hortas, através principalmente de testemunhos motivacionais e concursos com prémios aos hortelãos com melhores resultados. A propaganda promoveu um apelo às mulheres para que se identificassem com a ideia da horticultura, da preservação da família e da pátria mãe. A agricultura urbana se tornou um mecanismo de mobilização em massa (Cardona & Markwick, 2019).

No fim da Segunda Guerra Mundial, a *trade union* do estado soviético tinha controlo administrativo sobre o movimento, assim como sobre a produção excedente das hortas para destinar aos exércitos, como reflexo do mecanismo instalado para conter o modo de produção familiar e individualista que desafiava a ideologia do estado coletivista de Estaline (Cardona & Markwick, 2019).